

**REVISTA  
DA ACADEMIA  
NORTE-RIO-GRANDENSE  
DE LETRAS**



1990

**NATAL**

REVISTA DA  
ACADEMIA  
NORTE-RIO-GRANDENSE  
DE LETRAS

Volume 33 - Natal/RN - Maio 1990  
Número 21



**Membros da  
Academia Norte-Rio-Grandense de Letras  
em Setembro de 1989**

**Cadeira  
N.º**

**Patrono**

**Sucessor atual**

01 — Padre Miguelinho	Raimundo Nonato da Silva
02 — Nísia Floresta	Grácio Barbalho
03 — Cons. Brito Guerra	Otto de Brito Guerra
04 — Lourival Açucena	Enélio Lima Petrovich
05 — Moreira Brandão	Ascendino de Almeida
06 — Luis Carlos Wanderley	Gumercindo Saraiva (falecido)
07 — Ferreira Nobre	Nestor dos Santos Lima
08 — Isabel Gondim	Nilson Patriota
09 — Almino Afonso	Dorian Gray Caldas
10 — Elias Souto	Paulo Macedo
11 — Padre João Maria	Miguel Seabra Fagundes
12 — Amaro Cavalcanti	Verissimo de Melo
13 — Luis Fernandes	Luis da Câmara Cascudo
14 — Joaquim Fagundes	Raul Fernandes
15 — Pedro Velho	Umberto Peregrino
16 — Segundo Wanderley	Maria Eugênia Montenegro
17 — Ribeiro Dantas	Aluisio Alves (eleito)
18 — Augusto Severo	Dom Nivaldo Monte
19 — Ferreira Itajubá	Nilo Pereira
20 — Auta de Souza	Mário Moacyr Porto
21 — Antônio Marinho	Luis de Carvalho Rabelo
22 — Leão Fernandes	Pe. Jorge O'Grady de Paiva
23 — Antônio Glicério	Jayme dos G. Wanderly (falecido)
24 — Gotardo Neto	Antônio Soares Filho
25 — Ponciano Barbosa	João Wilson Mendes Melo
26 — Manoel Dantas	Diógenes da Cunha Lima
27 — Aurélio Pinheiro	Américo de Oliveira Costa
28 — Padre João Manoel	Jurandy Navarro
29 — Armando Seabra	Itamar de Sousa (eleito)
30 — Augusto Franklin	Manoel Rodrigues de Melo
31 — Padre Brito Guerra	José Melquiades
32 — Francisco Fausto	João Batista Cascudo Rodrigues
33 — Tonheca Dantas	Oswaldo de Sousa
34 — José da Fenha	Alvamar Furtado de Mendonça
35 — Juvenal Antunes	Gilberto Avelino
36 — Benício Filho	Olavo Medeiros
37 — Jorge Fernandes	Newton Navarro
38 — Luiz Antonio	Vingt Un Rosado
39 — Damasceno Bezerra	Raimundo Nonato Fernandes
40 — Afonso Bezerra	Sânderson Negreiros

## **ESTA REVISTA**

Não é sem esforço e muito menos sem a ajuda dos órgãos de governo, que as instituições culturais, geralmente desprovidas de recursos financeiros, conseguem manter, periodicamente, suas publicações, que são a maneira devida de tornar do conhecimento geral, suas atividades, sua razão de ser.

A Academia Norte-Riograndense de Letras experimenta essas dificuldades que a legislação tem procurado minorar e espera, para seu êxito, a plena compreensão e aceitação por parte dos economicamente favorecidos.

Este número da Revista é um testemunho da vitalidade intelectual desta instituição das letras e da cultura do Rio Grande do Norte.

### **A Direção da Revista**

**Academia Norte-Rio-Grandense de Letras**

**Diretoria atual**

**Presidente:** Diógenes da Cunha Lima

**Vice-Presidente:** Paulo Macedo

**1.º Secretário:** Veríssimo de Melo

**2.º Secretário:** Luís Rabelo

**Diretor da Revista:** João Wilson Mendes Melo

**Tesoureiro:** Enélio Petrovich

**Diretor da Biblioteca —** Jurandir Navarro

**Comissão de Contas:** Sânderson Negreiros, Américo de Oliveira Costa e Maria Eugênia Montenegro.

**Comissão de Sindicância:** Otto de Brito Guerra, Alvamar Furtado de Mendonça e José Melquiades de Macêdo.

## MEIO SÉCULO DE ACADEMIA

Otto Guerra

Permitiu a Divina Providência me fosse dada a ventura de participar destas solenidades comemorativas do meio século de fundação da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras. E o faço na qualidade singular de remanescente dos seus vinte e cinco fundadores. Coincidentemente, me é outorgada, neste momento, a medalha comemorativa do mesmo cinquentenário, distinção sumamente honrosa.

Só não é completa a satisfação porque, repassando o tempo, diviso, saudoso e reverente, as conspícuas e expressivas figuras de tantos confrades, que hoje repousam nas Moradas Eternas. Até parece ainda vê-los. Diferentes nos seus temperamentos e tendências culturais, unificavam-se na mesma determinação obstinada.

Era a terceira tentativa de fundar-se, no Estado, uma Academia de Letras. Fizera-se a primeira quando da existência, em Natal, do Centro Polimático. Em plena crise, que o faria desaparecer, seus componentes cogitaram transformá-lo em Academia de Letras. Faltou receptividade.

No ano do Centenário da Independência do Brasil, o culto advogado Heráclio Vilar procurou Câmara Cascudo para, juntos, traçarem planos no mesmo sentido. Tudo se frustrou.

Caberia ao nosso patrono, Luís da Câmara Cascudo, a terceira e vitoriosa iniciativa. Ele desenvolveu intenso trabalho apostolar de aliciamiento dos fundadores, um a um, fiel a compromisso assumido junto a Afonso Costa, da Academia Carioca de Letras.

Contou, desde o início, com a preciosa colaboração de Aderbal de França, a partir de 9 de agosto de 1936, numa tarde de domingo, que marca o primeiro e demorado entendimento de ambos.

Assim depõe o próprio Aderbal de França: “E quando as sombras da noite nos advertiram do tempo consumido na primeira conversa, a instituição virtualmente estava lançada sobre a base dos vinte e cinco nomes”.

Devo confessar, em sã consciência, que não fui dos primeiros chamados. Cascudo convidara o meu pai para uma das cadeiras. Um pouco pelo seu temperamento, algo arredio, também por sua idade, já próximo dos 70 anos, embora em pleno exercício de deputação estadual opositorista, Felipe Guerra agradeceu a lembrança do amigo, mas recusou.

Fui então procurado, transferindo-se a distinção do convite para o filho, com 24 anos de idade. Eu militava, esse tempo, na imprensa diária natalense, redator-chefe do jornal católico “A Ordem”, cujo primeiro número circulara em 14 de julho de 1935.

Antes aliás, já trabalhara e escrevera, com certa frequência, no “Diário de Natal”, também jornal católico da Diocese de Natal, fundado em 1924. Ele deixara de circular em 1932. Publiquei nesse cotidiano o meu primeiro artigo assinado, que ainda guardo cuidadosamente. Data ele de 19 de setembro de 1928, quando eu era ainda aluno do Ateneu. Em 1936, ao ser convidado para a Academia de Letras, exercia a 2a. Promotoria Pública da Comarca de Natal e já estava casado com a dedicada companheira deste meio século de vida em comum, que celebramos, com a descendência e amigos, neste 1986.

Não participei, assim, das primeiras reuniões da casa de Câmara Cascudo, então à Avenida Junqueira Aires n. 394. Digo então, porque, mais tarde, ele se fixaria, até o fim dos seus dias, na casa de nº 377 da mesma Avenida.

Lembro-me perfeitamente das reuniões a que compareci. Principalmente daquelas efetuadas numa das salas do Instituto de Música do Rio Grande do Norte, à rua Vigário Bartolomeu nº 630, onde funcionara o “Diário de Nata” da Diocese, local ocupado atualmente pelo Banco do Norte do Brasil. Seu diretor, maestro Waldemar de Almeida, nos proporcionara essa primeira sede provisória. Sentávamos nas próprias carteiras, numa sala de aulas.

Havia um grupo muito firme em seus propósitos, não faltando às frequentes reuniões preparatórias. Está no arquivo desta Casa o seu primeiro Livro de Atas, lavradas inicialmente por Aderbal de França, as últimas pelo próprio Câmara Cascudo.

Realizou-se a primeira reunião preparatória dessa fase no dia 14 de novembro de 1936. Trabalhos abertos às 19,30 horas, numa das salas do Instituto de Música. Compareceram, segundo a ordem de enumeração dos presentes, constante da Ata, os seguintes fundadores: Henrique Castriciano de Souza, Sebastião Fernandes de Oliveira, Antonio Soares de Araujo, Juvenal Lamartine de Faria, Luís da Câmara Cascudo, Ivo Filho (assim consta na mesma Ata, embora seu nome real seja Francisco Ivo Cavalcanti), Edgar Ferreira Barbosa, Floriano Cavalcanti de Albuquerque, Otto de Brito Guerra, Matias Car-

los de Araujo Maciel Filho, Waldemar de Almeida, Clementino Hermógenes da Silva Câmara, Joaquim Bezerra Júnior e Aderbal de França. Ao todo, 14 acadêmicos, que foram os signatários dos Estatutos da Academia.

Vale ressaltar que os nomes dos presentes não se encontravam referidos de maneira assim completa, nesta primeira Ata. Passou a ser adotada semelhante prática na segunda Ata, em face de observação do acadêmico Antonio Soares de Araújo, sobre a praxe de se mencionar por inteiro os nomes dos confrades, nas Academias de Letras.

Quem primeiro falou nesse 14 de novembro de 1936 foi Luís da Câmara Cascudo. Leu o ante-projeto dos Estatutos, elaborado por Matias Maciel, antes distribuída aos presentes cópia datilografada. Foram discutidos e aprovados com emendas. Fixou-se em vinte e cinco o número dos componentes da entidade, tal como, desde os entendimentos iniciais, fôra combinado. Do Regimento Interno encarregar-se-ia uma Comissão de três membros, cabendo-me sua apresentação, como relator, em sessão futura. Ele foi aprovado na quarta reunião preparatória, a 2 de dezembro de 1936, com emenda ao artigo 20, dando ao acadêmico a prerrogativa de perpétuo.

Câmara Cascudo, como se vê, presidiu àquela primeira reunião preparatória, porquanto tivera a iniciativa de constituir a entidade. Com a palavra, ele considerou dita reunião de 14 de novembro de 1936 como sendo o Ato de Fundação da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras. Pediu que fosse procedida a imediata eleição de sua Diretoria, de fato realizada, por escrutínio secreto. Apurada a votação, verificou-se o resultado seguinte:

Presidente — Henrique Castriciano de Souza  
 Secretário Geral — Luís da Câmara Cascudo  
 1.º Secretário — Edgar Ferreira Barbosa  
 2.º Secretário — Aderbal de França  
 Tesoureiro — Clementino Hermógenes da Silva Câmara  
**Comissão de Regimento Interno**  
 Sebastião Fernandes de Oliveira  
 Matias Carlos de Araújo Maciel Filho  
 Otto de Brito Guerra  
**Comissão de Contas**  
 Francisco Ivo Cavalcanti  
 Virgílio Galvão Bezerra da Trindade  
 Francisco Tavares Pereira Palma  
**Comissão de Redação da Revista**  
 Juvenal Lamartine de Faria  
 Floriano Cavalcanti de Albuquerque  
 Antônio Soares de Araújo

Alegando saúde precária, Henrique Castriciano, antes e logo depois de sua eleição, tentou inutilmente recusar a presidência, que tanto honraria

Adiante-se que mais tarde, em reforma estatutária, seria incluído o cargo de bibliotecário, inicialmente eleito Virgílio Trindade, posteriormente Antônio Gomes da Rocha Fagundes.

Mas, voltando à Ata da sessão de fundação, Câmara Cascudo, ainda com a palavra, declarou estar encerrada a missão de que se incumbira perante o presidente da Academia Caricca de Letras, seu amigo. (A Federação das Academias de Letras desejava uma entidade em cada Estado). Também cumpridos estavam, adiantou, os dois pontos que colocara desde os primeiros momentos de sua iniciativa: não seria o Presidente da Instituição, aceitando, entretanto, a Secretaria Geral.

Mas o nosso fundador chegaria a responder pela presidência, por sua qualidade de Secretário Geral, no espaço compreendido entre a vacância, mais tarde ocorrida, com a renúncia, em caráter irrevogável e definitivo, do acadêmico Henrique Castriciano, aceita em sessão de 9 de abril de 1938 e a eleição de Antônio Soares de Araújo para a presidência, a 7 de maio de 1938. Cascudo ainda seria eleito Presidente da entidade na sessão de 27 de maio de 1943, em sucessão ao acadêmico Antônio Soares de Araújo, renunciando, ato contínuo. Para substituí-lo foi eleito presidente, na mesma sessão, Juvenal Larmartine de Faria.

Outro que, eleito Presidente, a 21 de dezembro de 1950, também renunciou, foi Januário Cicco, não chegando a assumir. É também de recordar episódio decorrente de interpretações estatutárias divergentes. Segundo o texto, anualmente, no mês de dezembro, seria procedida a eleição da Diretoria e das Comissões Permanentes.

Refere a Ata da sessão de 26 de dezembro de 1949 a eleição da nova diretoria, ficando como presidente o acadêmico Américo de Oliveira Costa. Consta da mesma Ata que houvera antes da votação debates sobre se era cabível a realização dessa eleição, ou se a diretoria em exercício ainda tinha seu mandato até 1950, entendimento este último que não prevaleceu. Daí a nova eleição.

Entretanto, o assunto voltou a discussão na sessão seguinte. O presidente anterior, advogado Paulo Pinheiro de Viveiros, entendeu que seu mandato terminara. A maioria presente, contudo, achou que a diretoria devia continuar no exercício por mais um ano. Espírito cordato e sem ambições vaidosas, o acadêmico Américo de Oliveira Costa, em seu nome e no de toda a nova diretoria, houve por bem pedir a renúncia coletiva. De qualquer forma, fôra presidente por alguns dias, até 31 de dezembro, data da renúncia. Mas acontece que o acadêmico Paulo Pinheiro de Viveiros entendeu que seu mandato estava extinto. E então apresentou também sua renúncia. Vaga a presidência, foi esta assumida pelo acadêmico mais idoso, Juvenal Larmartine de Faria.

Em sessão de 9 de março de 1950 realizou-se a eleição do novo presidente, recaindo a escolha no acadêmico Edgar Ferreira Barbosa.

Embora fundada a 14 de novembro de 1936, a sessão solene de instalação da Academia somente se realizou no sábado 15 de maio de 1937, no salão Waldemar de Almeida, do Instituto de Música, sua primeira sede provisória. Passaria, depois, para o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, à rua da Conceição n.º 622, por gentileza do acadêmico Nestor dos Santos Lima, um dos fundadores. A ele devemos a coordenação e publicação do n.º 1 da Revista da Academia, em 1959, na presidência Paulo Viveiros.

Rememoremos outros fatos. Por exemplo, logo na primeira reunião preparatória surgiu um problema. Nossa Academia não estabelecera quaisquer discriminações, admitindo entre seus fundadores duas expressivas representantes do sexo feminino, Palmira Wanderley e Maria Carolina Wanderley.

Acontece que Palmira Wanderley dirigiu carta ao acadêmico Sebastião Fernandes declinando da sua inclusão no rol dos fundadores. Por unanimidade, os presentes não viram motivos para atender ao pedido que, esperavam, seria reconsiderado. Na terceira sessão preparatória, a 28 de novembro de 1936, o acadêmico Antônio Soares de Araújo comunicou ter estado pessoalmente com a missivista e esta deixara ao seu critério a decisão final. Resultado: todos os presentes opinaram pela permanência da autora de "Roseira Brava" no quadro dos fundadores.

Muito mais tarde ocorreria outro episódio de renúncia. Foi seu protagonista Antônio Pinto de Medeiros. Ele era ocupante da cadeira n.º 15, fundada por Sebastião Fernandes de Oliveira, sendo patrono Pedro Velho. Disputara a vaga com Luiz Patriota.

Sou testemunha presencial do ocorrido. Numa das nossas reuniões ordinárias, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, então sede da Academia, a partir de 18 de março de 1939, chegou, ligeiramente retardado, Antônio Pinto de Medeiros. Estava sem paletó, vestindo camisa de meia com listras finas de azul e vermelho, calçando alpercatas abertas. Traje, aliás, com que se apresentava para suas aulas no Ateneu, segundo informa Veríssimo de Mélo. Inopidamente, fez-me uma pergunta, em voz baixa:

Você acha que eu posso renunciar à minha qualidade de membro da Academia?

— Creio que sim, respondi. Mas faça o pedido.

Ato contínuo, manifestou ele, verbalmente, o seu desejo ao plenário, para surpresa geral. O acadêmico Nestor dos Santos Lima entendeu que se tratava de título irrenunciável. Entretanto, em votação, a maioria, sentindo as disposições do peticionário, achou por bem deferir-lhe a solicitação. Consta do quadro geral de Patronos e Acadêmicos a observação — resignatário.

Antônio Pinto de Medeiros, pessoa irrequieta, inteligência viva, brilhante, mas um tanto cu quanto desabusado, contestador e terrivelmente irônico, era pouco adaptado ao ambiente acadêmico.

Curioso é que no livro de Atas nada consta a respeito, apenas se tratando, tempos adiante, da eleição para a vaga, que foi preenchida

pelo jornalista Eloi de Souza, realizando-se a eleição a 13 de outubro de 1949.

Não pronunciaram discurso de posse, por motivos diversos, os fundadores Henrique Castriciano, que entretanto leu longo trabalho sobre a literatura no Rio Grande do Norte, aceito posteriormente como seu discurso, Sebastião Fernandes de Oliveira, colhido pela morte quando já redigira seu esboço, mas um filho, Geraldo Fernandes de Oliveira, o leria em sessão, Luiz Gonzaga do Monte, que morreria cedo, Bruno Pereira e Francisco Palma.

Quanto a este último, seriamente enfermo, foi tido como empossado, mesmo sem o elcgio do patrono, mediante proposta do acadêmico Hélio Galvão, na sessão de 9 de março de 1950.

Fixaram os primeiros Estatutos da Academia em 25 o número dos seus membros. Dos fundadores, 23 moravam em Natal e 2, Adauto Miranda Raposo da Câmara e Dioclécio Dantas Duarte, no Rio de Janeiro.

Posteriormente, reforma estatutária de 1943 aumentou para trinta e mais tarde, em 1957, para quarenta, o número dos acadêmicos, com igual número de patronos, naturalmente. Os cinco acadêmicos eleitos para completar o número de trinta foram José Augusto Beireira de Medeiros, Américo de Oliveira Costa, Paulo Pinheiro de Viveiros, Esmeraldo Siqueira e Mancel Rodrigues de Mélo. Quanto aos dez eleitos para completar o número de quarenta foram José Melquíades de Macêdo, Tércio Rosado Maia, Oswaldo Câmara de Souza, Alvar Furtado de Mendonça, José Edinor Pinheiro Avelino, João Medeiros Filho, Newton Navarro, José Tavares da Silva, Raimundo Nonato Fernandes e José Sanderson Deodato Fernandes de Negreiros.

Na terceira sessão preparatória, a 28 de novembro de 1936, Câmara Cascudo submeteu à decisão dos pares a escolha do lema da Academia. Sua elaboração coubera ao acadêmico Luiz Monte, latinista profundo. Ele preparou nada menos que quatro, sendo aceito por unanimidade o primeiro deles **AD LUCEM VERSUS — Rumo à luz**.

Quanto à bandeira, selo e timbre, devemos-os ao hoje acadêmico Jorge O' Grady de Paiva. Escolheu côres e desenhos com a simbologia e técnicas da heráldica, que teve o cuidado de explicar e consta de nossa Revista. Mandou ademais preparar esse material e nos ofertou.

Não devemos omitir a publicação da nossa Revista, feita de maneira, espaçada, à falta de recursos. Mas é impossível escrever hoje a história literária, política e social do Rio Grande do Norte sem consulta à sua coleção. No seu número inicial está o primeiro discurso de elogio a patrono, pelo acadêmico Edgar Barbosa, da cadeira nº 5, a 22 de abril de 1939, ocupando-se de José Moreira Brandão Castelo Branco. Fez a saudação ao recipiendário o acadêmico Luís da Câmara Cascudo. É importante assinalar que dos 25 acadêmicos compareceram 22 à sessão solene, justificada a ausência dos 3 restantes: Adauto Câmara e Henrique Castriciano, por se encontrarem no Rio e Sebastião Fernandes, enfermo.

Nosso atual Secretário Geral, Veríssimo de Melo, publicou, em 1972, trabalho excelente, em dois volumes, "Patronos e Acadêmicos" com antologia e biografia de uns e outros. Temos o direito de esperar sua atualização e ninguém mais autorizado para fazê-lo do que o mesmo autor.

Para concluir, vale ainda recordar duas iniciativas. Consistiu a primeira na cooperação para o repatriamento dos despojos de Nísia Floresta, sonho acalentado por Henrique Castriciano, Adauto Câmara e Orlando Dantas. O então presidente Paulo Viveiros tomou parte ativa nas gestões coroadas de êxito. Encabeçaria o presidente Manoel Rodrigues de Melo o movimento de que resultou a construção do mausoléu da escritora e reforma do monumento, sob os auspícios da Academia, inaugurados a 3 de abril de 1955.

A outra iniciativa, na presidência de Manoel Rodrigues de Mélo, graças à sua tenacidade, foi a construção da sede definitiva da Academia. Chegou a Academia a possuir, por doação, dois terrenos para construir sua sede.

Graças ao empenho do presidente Paulo Viveiros, a Prefeitura Municipal de Natal doou um terreno à praça Tomaz de Araujo. Ele está hoje ocupado por um dos prédios do SESC, que o comprou à Academia. Num segundo, foi construída a sede, à rua Mipibu n.º 443. Obra que durou longos anos, pelas enormes dificuldades financeiras enfrentadas. Doou o terreno o governador do Estado, Dr. Silvio Pedrosa.

Datam os trabalhos iniciais de 25 de abril de 1958. Concluiu-se a construção do prédio a 21 de maio de 1970, embora, em sessão de 5 e 6 de setembro de 1954 fosse instalada com solenidade parte da nova sede, falando o acadêmico Nilo Pereira e o professor pernambucano Luiz Delgado. Mas sua inauguração definitiva, devidamente mobiliada, ocorreu a 23 de janeiro de 1976.

Manoel Rodrigues de Mélo refere, em relatório, os que mais o ajudaram: arquiteto Manoel de Souza Lélis, autor do projeto do edifício; mestre de obras Antônio Soares da Silva e cabo Juarez, da Polícia Militar, posto à disposição pelo coronel José Reinaldo Cavalcanti; marceneiro Antônio Cassiano da Silva; engenheiro Wilson de Oliveira Miranda; prefeito Djalma Maranhão; governadores do Estado Silvio Pedrosa, Dinarte Mariz, Aluísio Alves, Walfredo Gurgel, José Cortez Pereira de Araújo, Tarcísio Maia; integrantes da banca da norte-rio-grandense na Câmara e no Senado e da Assembléia Legislativa estadual, nominalmente citados; vereadores à Câmara Municipal de Natal; alguns comerciantes da cidade, referidos nominalmente dois, até avaliando títulos Luiz Veiga e Paulo Paulino de Mesquita; procurador Manoel de Medeiros Brito; Aldo Fernandes e Ulisses de Gois, emprestando recursos; Conselho Federal de Cultura.

Na presidência Onofre Lopes da Silva seriam introduzidos melhoramentos na sede e instalações, inclusive cadeiras do auditório e balcão das autoridades, no andar térreo, doação do Reitor Domingos Gomes de Lima, da UFRN e reformas no andar superior.

Graças ao apoio do atual Secretário de Educação, dr. Hélio Vasconcelos, realizaram-se reparos de vulto no edifício, para sua conservação, já na presidência vigente do acadêmico Diógenes da Cunha Lima Filho.

Minhas senhoras e meus Senhores

Este é o depoimento de quem viu nascer e viver a Academia Norte-Rio-grandense de Letras, convivendo com os seus fundadores e sucessores.

Homenageemos a todos eles. De maneira especial ao nosso fundador, Luis da Câmara Cascudo e aos nossos Presidentes, Henrique Castriciano de Souza, Antônio Soares de Araujo, Juvenal Lamartine de Faria, Paulo Pinheiro de Viveiros, Edgar Ferreira Barbosa, Américo de Oliveira Costa, Manoel Rodrigues de Mélo, Onofre Lopes da Silva e Diógenes da Cunha Lima Filho.

Aos que já nos deixaram, que Deus os tenha no seu lugar de luz e de refrigério. Aos que ora integram nossos quadros, uma palavra de estímulo para o pleno exercício de suas atividades em prol da elevação cultural do Rio Grande do Norte.

**DISCURSO DE POSSE  
DO ACADÊMICO NESTOR DOS SANTOS LIMA**



**Senhor Presidente.**

**Ilustres membros da Banca.**

**Senhores Acadêmicos.**

**Senhoras e Senhores.**

Por alguns meses, veio aproximando-se de mim o dia da minha posse nesta agusta Academia diante do qual me encontro hoje com a impressão de estar diante de uma banca examinadora, na condição de bisonho estudante de uma matéria na qual nunca me aprofundei. Não sem medo, nem angústia vim me arrastando, escrevendo, lendo e pensando e marchando para a data fatal. Creio mesmo que muitos dos meus confrades tiveram angústias semelhantes.

Sem querer, vem-me à memória, a tragédia que representou para o grande novelista mineiro João Guimarães Rosa a sua deliberadamente demorada eleição para a Academia Brasileira de Letras, evento que ele viu vir e que ele temia, não se sabe por que, particularmente, a circunstância de ter de enfrentar a posse, a cerimônia, o fardão protocolar e o discurso.

Eu o conhecera no meu primeiro contacto com o Instituto Rio Branco do qual ele era o secretário geral. Alto, calmo, an episcopal, olhos miudos detrás das grossas lentes e míope, frio e distante, mas logo presente ao contato humano. Acho que o agradei desde o primeiro instante, ao solicitar inscrição no concurso sem ter mais do que uma peça de identificação: A carteira da Ordem dos Advogados de Natal. A audácia me trouxe sua simpatia. Fui inscrito "sub conditione".

Nas vésperas da posse de Guimarães Rosa na Academia, via-o rabiscando o discurso de circunstância e já sabia dos seus temores que se revelariam bem fundados. Para a cerimônia na Quinta feira dia 16 de novembro de 1967, me deixara um bilhete: "Venha a minha posse. G." E eu fui, de roupa escura e gravata preta, em companhia do meu primo e ora confrade, o historiador Enélio Lima Petrovich, numa tarde quente e suada desse tropicalíssimo Rio de Janeiro cuja gente ainda não se enraizou em sua ecologia e insiste em vestir-se à inglesa, por culpa portuguesa e da nossa imaturidade cultural.

Bonita cerimônia. Todo o mundo oficial. Luzidios uniformes, acadêmicos em seus fardões, damas de longo, tudo como manda o figurino europeu. Longo discurso, cerca de duas horas. Cumprimentos, felicidade geral e abraços acalorados.

Meu fim de semana era isolado em uma casa de pescador comprada a duras penas em Barra de São João, Estado do Rio de Janeiro.

ro, de onde me separavam 5 horas de viagem pois ainda não havia a ponte sobre a Guanabara. Entre o mar e o rio de São João passei um fim de semana longe de tudo. Nem jornal lia.

Na segunda feira dia 20 de novembro de 1967, meu primeiro dever era de preparar a viagem do Ministro João Guimarães Rosa à Lima aonde o chamavam seus admiradores peruanos. Notando sua ausência do usual escritório, decidí telefonar para o novelista maranhense Josué Monteiro. Aí soube do evento, temido pelo notável escritor mineiro. João Guimarães Rosa falecera no fim da semana, no dia 19 de novembro, enterra-se-ia naquela segunda feira, dia 20, em triste cerimônia a que pude ainda assistir. A premonição que torturara Guimarães Rosa até sua posse na Academia se transformara em cruel realidade de sua imediata entrada no panteon dos mais ilustres intelectuais brasileiros, no Cemitério São João Batista.

Ao trazer aqui sua memória, quero render ao ilustre escritor mineiro que me deu uma mão amiga na entrada do Itamaraty, o preito de minha homenagem na temida hora de receber os laureis acadêmicos. Que Deus guarde em paz o velho Rosa, porque o queria muito. Eu sei que não sou tão amado e agradeceria à Deus não ser chamado tão cedo.

Apesar dos trinta e sete anos de afastamento de Natal, primeiro para o Rio de Janeiro, e depois para o mundo amplo e alheio, nunca cortei o contato com os vinte e sete anos aqui vividos. A vida de diplomata foi para mim um longo, despedaçar-me pois deixei em cada lugar um pouco de mim mesmo, e carreguei comigo recordações e vivências. Valendo-me da maliciosa política de pessoal do Itamaraty, que decifrei ao meu modo, e como apoio inestimável e a colaboração da minha mulher, imaginei um plano de carreira ao sabor de minhas preferências e de minhas curiosidades, sem preocupação com as usuais manobras para obter promoção rápida. Prá mim, a carreira diplomática foi uma oportunidade única de conhecer o mundo, os homens e as culturas. E para aproveitá-la tratei de postar-me sucessivamente na Europa oriental, na América do Norte e Central, na África do Norte, na Escandinávia, no Extremo Oriente, no norte da América do Sul, e no Caribe insular. Só não houve tempo para a Oceania onde a Indonésia me encanta. Em toda parte ficou um pouco da minha vida. Onde teria eu deixado mais de mim mesmo para a parada final?

Depois de muitas reflexões e diante da evidência, eis-me de volta ao trópico, de novo jogado nas praias de Natal. E como não perdera o contato com a terra, encontrei quase tudo no lugar. Os que faltavam, dormiam, profundamente, como dizia Bandeira, no Cemitério do Alecrim.

Desde junho de 1985, minha reintegração à vida e a paisagem social de Natal se vem implementando ao sabor da minha velha preferência pelo relacionamento com os jovens, com os desprotegidos, com os que precisam de aprender, o caminho do progresso social, de saber como lutar dentro do emaranhado da vida democrática que lhes

foi aberta sem explicações. Outra via, mais consentânea com a experiência consolidada na idade proecta, me estava sendo franqueada por uma conspiração de amigos conduzindo-me vagarosa mas seguramente às cgrégias portas desta Academia que me honro em transpor neste momento.

Parece que sou o primeiro a ascender a este patamar Excelso depois que o maior dos norte-riograndenses vivos e mortos assumiu, com o reconhecimento de todos, a função de nume protetor e guardião desta casa, na qual em sua honra existe uma cadeira vazia, para sempre. Faz pouco tempo portanto que a memória e a obra de Luiz da Câmara Cascudo passaram a pairar sobre esta instituição com o peso do seu exemplo que estabelece parâmetros ideais impossíveis de atingir mas constituindo permanente desafio para todos nós, acadêmicos ou não, como um padrão inexcedível de excelência. Tenho dúvidas de que possam vir a existir outros Cascudos no futuro da cultura potiguar e brasileira.

Para nós, a quem Cascudo chamava de gola azul, aludindo à velha farda dos estudantes do Atheneu Norte-riograndense dos anos 30, — uma classe de gente que começa a rarear pelo passar de meio século, — ter acesso a esta Academia agora é ser admitido à Casa de Cascudo e passar como estou passando hoje pelo exame de admissão perante esta dcuta banca de velhas figuras da intelectualidade potiguar a quem muito respeito.

Ainda me vejo, já no Atheneu, egresso das escolas de Dona Emília e Dona Alice Rangel Petit, onde aprendera tudo de que necessitaria na vida. No meio do alvoroço habitual do início do ano, certo dia apareceu na portaria do Atheneu e se foi embarafustando pelo pátio central um homem corpulento, de cara muito larga, olhos azuis profundos e cabelos ao vento, seguido por estudantes apressados que se iriam disputar um lugar na sala de aula para ouvi-lo. Era Cascudo, informei-me. Nem no Alecrim, nem nas escolas de onde vinha se falava desse homem. Segui os outros e todos fomos ficando magnetizados por aquele mestre que fazia de uma aula de história uma viagem pelo passado, um túnel do tempo, na linguagem eletrônica de hoje, tudo com humor, precisão e profundidade incomuns, numa linguagem ao mesmo tempo culta e acessível que deliciava a estudantada. Era ele, Cascudo, o homem da descida da Ribeira. Infelizmente não tive o privilégio de ser seu discípulo; mas guardei aquela imagem fugaz para sempre. Só muito mais tarde iria conferi-la com o velho sábio em que se transformara o vibrante e jovem professor da minha adolescência.

Muito mais tarde, em companhia do meu irmão Deolindo, fomos admitidos a visitar o velho sábio. Bebemos cada uma de suas palavras. Nunca mais esquecemos, os dois, da lapidar frase de Cascudo com que concluiu suas reflexões sobre a vida: Meninos: "O homem perdeu a noção da suficiência". Vem-me sempre à memória, com essa frase de Cascudo, a advertência de Ghandi: A terra é sufi-

ciente para nossas necessidades, mas não é bastante para nossas ambições.”

Daquela visita saímos convencidos de termos vistos a materialização do que deveria ser um sábio. Cascudo, da idade provecta já mostrando sinais da passagem irrevogável do tempo, distribuía as mancheias a sabedoria que sua incessante busca pela excelência intelectual distilava de tudo o que aprendera e reelaborara com sua mente privilegiada. O sábio fora o resultado de uma longa vida dedicada ao saber nos vastos domínios das ciências sociais que ele percorrera em todos os sentidos para poder, nos últimos anos de sua vida, dar a cada palavra que proferia a cada gesto que esboçava uma riqueza de significado e uma profundidade de conteúdo que só os sábios podem proporcionar.

Albert Sabin, gênio e santo, que eu uma vez pude observar de perto, tinha outro tipo de grandeza. Em toda sua modéstia não podia esconder que era um grande homem, em toda a extensão da palavra. Gênio e santo, irradiava beleza, amor pela humanidade, ânsia de servir em escala mundial, e com eficácia comprovada, o gênero humano inteiro.

No meu modesto entender, um sábio como Cascudo, ou um grande homem como Albert Sabin não são medidas de comparar. Cada um tem um universo próprio para exercitar sua grandeza estelar. O mundo do espírito, do intelecto, da compreensão do fenômeno humano, no dizer de Teilhard de Chardin, foi e será o campo onde as qualidades de Cascudo serão sempre celebradas. O universo político do homem, o ecúmeno humano, é a área em que se exercem e são estimadas as qualidades desenvolvidas ao máximo por Sabin.

Mas Cascudo tem ademais um impacto específico, ao meu ver, de vasto significado para as gentes tropicais que somos nós, as massas amorenadas que vivemos entre o trópico de Cancer e o de Capricórnio. E que CASCUDO foi o primeiro intelectual tropical em toda estatura, num mundo em que ainda se prefere pensar que a ciência o conhecimento puro, a eficácia intelectual a proficiência do pesquisador seriam o apanágio das gentes das áreas temperadas, onde os longos invernos e as baixas temperaturas propiciam o estudo, estimulam a cultura e o progresso material. Tudo porque, para o Ocidente, a cultura e o progresso se fixaram, nestes últimos dez séculos, na Europa, esse pequeno cabo da Asia, no dizer de Valery, de onde a menos de 500 anos começaram a nos chegar as luzes e os preconceitos anti-tropicais.

Parece que é de Tolstoi o conselho de buscar o universal escrevendo sobre a aldeia de cada um: “se buscas o universo escreve sobre tua aldeia.” Cascudo provou que o gênio e o talento são superiores aos preconceitos. Que não há barreiras suficientemente fortes contrato trabalho honesto, a pesquisa séria, mesmo se veiculados em uma língua de menor projeção universal, ainda que manobrada com a fascinante habilidade e riqueza vocabular que lhe eram características. Sun TZU escreveu a “Arte da Guerra” 500 anos antes de Cristo

e em chinês, obra mestra que desde então vem sendo editada. Cas- cudo se fez universal a partir de um ponto perdido na dita insupor- tável zona tórrida onde, para muitos e até bem pouco, seria impos- sível brotar a cultura e implantar-se a civilização.

Pelas alturas de 1967, numa das minhas visitas à Fundação Castro Maia, nas montanhas da Tijuca, no Rio de Janeiro, chamou-me fortemente a atenção uma gravura de Jean Baptiste Debret, pintor francês que viveu e trabalhou no Brasil entre 1816, e 1831. A gravura era intitulada "O intelectual tropical no seu escritório" na qual se repre- sentava um homem, cavalgando uma rede, lendo, cercado de objetos de estudo, numa sala isolada, com plantas. Com a minha mania de cultu- ra tropical, interpretei inicialmente a gravura como uma "gozação" desaforada um francês do alto de sua incompreensão etnocêntrica e preconceituosa contra o trópico e o modo de ser das gentes tropi- cais, melhor dito, neotropicais do Brasil.

Depois de um estudo mais aprofundado da gravura que me fora cedida em cópia fotográfica pela Fundação, me dei conta que na ver- dade Debret tinha esboçado a idéia de como deveria agir um intelec- tual tropical, sem ridicularizar nem fazer caricatura, como era de es- perar de um pintor europeu perdido nas brenhas tropicais de um Bra- sil pré e apenas pós colonial. Ter-se-ia Debret inspirado em algum in- tellectual criativo da época ou teria sido um ensaio de ficção científica de prospecção da vida tropical?

Para mim Cascudo materializou, no último quartel do século XX a figura do intelectual tropical esboçada por Drebet na ter- ceira década do século XIX. Com a rede pronta para recebê-lo a qualquer hora do dia ou da noite, de pijama e chinelas, em sua casa de teto alto e portas abertas, cheia de plantas e da brisa morna de Natal, bem que Cascudo poderia ter sido o modelo que inspirara De- bret. Mas para mim foi Cascudo a idéia da gravura, em ato.

Nesta perspectiva de ente tropical por excelência, é mais fácil compreender Cascudo com sua prosa densa e rica como uma floresta tropical que tanto assustou os recém-chegados nos primeiros séculos. Como a música de outro gênio tropical, Villa Lobos, a prosa de Cas- cudo flui em catadupas, com a intensa variedade das florestas tro- picais estuantes da vida dos solos fertilizados pela permanente diges- tão da folhagem em constante substituição.

E foi assim que, passados quase 500 anos de aculturação, em que foi costume e a moda intelectual tratar negativamente a realidade brasileira, tivemos em fim um sábio tropical. Resta-nos agora sua me- mória, seu exemplo.

Mas, senhores que me ouvem e cuja paciência já começa a se esgotar. Não deixemos que a fascinante personalidade do Patrono desta Academia obscureça demasiado os méritos dos patronos de cada cadeira constitutiva do círculo dos 40 que formam este plenário. Sa- bemos todos nós que distância separa um sábio como Cascudo dos comuns mortais que somos todos. É a diferença que separa Edison Arantes do Nascimento dos milhões de jovens que se empenham diu-

turnamente em melhorar sua capacidade para jogar futebol. Os outros não são comparáveis aos gênios nos seus campos específicos. Contentemo-nos com as graças recebidas de Deus e façamos o melhor delas.

Quando da fundação desta Academia, em 14 de novembro de 1936, os seus organizadores, entre os quais Cascudo e Henrique Castriano, tinham a tarefa de uma escassa população que se aproximava de 1 milhão de habitantes, selecionar os nomes que vivos ou mortos se tivessem destacado na rudimentar vida intelectual de uma província que mesmo hoje mantém em estado de analfabetismo quase ou a metade inteira de sua população. As escolhas foram feitas, com o maior discernimento e se chegou ao elenco de nomes que desta ou daquela maneira honram, pela sua obra ou por seus méritos intrínsecos ou por ambos, os foros de cultura desta casa. Entre eles não poderia faltar o patrono da cadeira que me cumpre agora ocupar, com todas minhas debilidades, a cadeira 07, (me cai bem por meu passado de sêmi agente secreto) cujo nome tutelar é o do historiador Manuel Ferreira Nobre, que viveu entre 1824 e 1897, o primeiro reconhecido historiador do Rio Grande do Norte pela sua obra "Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte," publicada a primeira vez em 1877.

Ferreira Nobre viveu no primeiro e no segundo império, sob os dois Pedro, o I e o II, e morreu nove anos após a Libertação dos Escravos que levaria à república, em 1889. Provinciano, voltado para as coisas de sua província, Ferreira Nobre viveu intensamente a limitada vida do Rio Grande do Norte de então; ocupou-se de variados setores da vida local e deixou-nos o repositório de suas informações sobre o nosso então desconhecido e pouco percorrido Estado do Rio Grande do Norte em que se transformaria a província imperial.

No Rio Grande do Norte do século XIX, com a mesma alarmante falta de gente capacitada que ainda hoje nos persegue, um homem com a personalidade de Manuel Ferreira Nobre, modesto, trabalhador, de firmes convicções e seriedade de intenções, com razoável nível de cultura e alta capacidade de trabalho, cercado por uma sociedade de elevado nível de analfabetismo, teria que ser chamado a exercer muitas atividades por falta de alternativas humanas. Assim, a julgar pela minuciosa pesquisa a seu respeito preparada por nosso confrade Manuel Rodrigues de Melo, o nosso patrono Manuel Ferreira Nobre foi sobretudo um infatigável burocrata; mas no curso de sua vida foi também político, militar, homeopata, enfermeiro, literato, tabelião e advogado provisionado, ainda tendo tempo para apresentar-se como voluntário para seguir para a guerra do Paraguai, tendo sido excluído por falta de condições físicas.

Por quê lhe atribuíram tantas tarefas que ocupariam outros homens se os houvesse em condições de cumpri-las, não é claro. Parece-me que a condição de filho de um respeitado militar, numa província ainda à sombra dos capitães-mores, acrescida aos seus méritos pes-

soais reconhecido entre os seus contemporâneos, explicam melhor porque lhe tenham sido atribuídas tantas funções que soube cumprir com dignidade e a habitual seriedade.

Leve-se em conta que como Oficial Maior da Secretaria da Assembléia Provincial do Rio Grande do Norte durante pouco mais de dois anos, Manoel Ferreira Nobre, apenas para ajudar os legisladores a legislar em conhecimento de causa, em uma província sem estradas, cujo interior era quase completamente desconhecido, coletou as informações básicas sobre o Rio Grande do Norte que serviriam posteriormente também para, uma vez reunidas, constituir o volume da "Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte", que lhe valeu muito depois a escolha do seu nome para patrono da cadeira 07 desta Academia, apesar do reduzido escopo do seu trabalho, que ele próprio nunca exagerou. O livro veio à luz no Espírito Santo, em 1877 e só teria uma segunda edição em 1971 graças ao entusiasmo permanentemente juvenil do nosso confrade Acadêmico Enélio Lima Petrovich, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. É o primeiro esboço de uma história do Rio Grande do Norte, antecessora dos trabalhos mais completos de Câmara Cascudo, Tavares de Lyra e dos mais modernos de Olavo Medeiros Filho e de Tarcísio Medeiros e sua documentada Protohistória do Rio Grande do Norte.

Aos que perlustam as folhas do livro de Ferreira Nobre não lhes escapará que o autor, com uma constância admirável, reuniu volume considerável de informações dispersas sobre nossa província, sistematizou-as mas não procurou fundi-las no corpo de uma história da província. Daí o modesto título de "Breve Notícia" em sua obra de utilidade na época e de interesse histórico atualmente.

Nos meados do século XIX, no nordeste ainda mais atrasado as viagens eram problemáticas por falta de veículos apropriados e pela ausente infra estrutura de estradas, que só surgiriam nos meados do século seguinte. Pouco se sabia sobre esta província, mesmo de pequenas dimensões, num país de unidades desiguais, entre as quais a nossa, de escassos 50.000 quilômetros quadrados. Daí, o valor das informações coletadas há um século por Ferreira Nobre mas que reunidas em volume não chegam a atingir o nível de uma história provincial. Fela natureza do seu conteúdo, a obra única do nosso patrono constitui, guardadas as devidas proporções, um documento informativo sobre o Rio Grande do Norte, mais aproximado a uma Corografia Brasileira de Ayres do Casal do que da sumarenta História do Brasil do Frei Vicente do Salvador concluída em 1618.

Pelo teor das suas notas constantes da "Breve Notícia" é fácil imaginar que Ferreira Nobre era na realidade um intelectual sério, criterioso e capaz de um trabalho de exemplar objetividade. Seu estilo seco, preciso, revela bem o homem diante do qual nos defrontamos idealmente, um espírito lúcido, pragmático, objetivo, ordenado e sem maiores pretensões do que a de servir bem. Modestamente ele rotulou seu trabalho de "ligeiro ensaio" mas deixou claro que sua

meta era a de "fazer, mesmo pouco, mas fazer mais do que aqueles que podendo fazer muito, jazem na inércia".

Assim, a tradição de modéstia, de trabalho e de probidade intelectual do patrono da cadeira 07 vem sendo continuada pelos meus precessores, Antônio Soares e Mariano Coelho.

Antônio Soares, o consagrado poeta de "Os Noivos" cantado e declamação exaustivamente ainda até bem pouco (ouvi-a cantanda por meu pai) era, além de jurista e poeta uma vocação de historiador de ambições amplas, como o deixou transparecer pelo seu planejado "Dicionário Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte" infelizmente inacabado. A obra viu a luz em 1930, apenas das letras A a E que revelam o escopo vasto do plano. Infatigavelmente porém, continuou Antônio Soares a coligir notas históricas que seriam publicadas em 1985, após seu falecimento, graças aos esforços do nosso confrade e herdeiro patronímico, o acadêmico Antônio Soares de Araújo Filho, meu dileto amigo, desde os tempos dos nossos escarniçados combates futebolísticos no quintal do velho Cândido Medeiros, no Ale-rim, à sombra das mangueiras.

Aos dois historiadores cujos nomes ficaram ligados à cadeira 07, o patrono da mesma, Manuel Ferreira Nobre, e o seu primeiro ocupante, Antônio Soares, seguiu-se uma figura singular de médico, poeta e trovador, o meu distinto predecessor Doutor Mariano Coelho, de quem agora cumpre ocupar-nos.

Nascido no Açú, terra de poetas, Mariano não poderia escapar ao fascínio das musas que encheriam os seus poucos momentos de lazer roubados a uma profissão exigente a que se atirara por vocação, a medicina. Criado nas ribeiras do Açú, onde nascera a 9 de maio de 1899, no sítio do Cuó, que seu pai, baiano de nascimento, rebatizaria como Iambupe, em homenagem ao seu lugar de nascimento em terras baianas, Mariano cresceu entre seus 10 irmãos, lidando com uma natureza rude que lhe conferira a condição de educado pela pedra-fruto da pedagogia sertaneja assim definida pelo poeta pernambucano João Cabral de Melo Neto. Mas a rudeza que as pedras açuenses haviam transmitido inicialmente a Mariano seria posteriormente amenizada ao contato das doçuras infinitas da cultura baiana de cujo longo contato Mariano emergeria médico, ansioso para voltar ao sertão, como todo sertanejo ao primeiro sinal de chuva.

Não lhe fora fácil sobreviver e estudar medicina na Bahia, onde o elevado nível da Faculdade de Medicina exigia do alunado toda dedicação possível. Já no primeiro ano falecera seu pai no Açú, ficando Mariano dependendo exclusivamente de seus magros proventos da função de auxiliar de telegrafista que conseguira por concurso ainda no Rio Grande do Norte e se transferia para a Bahia para poder estudar medicina, graças ao apoio recebido na ocasião da parte de Eloy de Souza, favor que Mariano jamais esqueceria. Mas a Bahia é generosa e Mariano não só se formou em Medicina, como arranjou uma bela noiva que seria posteriormente sua primeira esposa, Dona Rosita Coelho de Souza, em cuja companhia viria posteriormente a instalar-se em

Currais Novos, a promissora cidade sertaneja que então não era mais que um burgo rural concentrado numa pecuária ao azar das secas, hoje pujante centro de uma atividade mineira que vem diversificando a economia da região.

Pouco a pouco a população de Currais Novos e suas vizinhanças se foi convencendo que o médico recentemente instalado queria exercer a medicina como um sacerdócio, ao qual se daria integralmente a partir daquele momento. Mariano ia ser o protótipo de um médico rural espécie hoje evanescente devido à comercialização do exercício médico e a crescente socialização da medicina nos nossos dias. Sua conduta irreprochável, o alto padrão de exercício profissional com que trabalhava, o desinteresse por vantagens materiais aliado ao toque humano e cordial que emprestava a sua atividade lhe grangearam rapidamente a coorte de amigos e admiradores que não cessaria de crescer desde os seus humildes inícios entre a gente de Currais Novos, depois Natal, para onde viria muito mais tarde a chamado da nóvel Universidade Federal do Rio Grande do Norte, então sob a batuta inesquecível de Onofre Lopes.

Por intermédio do Reitor Genivaldo Barros, tive oportunidade de escutar um longo depoimento de Mariano Coelho gravado por Cleone Noronha e José Anchieta, de dentro do qual pulou, vivo e ainda vibrante, o velho Mariano Coelho já alquebrado por uma longa vida dedicada à medicina e iluminada pelos raios de uma alma poética sempre pronta a desabrochar em versos, em glosas, em vilancetes, em sonetos, em acrósticos ou em trovas à menor provocação a sua vibrante sensibilidade. E veio jorrando de dentro em cascata, uma poesia simples, espontânea, na qual se misturavam o amor, a medicina, a mulher, a amizade, a pilhéria, o fescenino, o escatológico, o burlesco, o humorístico, as alegrias da vida e mesmo o cigarro. Era Mariano, vivo: fora das limitações do contexto do seu livro "Fumaça" no qual ficaram registradas sua poesia, por assim dizer, oficial do Acadêmico.

Por gentileza da segunda esposa de Mariano, sua viúva, Dona Maria de Lourdes Varela Coelho aqui presente, tive a curiosidade de ver fotografias do Doutor Mariano Coelho, desde o guapo jovem doutor moreno e de bigodinho do dia do casamento, na Bahia, ao lado de Rosita, até fotografias bem recentes, do velho Mariano alquebrado por uma dor nas costas que o fazia dobrar-se até parecer bem menor do que era. A mesma fisionomia bondosa, os olhos claros e profundos, a expressão própria para a compreensão e para o compromisso que lhe deve ter valido a capacidade de curar os seus enfermos e de encantar os seus amigos e os que dele se aproximaram e puderam gozar de sua amizade até quando cruzou os humbrais da eternidade aos 88 anos, bem ainda recentemente. Casado por amor, duas vezes, sem filhos, mas com homens e mulheres formados a sua sombra, médico por vocação e poeta por atitude de aproximação e amizade, no dizer acertado do Veríssimo Melo, Mariano viveu uma longa e profícua vida. Que Deus o tenha em sua guarda.

Não pretendo comentar a riqueza existente na única obra deixada por Mariano, o livro de poesias "Fumaça", por faltar-me a formação literária apropriada por ter-me desde muito cedo recusado voltar-me para a poesia e para os poetas, que só muito tarde atrairiam minha atenção. Quero apenas avançar que, ao meu ver, a maioria dos literatos nordestinos, mesmo quando estão fazendo poesia, na verdade estão exercitando, por outros meios, o direito de denunciar verdades ou verberar evidências que incomodariam demasiado se ditas em prosa. Talvez a miséria, as injustiças, as calamidades, a pobreza tudo nos leva a uma literatura real e dolorosamente consequente com a vida. A forma poética apenas disfarçaria o panfleto que não convém fazer.

Mariano, por exemplo, com sua formação científica, libertava-se da constante preocupação com enigmas orgânicos ameaçadores para divertir-se com sentimentos dos quais fluía sua poesia. Foi uma constante o seu desejo de justificar que o médico fosse também poeta. Mas a maestria com que pesava e usava as palavras tinha algo de científico. Sua poesia era jogo de cordialidade, no dizer acertado de Veríssimo, mas a fazia com uma judiciosa escolha de palavras, como quem compõe uma receita médica. Mariano redigia suas diversões poéticas sob a disciplina mental de quem foi treinado no trato dos problemas dos quais depende a vida e a morte, as situações-limite além das quais não há perdão. Daí a qualidade inegável do seu trabalho. E aqui me detenho porque me faltam qualidades para tratar de poesias e de poetas.

É reconhecido que a poesia tem sido o campo de predileção dos intelectuais potiguares, desde que acordei para a vida intelectual e mesmo muito antes disso. Fui sempre avesso a essa corrente. Notei porém com preocupação quando Gilberto Gil, poeta e compositor baiano, deu, na década dos sessenta, o brado de alarme que me tocou como seresteiro impenitente da Redinha e de Olinda: "Poetas, seresteiros, namorados correi. É chegada a hora de escrever o último poema" Em suma, chegados os astronautas à lua, não estava definitivamente desmitificado o planeta inspirador de todos os românticos? Havia pressa em salvar o velho encanto das luas cheias que tanto inspira os lobos, os cachorros, os coiotes e os poetas.

Embora os poetas potiguares não o sintam, os efeitos dessas contingências continuam. Na França, os intelectuais se inquietaram: Não há mais capítulo de poesia nos catálogos das grandes editoras "Hoje quem fala em literatura pensa em ensaio, teatro, novela..." Será que a desmitificação da lua e a voga do pensamento pragmático e científico significam o fim dos poetas? A onde irá se inspirar a poesia do mundo novo que se anuncia?

Até bem tarde não houve lugar para a poesia na minha formação intelectual, feita à base de romances, novelas e ensaios, e posteriormente na idade adulta, exclusivamente ensaio, estudos e informinha biblioteca de estéril, sem poesia e sem romance. E ela sabia o

que estava dizendo e a quem. Vinguei-me devorando Madame Bovary e aprendendo a apreciar na prosa de Flaubert, os meandros da alma feminina de uma mulher singular.

Ainda em Natal, durante a guerra, um professor norte-americano me daria um curso sobre Shakespeare e me revelaria o mundo de poesia oculto há densa dramaturgia do pai do teatro inglês. Depois, já no Rio de Janeiro, o velho professor Roberto Alvim Correia, em três aulas inicia-me finalmente no mundo esotérico da poesia, numa experiência que se completaria mais tarde no encontro com Octavio Paz e "O Arco e a Lira" daquele insigne poeta e ensaísta mexicano. Mas seria em Tóquio que se me revelaria o que era a linguagem criativa dos poetas, em contraposição com a linguagem descritiva dos ensaístas. E foi assim, aos trancos e barrancos, que cheguei à compreensão do fenômeno poético, que se não confunde com a habilidosa manipulação de palavras geralmente aceita como poesia.

Um poeta eu vi e com ele convivi durante três anos: Ruy Ribeiro Couto, paulista, membro da Academia Brasileira de Letras aos 24 anos, personagem fulgurante cuja memória cultuo neste momento em que acedo, à mesma condição em nível estadual, muito mais tarde do que ele, porque "la valeur n'attend pas le nombre des années" como dizem os franceses em sua cultura milenar. Couto era poeta, vivia como poeta e trabalhava como poeta, embora dentro do mínimo de disciplina que lhe impunha o seu alto cargo diplomático. Éramos os dois únicos brasileiros em Belgrado e vivemos em estreita relação de gato e rato por três anos. Creio que aprendi o que é um poeta. Com ele troquei muitas idéias. E seguramente saí ganhando. Meu saldo foi positivo.

Antes de terminar, penso pedir-lhes um pouco mais de paciência para falar-lhes, do novo ocupante da cadeira 07, completando a magnífica exposição que será feita com muita inteligência e excessiva bondade pelo confrade Raimundo Nonato Fernandes, amigo de longa data que revelou saber mais sobre mim do que eu próprio.

Escrever escrevi muito, para um leitor cativo que se oculta sob o título Senhor MINISTRO. A profissão que adotei, por acaso, no limiar da minha vida adulta, levava ao dever diuturno de escrever para uma burocracia distante, impiedosa, lacônica no elogiar e fulminante em verberar erros.

A propósito de diplomatas e sua função, Agripino Grieco, pai de diplomatas, com sua velha mordacidade proverbial dizia que o Itamaraty esterilizava a veia literária dos seus funcionários, referindo-se ao seu filho e meu chefe Donatelo. Mas Cascudo — e a gente sempre volta a Cascudo — em certo momento provocou bruscamente Ruy Ribeiro Couto, como registra o saboroso livro "Cascudo um Brasileiro Feliz", do poeta e acadêmico que muito me honra em presidir esta cerimônia: Diógenes da Cunha Lima.

"Disse a Ribeiro Couto: sua profissão é funcionalmente a mais intelectual; e pobre intelectualmente. Cadê o livro de diplomata? Só antes ou depois do Itamaraty".

Não sei o que Couto lhe teria respondido. Sei que Couto continuara a escrever por dentro da carreira. Mas se foi confinando à poesia, do DIA LONGO, do LES JEUX DE L'APPRENTIS ANIMALIER"; mas nada como os monumentos que Cascudo produzia noite a dentro em Natal. Couto produzia também noite a dentro, para acordar na tarde. De manhã eu encontrava sempre um poema ao lado de uma série de esboços de comunicações oficiais no que ele era mais fértil. Os diplomatas escrevem, seu Cascudo. Mas dentro de uma série de limitações estatutárias. E não são homens de gênio. Terminam reduzindo tudo a tão pouco que recorrem finalmente à poesia. Couto, Raul Bopp e João Cabral estão aí para testemunhar. E temos novos valores na casa, entre os quais o ensaísta Guilherme Merquor, já de projeção no exterior e validamente conquistada.

Mas eu já era maduro quando entrei na carreira diplomática, cujo melhor tempo de ingresso é antes dos 25 anos. E já tinha 30 quando segui para a Europa comunista, a Iugoslávia.

Lá o que se passava era apaixonante e fazia sentido comunicá-lo ao Governo do Brasil para ajudar a compreender o comunismo, o maior fenômeno político do século XX, quiçá do século XXI, a julgar pelo vigor das posições assumidas pela nova liderança da União Soviética diante de um presidente dos Estados Unidos da América já envelhecido e desprestigiado pelo seu povo. Mas nos meados do século XX, o totalitarismo marxista-leninista que vinha do leste em marcha avassaladora scfreria sua primeira brecha, precisamente em Belgrado, dos meus dias, da década dos 50'. Daí o meu interesse na minha missão ali.

Meu regresso à América, em 1954, para o México, fora rotulado pelo poeta Ribeiro Couto como um "entêrro de terceira classe". "Você vai enterrar-se na mediocridade intelectual latino-americana" dizia Couto, do alto de sua visão de brasileiro excessivamente europeizado, até mesmo euroetnocêntrico, se assim se pode dizer. Note-se que Ribeiro Couto nunca cessará de reclamar sua origem humilde, filho de portuquês com feiticeira africana como confessava orgulhoso. Na verdade, o Embaixador Ribeiro Couto embora já estivesse desbotado na cor pelos longos invernos iugoslavos e sem os cabelos herdados da linha materna, então já desaparecendo sob o avanço da calva crescente, era sem dúvida um mulato de gênio.

Mas o poeta Couto não poderia imaginar que eu iria encontrar o México fervilhando de imigrados espanhóis de altíssimo gabarito que, juntos com Alfonso Reyes estavam ensejando uma nova safra de intelectuais mexicanos entre os quais Octávio Paz, o poeta e ensaísta, e Leopoldo Zea, o pensador e filósofo mexicano. Foi entre eles que percebi a necessidade de ativar uma literatura de combate, em espanhol, por uma imagem do Brasil mais clara e livre dos estereótipos herdados das velhas querelas peninsulares entre portugueses e espanhóis. Foi no México que concebi e realizei a essência da "A Terceira América" sob os estímulos do velho Aurélio Buarque de Holanda e do ensaísta Vianna Moog. Tinha descoberto o posto de combate para minha literatura, onde ainda estou, pronto para novas batalhas

porque nunca aceitei a ideia da literatura como arte pela arte, mas ao contrário, como mensagem escrita para um destinatário e servindo a um propósito, sempre ligado ao de reduzir a zona escura da ignorância, mãe dos mitos e das religiões que ora libertam ora encadeiam o homem” “O dever do intelectual é pensar, e se necessário, protestar” diz Octávio Paz, em um dos seus formidáveis ensaios do seu discutido riquíssimo e controverso livro “EL OGRO FILANTRÓPICO”, com ensaios de política e de história, de 1971 a 1978, publicado em 1979. A ele, a OCTÁVIO PAZ, e ao saudoso historiador recentemente falecido e meu professor no Instituto Rio Branco, José Honório Rodrigues, daqueles luminosos ensaios de “HISTÓRIA COMBATENTE”, devo minha disposição pragmática de aprender a lição da história e aplicá-la à realidade para melhor me situar no meu tempo.

Finalmente, encontro-me entre vós, meus caros confrades acadêmicos, para iniciar um convívio do qual saberei haurir experiência, amor pelos outros e respeito às convicções de cada um, num aprendizado com as mais altas esferas do pensamento e da cultura em nosso pequenino estado de quase dois milhões de habitantes, metade dos quais analfabetos, fato cuja responsabilidade, como intelectuais, não poderemos elidir.

Como vereis, confrades meus, não me deixei contagiar pela miragem de um mundo a que não pertencia. Saí daqui natalense chucro, e regressei sofisticado, mas natalense. Não mais o jovem do Alecrim, da Avenida Alexandrino de Alencar, zona que para muitos estaria fora dos limites civilizados de Natal, mas adulto amadurecido por uma longa viagem de 37 anos entre sombras e máscaras que constituem as elites universais dos círculos diplomáticos. Nada me seduziu no mundo que eu vi, a não ser a experiência única de lidar com homens de diferentes culturas e fidelidades nacionais diversas. Regressei à Natal, já lá se vão dois anos, com a mesma original ogeriza à ostentação do luxo, num mundo de maiorias miseráveis. Não perdi em nada a rusticidade que me foi necessária à vida simples da velha granja do Alecrim, da qual subsistem velhas e frondosas mangueiras plantadas por meu pai.

Tenho a impressão (gostaria que fosse verdade) que nas minhas veias correm simplicidades herdadas das culturas indígenas precolombianas do Brasil, antes de serem corrompidas pela pregação falsamente cristã dos portugueses que já haviam desprezado os valores revelados pelo Cristo para se refocilarem nas realidades do ouro e da conquista das riquezas enquanto pregavam o Evangelho.

Agora volto a inserir-me na terra que me viu nascer. O sentimento com que me envolvo nesta nova fase de uma velha vida foi descrito lapidariamente por Joaquim Dubellay, em 1954. Ouçamo-lo:

“Heureux qui comme Ulysse a fait un beau voyage

Ou comme celui lá qui conquít la toison

Et puis, est retourné plein d'Usage et raison

Vivre entre ses parents le reste de son âge”

Senhores, que me ouvis:

Quem é brasileiro, não regressa ao Brasil. Volta a algum canto deste imenso país onde deixou vivências enterradas. Somos um país voltado ao regionalismo. Sem regionalismo não há nacionalismo.

Me perguntam porque regressei à Natal. Alguns até duvidam que eu possa suportar viver uma vida simples, numa cidade pequena, na capital de um dos estados menos desenvolvidos da federação, pelo fato de eu ter experimentado outros níveis de sofisticação cidadina.

A essas dúvidas e a esses questionamentos eu me respondia a mim mesmo com o eco do canto do maior poeta da língua portuguesa de todos os tempos, que me ajudava a compreender a minha decisão: voltar à Natal, ao Nordeste bravo e atrasado, para ajudar em sua ren- denção, com as forças que me restassem.

O poeta lusitano, Camões, pensava nas suaves praias atlânticas do Portugal metropolitano. Mas sua poesia para mim sempre expressou o meu apego a este ensolarado (as vezes) rincão tropical, a cidade do Natal, tão amada por Cascudo e por meu pai, Deolindo Lima, o vate do Potengi das águas mansas, e de todos nós.

Permiti-me ler o verso camoniano que embalou meus sonhos de regresso à Natal:

“Essa é a ditosa pátria minha amada,  
 À qual se o céu me der que eu sem castigo  
 Volte com esta empresa terminada,  
 Acabe-se esta luz ali comigo.

OBRIGADO.

Natal, 29 de abril de 1987.

## SAUDAÇÃO A NESTOR DOS SANTOS LIMA SANTOS LIMA

NESTOR LUIZ FERNANDES BARROS DOS SANTOS LIMA, ou simplesmente NESTOR DOS SANTOS LIMA, como são conhecidos o embaixador, o escritor e o defensor do meia-ambiente, é um norte-rio-grandense nascido em Natal, no bairro da Ribeira, em 15 de outubro de 1921, hoje, portanto, com 65 anos de idade, mas com a forma física e a lucidez mental de um jovem amadurecido.

É o quarto filho de um total de cinco, do casal Deolindo dos Santos Lima, guarda-livros, poeta e maçom, e Clélia Fernandes Barros dos Santos Lima, dona de casa e católica. O pai, cujo centenário de nascimento foi recentemente celebrado e mereceu uma homenagem da confraria dos trovadores, a que em vida pertenceu, como apreciador das rodas de seresteiros e boêmios da Natal do seu tempo, era um homem pobre, mas conseguiu dar aos filhos uma excelente educação, que a todos permitiu alcançar, em seu meio, de forma séria e honrada, uma situação de merecido destaque.

Seus tios Luiz Antônio dos Santos Lima, médico e professor, e Nestor dos Santos Lima, advogado e também professor, tiveram participação importante na vida política e administrativa do Estado e se destacaram em suas atividades profissionais. O Dr. Luiz Antônio, cujo nome identifica, hoje, um dos nossos hospitais públicos, onde exerceu uma medicina dedicada e altruísta, era um homem inteligente, orador de talento, político radical e pessoa humana generosa e envolvente no trato com clientes e amigos.

Dos irmãos do embaixador NESTOR LIMA, o mais velho, Alferes Galdino dos Santos Lima, já falecido, e a mais nova, Maria Clélia dos Santos Lima, radicada no Rio de Janeiro, formaram-se em medicina, tendo o primeiro exercido, na administração estadual, como especialista em saúde pública, a direção desse importante serviço. O segundo irmão, Deolindo dos Santos Lima Júnior, é oficial superior do Exército e advogado, radicado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A irmã Ana Maria Lima Nogueira é casada com o conceituado jurista e professor Francisco Nogueira Fernandes, ex-Procurador-Geral da Justiça, honrado e respeitado membro do Ministério Público do Estado.

O jovem NESTOR LIMA fez os seus estudos primários em escolas particulares e o então curso ginásial na mais tradicional e importante escola pública do Estado — o Atheneu Norte-Rio-Grandense, hoje Colégio Estadual. Foi aí que ele e eu nos encontramos e, juntos, concluímos esse curso em 1937. Juntos ainda estivemos, daí por diante, nas três fases seguintes de nossa vida escolar: no Ginásio Pernambucano do Recife, fazendo o curso pré-jurídico; na preparação para o exame vestibular ao curso de Direito, quando eu frequentei por algumas manhãs a sua velha casa da Avenida Alexandrino de Alencar, em princípios de 1940, para o estudo conjunto das oito disciplinas então exigidas (só uma delas — Literatura Universal — demandaria uma vida inteira de estudos!); por fim, na velha Faculdade de Direito do Recife, onde recebemos o “canudo” de Bacharel em Direito no dia 02 de dezembro de 1944.

Nessa época, penúltimo ano da segunda guerra mundial, durante o qual servimos ao Exército, no chamado “front” interno, saindo ele como 2.º Tenente e eu como Cabo, o País vivia sob a ditadura de Getúlio Vargas e Pernambuco era governado pelo Interventor Agamenon Magalhães, em clima de severa repressão a manifestações políticas. Apesar disso, participamos de um protesto silencioso contra o Interventor, em um dia em que ele compareceu à Faculdade de Direito para presidir uma conferência do Brigadeiro Guedes Muniz: numerosos estudantes, exibindo uma fita preta na lapela ou no braço, lotaram uma das alas do Salão Nobre e se retiraram, ruidosamente, no exato momento em que Agamenon Magalhães se sentava à mesa da presidência, debaixo do imponente dossel que lhe pendia sobre a cabeça. Não é preciso acrescentar que, em seguida, tratamos todos de fugir do local, às pressas, com medo da repressão, bem como que, no dia seguinte, nenhum jornal ou estação de rádio do Recife tocou no assunto. Também houve, então, passeatas de estudantes e populares, reivindicando o restabelecimento das liberdades democráticas, e foi numa delas, em 1945, que ocorreu a morte trágica do estudante Demócrito de Souza Filho, atingido por uma bala, que se atribuiu à Polícia, quando discursava de uma das janelas do “Diário de Pernambuco”.

De volta a Natal, com os demais companheiros de turma daqui saídos (Caio Pereira de Souza, Hélio Barbosa de Oliveira, Paulo Gomes da Costa e Rodolfo Pereira de Araújo), tomamos, NESTOR e eu, rumos diferentes. Enquanto eu me dedicava à advocacia, onde ainda permaneço, ele ia para a carreira diplomática, à qual chegou após um curso de línguas anglo-germânicas iniciado na Faculdade de Filosofia Nóbrega, no Recife, e continuado na Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro, de concurso para o Itamaraty, feito com êxito em 1947, e da conclusão do curso do Instituto Rio Branco, em 1948. Nesse curso, travou conhecimento com os escritores Guimarães Rosa e Raul Bopp e o historiador José Honório Rodrigues, atraindo-lhes a atenção pelas qualidades reveladas para a futura carreira.

O primeiro posto foi como Secretário, em Belgrado, de 1951 a 1953, quando serviu com o poeta Ribeiro Couto, sobre o qual está escrevendo um livro de reminiscências já batizado com o título — “Três anos com Ribeiro Couto”. Ainda como Secretário, serviu no México, de 1954 a 1957, aí publicando, no primeiro ano, a edição inicial do seu livro “La Tercera América”; na Guatemala, em 1957; no Cairo, de 1961 a 1964; e em Copenhague, de 1964 a 1966, ano em que retornou ao Rio de Janeiro sem missão. Passou então a servir na Divisão Cultural do Itamaraty e promovido a Ministro em 1967, foi a seguir designado, sucessivamente, para Tóquio (1969/1972) e Venezuela (1972/1976). Em 1976, foi comissionado Embaixador para Paramaribo, de onde saiu, em 1982, para São Domingos, seu último posto até aposentar-se, em 1985, depois de promovido a Embaixador de 1.ª Classe, no Quadro Especial.

Antes de ir para o Japão, em 1969, NESTOR LIMA servira, desde 1967, no Conselho Nacional de Pesquisas. Confessa ele haver aceito o posto do longínquo Extremo Oriente na previsão de tormentas políticas com a ditadura então vigorante, que vinha de editar, em 13 de dezembro de 1968, o famigerado Ato Institucional n.º 5.

Em meio à atividade diplomática, aproveitou alguns períodos de férias, no Brasil, para aprofundar o conhecimento do seu território através de um contato direto com as populações do litoral e do interior, até as regiões mais distantes e de acesso mais difícil, usando, de preferência, os transportes terrestres e fluviais próprios das rotas percorridas. Foi assim que, de 17 de setembro a 01 de novembro de 1973, viajou do Chuy, na fronteira Brasil-Uruguay, ao marco n.º 8 na divisa do Brasil com a Venezuela (BV8); de 29 de agosto a 05 de setembro de 1975, subindo os Rios Negros e Branco de Manaus a Caracará e, daí, por terra, a Boa Vista, em Roraima, e Santa Helena de Uairén, na fronteira com a Venezuela, acompanhando os membros da Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, que ali foram encontrar-se com os membros venezuelanos dessa Comissão; e de 17 a 30 de julho de 1981, descendo as águas do Rio São Francisco em comboio da FRONAVE, de Pirapora, Minas Gerais, ponto terminal da navegabilidade do rio, até Juazeiro, na Bahia. Essas viagens foram descritas em publicações ricas de observações e dados informativos sobre as regiões visitadas, sua gente, seu comércio e seus costumes: “Nos Caminhos da Integração,” em três volumes, o primeiro “Do Chuy ao BV8”, e o segundo — “Águas de setembro — Rios Negro e Branco”, editados em Caracas, em 1974 e 1975, respectivamente; o terceiro — “Águas do São Francisco”, editado no Rio de Janeiro, em 1983.

A sua publicação mais importante, todavia, é, sem dúvida, o livro “La Tercera América”, já anteriormente aqui referido, a cuja primeira edição, condensada, que data de 1954, seguiu-se outra, em 1967, com um texto ampliado e em língua portuguesa, feita no Rio de Janeiro, e uma terceira e última em espanhol, feita em São Domingos, em 1983. Trata-se de um trabalho de mais de 200 páginas em seu texto atual que se propõe a demonstrar “a individualidade conti-

mental do Brasil”, como se lê no seu subtítulo, ou seja, o Brasil como parte de uma América luso-brasileira, distinta da América anglo-saxônica e da América ibero-americana ou espanhola, e de cujo território o nosso País ocupa a metade, o que faz com que suas características predominem no conjunto. O autor, por isso, na robusta e bem ordenada pesquisa em que alicerça as suas conclusões, destaca, especialmente, as peculiaridades da formação brasileira à luz, dentre outros, dos seguintes aspectos: o modelo de ocupação e colonização, o processo de conquista da independência, a organização política pós-colonial, a estrutura étnica, a língua, a educação, a religião, a música, com a sua tônica do amor resignado, o estilo arquitetônico, o vestuário e os hábitos alimentares, diretamente influenciados pela predominância do clima tropical, a formação dos nomes de família, a nomenclatura dos dias da semana e, por último, a chamada informalidade brasileira, conhecida como “jeitinho”, responsável, para alguns analistas, pelo estilo incruento de nossas “revoluções” políticas.

Além dos trabalhos já assinalados, devem ainda ser citados os seguintes: “Brasileiros e japoneses ante um bacamarte lusitano”, escrito em Tóquio, em 1972, e publicado em 1980, a propósito da viagem do aventureiro português Diogo Zeimoto a uma ilha japonesa, na primeira metade do século XVI, quando a sua espingarda despertou nos nativos a curiosidade pelo uso da pólvora que desconheciam, numa reação bem diferente da que, à mesma época, tiveram os índios tupinambás diante do bacamarte do português Diogo Álvares, por eles endeuado com a lenda do Camaruru; “Las peculiaridades culturales del Brasil y nuestras afinidades con las de Venezuela”, publicado na “Revista del Magistério”, em Caracas, em 1974; “La imagem del Brasil en las cartas de Bolívar”, publicado em Caracas, em 1979, em edição de luxo patrocinada pelo Banco do Brasil, estudo que desfaz a falsa imagem imperialista do nosso País alimentada pelo Libertador até 1826 mas abandonada, por ele próprio, dessa época até a sua morte, em 1830; “Tropic as a Habitat of men”, publicado em Paramaribo, em 1982, uma segura e lúcida análise das distorções a que nós, brasileiros, habitantes de uma região tropical, temos sido levados por simples imitação das civilizações de regiões temperadas, no que respeita a vestuário, habitação, utensílios, alimentos e outros usos e hábitos que devem ser adaptados ao meio-ambiente; “O roteiro da redescoberta do Trópico onde nasci e me criei”, publicado na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande”, 1976/77.

Outros trabalhos, que ele classifica como extra-profissionais, são “Brasil 300 anos depois” (“O Jornal”, 1967); “Última visita a Ribeiro Couto” (“Jornal de Letras”, 1967); “Consciência da luso-brasilidade” (“O Jornal”, 1968); “Contribuição para uma biografia de Guimarães Rosa” (“Jornal de Letras”, 1969) “This Space Ship called Earth” (revista “PHP”, Tóquio, 1971).

Aguardam publicação um livro já pronto, reunindo ensaios de ecologia cultural, sob o título “Esqueça a Primavera, Irmão”; em preparo, “Uma varanda sobre o Nilo — Recordações do Egito de Nasser”:

“Indicações para um diálogo de antípodas — Notas sobre a cultura japonesa, de interesse para o Brasil”; “Sherifs e Delegados” ou “O atraso latino-americano”; e o já mencionado “Três anos com Ribeiro Couto”.

Como se vê, a produção intelectual de NESTOR LIMA tem versado temas de antropologia cultural e social, geografia humana, história política, economia e ecologia. Ensaísta, com o gosto da observação e da pesquisa e um agudo senso crítico, seu estilo é objetivo e direto, sem fantasias ou vôos de imaginação. Ele escreve à maneira de quem procura convencer e ensinar, ou combater alguma coisa, como se estivesse a cumprir uma missão, a prestar um serviço.

Ainda agora, encerrada a carreira diplomática, com a volta definitiva a Natal, onde passou a residir com a esposa, Dra. Aracy Caminha dos Santos Lima (a filha única do casal, Clélia Caminha dos Santos Lima, professora de português e francês, ficou no Rio de Janeiro), ei-lo engajado em uma nova missão, como fundador e presidente de uma associação de defesa do meio-ambiente, especialmente empenhada em conter a deterioração crescente de nossa orla marítima.

Sem nenhuma dúvida, a Academia Norte-Rio-Grandense de Letras enriquece os seus quadros com o ingresso, neles, do escritor NESTOR LIMA, que sucede ao médico e poeta MARIANO COELHO, na cadeira que tem como patrono o historiador MANOEL FERREIRA NOBRE. Trata-se de um homem lido e viajado, estudioso de problemas gerais, com uma rica experiência do contato com outras culturas e versado em línguas (especialmente inglês, francês, italiano e espanhol).

Mas é, também, um espírito ativo e inquieto, a quem ainda sobra tempo para viver o cotidiano de sua cidade, defender a sua paisagem, usufruir as suas praias e, *last but no least*, tocar o seu violão.

### RAIMUNDO NONATO FERNANDES

(Lido na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, em 23.04.87, na posse do acadêmico NESTOR DOS SANTOS LIMA).



**VITÓRIA DE SAMOTRÁCIA OU DO ROSTO E DOS BRAÇOS QUE  
FALTAM**

**DORIAN GRAY CALDAS**  
**A Américo de Oliveira Costa**

Não teriam teus olhos o fogo  
destas chamas de asas, volutas soltas  
prestes ao vôo  
ao vôo que falta  
ao sonho que nos falta.

Não teriam.

Não teriam teus lábios o silêncio  
necessário o silêncio do tempo,  
o mudo coração que por ser de mármore  
razões maiores tem que o coração  
dos vivos, e mais sábios.

Não teriam.

Não teriam as tuas mãos de pássaro  
tanto apelo de aceno, tantos adeuses  
na curva da asa que salta  
além do tempo, e por não serem mãos  
apenas sugestões do íntimo do corpo,  
avançam.

Não teriam.

Não teriam razões sobre o tempo  
nem poder, não fosses vitória sobre nós  
tão incompletos, que pela vida afora  
vamos levando nossos olhos baixos,  
nossas mãos pendentes, tú vitória,  
vitória sobre a morte  
e eterna e bela e forte,  
e chama e glória.

Natal, 12/07/87

# PROJETO DE LEI Nº 100 DE 2011

PROJETO DE LEI Nº 100 DE 2011  
PROJETO DE LEI Nº 100 DE 2011

PROJETO DE LEI Nº 100 DE 2011  
PROJETO DE LEI Nº 100 DE 2011  
PROJETO DE LEI Nº 100 DE 2011  
PROJETO DE LEI Nº 100 DE 2011

PROJETO DE LEI Nº 100 DE 2011  
PROJETO DE LEI Nº 100 DE 2011  
PROJETO DE LEI Nº 100 DE 2011  
PROJETO DE LEI Nº 100 DE 2011

PROJETO DE LEI Nº 100 DE 2011  
PROJETO DE LEI Nº 100 DE 2011  
PROJETO DE LEI Nº 100 DE 2011  
PROJETO DE LEI Nº 100 DE 2011

PROJETO DE LEI Nº 100 DE 2011  
PROJETO DE LEI Nº 100 DE 2011  
PROJETO DE LEI Nº 100 DE 2011  
PROJETO DE LEI Nº 100 DE 2011

PROJETO DE LEI Nº 100 DE 2011  
PROJETO DE LEI Nº 100 DE 2011  
PROJETO DE LEI Nº 100 DE 2011  
PROJETO DE LEI Nº 100 DE 2011

PROJETO DE LEI Nº 100 DE 2011

**ELEGIA PARA UM PÁSSARO**

(Discurso em homenagem à memória de Jaime dos G. Wanderley)

**LUIZ RABELO**

134

... ..

0

Aqui, nesta Academia, no dia de minha posse, referindo-me ao meu antecessor, o eminente Floriano Cavalcanti de Albuquerque, tive a oportunidade de pronunciar estas palavras: "Fora melhor, talvez, quem sabe, que eu nada dissesse, e que só a voz do silêncio, feita saudade em meu coração, fosse a única linguagem reverenciadora à sua augusta memória."

Estas mesmas palavras são aplicáveis, por inteiro, com inteira justiça, a essa outra figura admirável por todos os títulos, a esse poeta que se chamou Jaime dos Guimarães Wanderley.

Acresçam-se, também, como ocorreu com Floriano Cavalcanti em circunstâncias diferentes, as coincidências felizes que marcaram nossos encontros na vida.

É que foi através de Jaime que tive ingresso nesta Casa, tendo sido ele o portador prestimoso dos votos que me foram concedidos, e foi ele, também, o primeiro a dar-me a notícia de minha eleição quando, ao lado de Enélio Petrovich, teve a gentileza de comemorar comigo e os meus familiares, a minha vitória neste importante cenáculo de letras norte-rio-grandense.

Foi também Jaime que propôs, em 1979, através da Academia de Trovas do Rio Grande do Norte, fosse levado ao Dr. Onofre Lopes, à época Presidente desta Academia e do Conselho de Cultura do Estado, bem como ao Presidente do Instituto Histórico e Geográfico, o Escritor Enélio Lima Petrovich, o nome do pintor e poeta conterrâneo Manoel de Moura Rabelo, meu irmão, para uma das ruas desta Capital, nome que mereceu inteira aprovação por parte do Prefeito naquela época, o atual Senador José Agripino Maia, que assinou o decreto em sessão especial no Salão Nobre da Prefeitura, com a presença do público e de todos os parentes do homenageado.

As relembrações se sucedem. Vejo-o no casa de Djalma Maranhão, em diversas oportunidades, lendo os seus poemas e proclamando a Djalma o valer de Marcos — filho de Djalma — vaticinando para o orador, adlescente ainda, as maiores conquistas na oratória, o que se tornou uma realidade.

Relembro e ressalto as muitas vezes em que se manifestou pela imprensa, dando-me todo o seu estímulo e solidariedade, especialmente no episódio de minha eleição para Príncipe dos Trovadores Potiguaras, apenas protestado por dois membros da Academia de Trovas. Apesar da esmagadora maioria, foi feita nova eleição, a meu pedido, verificando-se os mesmos resultados da anterior. E Jaime, que sempre esteve comigo, sempre ao meu lado, ele próprio se encarregou de redigir a ata da eleição e de assinar, dias depois, o respectivo diploma, que trago emoldurado e exposto numa das paredes da minha casa.

Relembro, ainda, o discurso que proferiu no Museu de Arte e História — hoje Museu Café Filho — em presença do Governador

Walfredo Gurgel, exaltando os méritos do pintor e poeta Moura Ra-  
bello, quando este fez doação de importantes quadros de sua auto-  
ria ao citado Museu.

E por falar naquela casa de história, é oportuno revelar a  
coincidência de que foi lá que ele nasceu, no dia 06 de julho de 1897.

Coincidentemente, também, devo acrescentar que durante  
mais de uma década, precisamente 13 anos, fui o diretor daquela Casa,  
muitas vezes visitada com grande emoção, por Jaime Wanderley, e on-  
de, em muitas oportunidades, fomos julgadores de concursos de poe-  
sias e trovas, de âmbito até internacional, numa perfeita afinidade de  
pontos de vista, de opiniões nunca desencontradas ou discordantes.

Foi ainda Jaime dos Guimarães Wanderley quem me saudou,  
desta tribuna, quando de minha posse nesta Academia.

Estas coincidências todas completam-se agora com a minha es-  
colha pelo ilustre Presidente desta Casa, Acadêmico Diógenes da Cu-  
nha Lima Filho, para fazer o necrológio desse admirável poeta, desse  
homem onde não se sabe o que foi maior, se a sua poesia, se a sua  
condição humana, de criatura boníssima, de cidadão exemplar, de es-  
poso e pai amantíssimo, de crente fervoroso na sua fé católica.

Há um fato curioso na vida de Jaime que talvez alguns dos se-  
nhores acadêmicos desconheçam. Reporto-me à maneira carinhosa  
como era ele tratado, por exemplo, pelo nosso nunca esquecido e nun-  
ca demais louvado mestre Câmara Cascudo. É que Câmara Cascudo  
costumava chamar o nosso poeta de "São Jaime", emprestando toda  
a força da tonicidade à segunda vogal da palavra. Esta é a prova  
inequívoca da velha e indestrutível amizade que os unia desde a in-  
fância, a demonstração maior da admiração, do respeito do velho  
mestre Cascudo pelo poeta natalense.

Esta amizade vinha consolidada não só pela infância de am-  
bos, mas, também, pelos anos da juventude e da maturidade vito-  
riosa, quando os dois frequentavam o famoso Majestic, o Café da  
Rua Ulisses Caldas, que reunia as expressões mais legítimas da nos-  
sa intelectualidade, traduzida nas presenças constantes de nomes co-  
mo Jorge Fernandes, João de Amorim Guimarães, Othoniel Menezes,  
Damasceno Bezerra, Bezerra Júnior, João Carlos de Vasconcelos, João  
Cirineu, Fábio Zambrotti, João Estevam, Josué Tabira da Silva, Eva-  
risto de Souza, Elissózio Guimarães e muitos outros.

Poder-se-ia dizer que o Café Majestic era uma espécie de tem-  
plo sagrado dos intelectuais da época.

E já que me referi a Jorge Fernandes, cabe-me fazer aqui al-  
gumas observações relevantes.

Refiro-me ao pioneirismo, não só de Jorge, mas, também, de  
Jaime Wanderley, introduzindo no cenário das letras do Rio Grande do  
Norte a poesia moderna eclodida no movimento literário de 1922, em  
São Paulo.

Tendo sido Jorge Fernandes contemporâneo de Jaime, participe de prolongadas tertúlias nos bares da cidade, é permitido perguntar-se quem influenciou quem, levando-se em conta que foi Jaime, igualmente, pelo menos num único livro — Espinhos de Jurema — um poeta de características fortemente modernistas, o que se pode demonstrar a seguir.

Por exemplo, no poema “Dia Claro”, lê-se este trecho:

O sol grita um grito de seriema  
nas reboladas de mato mal desperto  
amadurando o fruto dos cardeiros,  
espelhando-se no açude,  
assanhando as marrecas e os socós...  
bronzeando o dorso nu dos trabalhadores  
do eito

brilhando na folha das enxadas...  
Faisca na malacacheta miúda  
do leito seco dos rios cansados,  
cnde as emas se espojaram ciosas,  
e os tetéus indiscretos  
atravessaram noites e noites, assustados...

A cacimba esgotada na outra tarde,  
está cheia de água limpa para o gado  
que saíu preguicento, dos currais.  
E na alegria nervosa da manhã,  
assobiam, no arvoredado despenteado,  
canários, sanhaços e sabiás...

Um cheiro bom de cousa virgem  
sobe, na terra onde as juremas crescem,  
do lirismo dos campos e das matas,  
enquanto as palmatórias se abotoam  
e os mufumbos cheirosos reflorescem,  
cheios de seiva, pra louvar o sol.

Do poema “Banho no rio”, destaco o seguinte trecho:

um magote de moleques ardilosos  
se prepara,  
com inquietação,  
para o mergulho da “Galinha Gorda”...

Um magricela, espevitado,  
talvez o mais travesso da ribeira,  
levanta a pedra rara  
na mão...

— Galinha Gordal  
 — Gorda ela.  
 — Quem comeu?  
 Fui eu e Mateu..

Felicidade!  
 “Galinha Gorda” da vida  
 que eu atirei, menino,  
 no rio de água revolta do meu destino

— Quem comeu?  
 Não fui eu...

No poema “Açude”, de rara beleza descritiva, lê-se este primor:

O crepúsculo escancarou  
 a boca ensanguentada  
 sobre a água, que ficou  
 toda chamalotada...

Torna-se impossível a transcrição, no seu todo, dos poemas de Jaime Wanderley, mesmo daqueles considerados de invulgar beleza. Um necrológio simples, como este, que não pretende ser prolixo, não comporta, evidentemente, um estudo mais detalhado da obra do poeta de “Fogo Sagrado”, um dos seus primeiros livros. Leia-se, entretanto, no poema “Vaquejada de Apartação”, esta jóia de poesia:

Um por-de-sol, barrento de verão,  
 está trepado no lombo da serra do Gavião.

No poema que se segue, do citado livro — Espinho de Jurema — edição de 19394, veja-se esta descrição, em “Cafuzinho”:

As árvores engrujadas na neblina  
 cochilam com frio...  
 Elas não têm cobertores de lã,  
 nem meias para aquecer os pés.  
 Como são pobres as árvores do Sertão!”

Mais adiante, no mesmo poema:

Na latada de palha do oitão,  
 o vaqueiro, diligente,  
 lê a “buena-dicha” do sertão,  
 na sua ingenuidade,  
 olhando a barra de chumbo do poente  
 onde os relâmpagos escrevem,  
 num alfabeto que ninguém entende

leiteiros  
anunciando  
tempestade.

No poema "Mestre Damião", observa-se este sopro de lirismo regionalista, esta cena de pura nordestinidade de costumes do nosso sertanejo:

...sentado num cepo de pau darco  
lava os pés para desfadar

E no mesmo poema, logo adiante:

A lua pinota das barras  
ligeira como uma caça.  
É linda.  
Parece umacoisa que ele nunca viu...  
Pega o cachimbo, cabeça de barro,  
canudo de pimenteira,  
vai beber fumaça.

E mais adiante, num remate feliz:

Damião maginou,  
lavou os pés,  
e foi se deitar...

Outro poema, de extraordinária beleza, é "Meio Dia", onde o poeta sofre com a seca, se identifica teluricamente com a dor da Natureza:

Uma asa cansada  
vírgula o espaço, indecisa...  
Multidão angustiada  
de galhos hirtos,  
braços desesperados da terra enxuta,  
se empinam para o céu,  
numa atitude de misericórdia.

.....

Sobe da terra um calor fogueiro

E novamente, trechos adiante

O rio é um espelho de malacacheta,  
carregado de seixos e lageiros.

Outro poema, de inusitada beleza é "Tarde". Impossível transcrevê-lo na íntegra:

O sol declina e, em fogo vivo e calor,  
o céu se transfigura.  
As tintas do poente tomam a cor  
de maçaranduba madura.

Um trecho de "Noite Sertaneja":

Uma lamparina rebola a chama no vento.  
Perneiras, peitorais, vestes de couro, arreios,  
como enforcados por culpa, se balançam  
nas forquilhas agudas dos esteios.

E, no mesmo poema, chamo a atenção para a beleza da imagem:

O céu parece uma cuia de chumbo,  
onde a natureza vem guardar  
as flores de mufumbo  
do luar.

Em "Mãe da Lua", sente-se Jorge Fernandes, no poema "Rede".  
Diz Jaime:

Lua Minguante.  
— Rede tecida com fios de gravatá  
suspensa no ar...

"Cascavel" é outro poema de intenso colorido. Veja-se o trecho inicial:

Ondeia, chamalotada  
e queda  
como alguém que estivesse  
vigilante, amoitado, espreitando  
o inimigo...

Depois, esta beleza bárbara, onde se percebe aquilo que posteriormente veio a se chamar **concretismo**:

E depois, indecisa,  
insolente, se elastece,  
abandona o serrote,  
e faminta articula  
as vérbebras em s  
e vai rondar o açude,

à cata dos caçotes  
pra saciar a gula...

Chamo a atenção para o verso: “as vértebras em s”, e me parece inconcebível que os teóricos da poesia moderna jamais tenham percebido a força visual dessa imagem.

Em que pese ter existido em Natal (baseio-me em pesquisa de Anchieta Fernandes, no livro “Femina Infantis”, Pag. 63, edição do autor, 1987) um tal de Totônio, que muito antes da Semana de Arte Moderna, de 22, publicara uma Canção Sem Rima e Sem Metro, no jornal “A República”, isto em 1898, a verdade é que, sem qualquer dúvida, foram Jorge Fernandes e Jaime Wanderley os legítimos introdutores, os precursores da poesia moderna no Rio Grande do Norte. E atente-se para o fato de que foi Jaime, também, simultaneamente, um poeta parnasiano, preso à obrigatoriedade da métrica, dos hemistíquios nos alexandrino, às cesuras, etc.

Há que se observar, por outro lado, permitam-me a digressão, que ser parnasiano não é necessariamente saber empregar, com absoluto rigor, a técnica desse verso, pois a só linguagem, o ritmo, a adjetivação, o vocabulário, etc., indicam o “espírito” parnasiano do poeta, independentemente, como já ficou dito, da correção métrica. E pode acontecer justamente o contrário, isto é, o verso estar absolutamente correto, no que respeita a métrica e tudo o mais, e não ser parnasiano, como podemos ver em Manuel Bandeira ou Vinícius de Moraes, cujos versos, principalmente os deste último - os seus sonetos — chegam a adquirir um tom liricamente camoneano, observável com relativa facilidade por pessoas que se dediquem ao assunto.

Daí, poder-se chegar à conclusão lógica do que pretendo dizer acerca de Jorge Fernandes. E nem preciso falar nos seus famosos “poemas parnasianos” (de 1 a 5, e mais dois “sem número”) onde o autor, autenticamente dentro do contexto da poesia moderna, nos diz, zombando do parnasianismo: “Que linda manhã parnasiana... /Que vontade danada de escrever versos metrificados/contadinhos nos dedos.”

Mesmo assim, embora dito de maneira irreverente, moderna (modernismo da época), quem me pode assegurar que não era sua vontade real, de fato, ser um parnasiano?

Bem, isto é um assunto controvertido, e não é justo que me baseie apenas em hipóteses.

Quanto ao mais, resta-me remeter o leitor que se interesse pelo problema ao ótimo trabalho: “Jorge Fernandes Desconhecido”, de Esmeraldo Siqueira, publicado no Vol. 27, n.º 15 Nov. 1979/80, da Revista desta Academia.

Resumindo: a bem da verdade, não se pode dizer que tenha sido Jaime muito feliz no parnasianismo, bem como Jorge também não o foi, nas suas poucas investidas à citada escola.

Num exemplo ilustrativo, cito aqui uns três ou mais poemas de Jorge, em que a influência da referida escola bilaqueana é visivelmente notada. E nem podia ser diferente, se se considerar a convivência diária de Jorge com os poetas da época, inclusive o seu irmão Sebastião Fernandes, poeta amante do rigor métrico, sem que, entretanto, tenha conseguido atingir as alturas desejáveis que o situassem entre os maiores da terra.

Mas eis um desses poemas “parnasianos”, nem tanto parnasianos, mas românticos, de Jorge, sob o título: “Que tanto ele amou”, sub-título: “Mãe Terra!”

Ferida, cavada,  
A golpes de enxada,  
Ela guarda a semente  
Que brota, floresce.  
E o fruto aparece  
Ao vento a bailar!  
E o filho faminto  
Tem fruto, tem tudo,  
Pra fome matar!

Depois já cansado  
Um dia se aquieta  
Quem sempre lutou!  
Sem mágoas, sem dores,  
Na sua tipóia,  
Lá vai carregado  
Sem dobres nem flores,  
Dormir sossegado  
No seio da terra  
Que tanto ele amou!

Uma observação: este poema não se encontra na ótima edição organizada pelo nosso eminente amigo e confrade Veríssimo de Melo.

De outro poema de Jorge, “Deus lembrou-se de mim”, só existe, transcrita na citada antologia, apenas a primeira estrofe, ditada a Veríssimo por Absalão Simoneti companheiro de Jorge no Tesouro do Estado.

O texto integral, entretanto, é o seguinte:

Deus lembrou-se de mim, lembrou-se!  
Deu-me a provação dos mártires antigos,  
A resignação dos pálidos mendigos  
E o estoicismo dos santos medievais...

Minhas mãos estão cheias de messes,  
Sobre a cabeça halos celestiais...

Deus lembrou-se de mim, lembrou-se!  
Ungindo-me de bondade e de Amor.  
Martirizou-me pra tornar-me Santo  
E deu-me asas pra fugir da Dor!

(Poema publicado no Jornal "O Democrata", de Natal, em 31/07/947).

Outro poema de Jorge Fernandes, em que se percebe um ritmo parnasiano é o intitulado "Doloroso embalo". Além deste, alinham-se "Folha Seca", "Contraste", "Poema", "Padre João Maria", "Oh; Minha Aldeia", "Preces à Lua" e mais um ou outro, sem falar num soneto não incluído no seu livro, soneto publicado no jornal O **Tempo**, de 1917.

Curiosamente, como já ficou dito, alguns desses poemas chegam a ter um ritmo de transição entre o romantismo e o parnasianismo.

Não é meu intuito, de maneira alguma, procurar diminuir o mérito de Jorge Fernandes. Move-me a intenção, entretanto, de dizer a verdade, apenas a verdade, sem exageros inúteis, não só em relação a Jorge, mas, também, a Jaime Wanderley. E tanto é que me propus, dentro do possível, ressaltar a similitude da poesia entre ambos os poetas.

Este desejo de proclamar a verdade, leva-me a exaltar, por exemplo, o poema "Zambê do negro Paulo", de Jorge, que não se encontra em nenhuma das edições publicadas, em nenhuma obra acerca do poeta.

Trata-se de um poema de rara beleza, sobre o qual numa apreciação publicada no suplemento "O Contexto", de 04/09/1977, tive a grata oportunidade de declarar o seguinte: "Num exame mais detido, podemos concluir que "Zambê do negro Paulo", pela sua pureza primitiva, pelo ritmo onomatopaico de seus versos, onde se misturam a música e a dança, os dois elementos mais constantes da poesia negra, é um poema mais afroamericano do que afrobrasileiro propriamente dito, e, por conseguinte, mais universal, ao nível de "Liturgia", de Alejo Carpentier, poeta cubano, ou "Danza Negra" e "Tambores", do portorriquenho Luis Palés Matos ou ainda "Essa Negra Fulô", de Jorge de Lima, publicado em 1930, vertido para o espanhol e inserido no "Mapa de La Poesia Negra Americana", de Emílio Ballagas (edição Pleamar, Buenos Aires, sem data)."

Conto com a complacência dos senhores acadêmicos para ler este notável poema, com o qual Jorge Fernandes consegue se situar dentro do contexto de uma poesia que veio a se chamar, depois, de **Negritude**, acrescido do fato curioso de que, em nenhum outro momento, toda a sua obra, encontramos exemplo em similar.

Ouçamos o poema:

Menino, escutava no silêncio da noite  
Na noite do sábado o som da puíta:

Tim bungo, bungo!!  
Tim bungo, bungo!!  
Tim bungo, bungo!!

(O zambê retumbante dos negros de Angola).  
Os sons ecoavam nos sítios, nos morros,  
Pareciam que vinham de Angola distante,  
Pra gemer na cidade tão calma e tão triste,  
Tão clara de dia, tão escura de noite,  
Ao som da puíta do negro africano.

As estrelas bem vivas faiscavam no céu.  
Um céu parecido com o céu que ele via  
No tempo que andava por onde nasceu...

Tim bungo, bungo; Tim bungo, bungo!!  
Arerê! Arerê... ôôô!ôôô... arerê..  
Ôôô... ôôô... arerê... arerê!...

Oh vozes gementes, soturnas, tristonhas!  
E eu tinha medo do negro "Gabão"...  
Também africano com os pés de elefante,  
Inchados com "bôbas"... (Faziam-me dó!)  
— Doenças tão feitas dos negros de Angola!!  
Assim me dizia a Toti, minha avó!

E os sons da puíta zumbiam na noite:  
Tim bungo!! Tim bungo! Tim bungo sem fim  
Até se perderem na noite dos tempos,  
E andam agora zumbindo pra mim...

(Poema publicado na 4ª. página d' "A REPÚBLICA", no dia 16/10/1949).

Mais uma palavra, agora acerca das preferências literárias de Jorge. Conheci-o pessoalmente e posso afirmar que além dos brasileiros, tinha grande admiração pelos seguintes poetas portugueses: Cesário Verde, António Nobre, Fernando Pessoa e Sá-Carneiro. Neste último, possivelmente, foi ele buscar a idéia (brincadeira gráfica, tentativa ideogramática, como queiram dizer) do poema "Rede", um dos seus mais expressivos trabalhos poéticos.

Mas, é tempo de retornar a Jaime, esse bardo sobre quem se poderia dizer que fez da vida um poema, pela intensidade de beleza com que viveu cada minuto de sua profícua e inspirada existência.

O seu "Flor de Estufa Entre Cactus", editado em 1968, é um livro dedicado à cidade de Caicó. No poema "O Rio Seridó", do citado livro, obra escrita sem maiores pretensões, diga-se a verdade, encontra-se esta jóia de poesia descritiva:

O rio desceu da crista  
 escarpada da serra.  
 Despencou-se pelas corredeiras,  
 caiu no abismo,  
 e, sertão abaixo,  
 derramou-se no vale, abojou o riacho,  
 rolando, depois, na cabeleira  
 branca das cachoeiras.

Mar barrento, toldado,  
 serpenteou, bufando estourando,  
 arremetendo aos galões, aos saltos,  
 E vencendo várzeas  
 e alagados e capceiras,  
 dominando os cabeços, mais altos,  
 ei-lo, que vem engravidando as ipueiras.

Insinuou-se na floresta,  
 destroçou vazantes, carregando  
 na sua vertigem, de roldão,  
 árvores, gentes sem vida,  
 destroços de moradas,  
 cercas e animais,  
 alagando a planície ressequida,  
 e povoando, com a sua massa líquida,  
 a inhospita solidão, imensa, dos gerais.

E, pouco adiante, conclui:

O Rio Seridó, exausto de caminhar,  
vencido no combate, contra a terra,  
caiu nos braços do mar.

São interessantes, também, estes versos alexandrinos, parnasianos na forma, mas possuídos da linguagem modernista da época:

Nas gruguéias da serra, o silêncio se anula.  
Escutam-se flautins, a trautear entre o pasto.  
São bandos de mocós, que a cascavel açula  
e os persegue, veloz, para um farto repasto.

Estes versos dodecassilábicos são prejudicados pelas rimas, todas da mesma categoria gramatical. Se levarmos em conta porém, que o que os ditou foi a idéia contrapondo-se à forma, essas “falhas” são até certo ponto perdoáveis.

Descrevendo o vaqueiro, no poema “O Herói das Campeadas” diz:

Abocia. E do lamento  
os doces tons finais,  
se espalham, como o mugir  
do gado preguicento,  
que se perde, no espaço  
em tardes outornais.

Sempre é um tipo comum,  
anda vestido em couro.  
O sol tostou-lhe a cor  
do rosto, pardacento,  
deu-lhe tons de latão,  
velho, ao cabelo louro.

Não é minha intenção, evidentemente, elevar Jaime ao cimo da poesia norte-rio-grandense, mas quero fazer-lhe justiça, essa justiça que às vezes lhe tem sido negada, a justiça de que foi ele um poeta que muitíssimo produziu, um poeta de méritos indiscutíveis, dentro do cenário das letras do nosso Estado.

Além de poeta, Jaime Wanderley foi teatrólogo, talvez o primeiro novelista norte-rio-grandense a ver suas peças radiofonizadas em sua terra.

Também incursionou pelo folclore. "Sinopse do Boi-Calemba" é um exemplo ilustrativo.

Autor de uma trintena de livros, incansável, já no lusco-fusco da vida, deu-nos o livro "E Tempo de Recordar", tornando-se um memorialista de excepcionais qualidades.

Foi Jaime, igualmente, um cultor exaltado da redondilha maior. Repito a assertiva, acrescentando que ele era um dos membros destacados da Academia de Trovas do Rio Grande do Norte, onde pontificava ao lado de Palmira Wanderley, de Mariano Coelho, de Esmeraldo Siqueira e de muitos outros trovadores de reconhecida importância, não só em nosso Estado, mas no panorama trovadoresco nacional, tendo sido premiado, inúmeras vezes, em Jogos Florais realizados em diversos Estados do Brasil.

Ilustremos esta afirmação com a transcrição de pelo menos cinco de suas magníficas trovas, profundas e, ao mesmo tempo, singelamente líricas, que é este o milagre maior e inexplicável da trova.

Ei-las, em sua indiscutível pureza.

Uma perfeita harmonia  
a História santa contém:  
cinco letras tem Maria,  
Jesus tem cinco também.

Poesia! Suave perfume,  
que obra milagre fecundo,  
pois multiplica e resume  
toda a beleza do mundo!

Vencendo do céu os marcos,  
que balizam seus caminhos,  
a lua que aclara os charcos,  
é a mesma que aclara os ninhos.

A mulher da nossa vida,  
na longa estrada, aparece.  
É uma eterna conhecida,  
que a gente jamais conhece.

Quando a noite veste o espaço  
de lantejoulas de luz,  
Natal parece um pedaço  
do presépio de Jesus!

Figura de relevo de nossas letras, não é de estranhar que Jaime pertencesse a todas as instituições culturais da nossa terra. Assim, Jaime pertencia a esta Academia, à Academia de Trovas do Rio Grande do Norte, ao Instituto Histórico e Geográfico do RN, à União Brasileira de Trovadores, seção deste Estado, e ao Clube de Poesia, do qual foi residente até a morte.

Intelectuais do nosso e de outros Estados não regatearam louvores a Jaime Wanderley. E não é demais transcrevermos algumas opiniões que comprovam nossa assertiva.

O poeta e escritor Franco Jasielo, por exemplo, nos oitenta anos de Jaime, diz estas palavras, que valem por um poema: "Seus oitenta anos, Jaime, não ilustram apenas a província ou o país: ilustram a existência." J. G. de Araújo Jorge, recentemente falecido, assim se expressou: "A poesia de Jaime dos G. Wanderley é descritiva. E como descreve a terra e os motivos nordestinos, é forte, rica de cores e viril, com a segura propriedade de quem conhece o idioma e o assunto". Aderbal de França (Danilo), o sempre lembrado cronista de nossa cidade, assim se pronuncia: "Poeta, teatrólogo e novelista, Jaime dos G. Wanderley tem a sua vida assinalada por excelentes trabalhos de inteligência e cultura." O escritor de feição regionalista, o nosso Manoel Rodrigues de Melo, também assim se refere sobre o poeta de "Espinho de Jurema": "Jaime dos G. Wanderley é um poeta do seu torrão natal, voltado para os problemas regionais, quer no verso, quer no drama, quer ainda na novela radiofonizada." O nosso saudoso Meira Pires, com a sua visão sempre voltada para os problemas do teatro, assim se referiu: "Se Jaime dos G. Wanderley fosse menos poeta, seria muito maior teatrólogo. Entretanto o seu velho coração, a sua inesgotável inspiração poética impede que ele enxergue com menos lirismo o doloroso instante em que vivemos."

Relativamente à sua atividade no teatro, onde se destacou ao lado de Sandoval Wanderley, assinalamos esta valiosa informação de José Américo de Almeida, o romancista de "Bagaceira": "Assistindo a representação de "O Homem Que Perdeu a Alma", saímos do Teatro Santa Rosa, com uma viva impressão de arte dramática moderna". Já o nosso Câmara Cascudo assim se referiu: "intelsidade, interesse humano, vibração, elegância de estilo, vivacidade psicológica são elementos de "Alguém Chorou a Perdida", peça alta e nobre, da inteligência de Jaime dos G. Wanderley". Seu parente Rômulo Wanderley, nosso saudoso confrade, também externa a sua admiração com as seguintes palavras: "Será lamentável se "Alguém Chorou a Perdida", peça de tão alto quilate, não sair das fronteiras do nosso Estado." Jorge Fernandes, o velho companheiro de boêmia no Majestic, que já lhe havia oferecido um poema, anteriormente, assim se manifesta: "Jaime dos G. Wanderley retirou do livro da vida, presente, uma página de interesse e emoção, transportando-a para o palco. Esta é a impressão que nos deixou o seu surpreendente trabalho teatral." Outra figura de nossas letras, Othoniel Meneses, também dá o seu testemunho: "Tive, ontem,

sob os auspícios das lágrimas, a audição mais dramática desses últimos vinte anos de lirismo crônico — a da última peça teatral do grande e querido poeta Jaime dos G. Wanderley”.

Muitas outras figuras, como Carlos Siqueira, Eugênio Neto, Umberto Peregrino, Paulo Andrade, Luiza Maria Dantas e Arquimedes Barrozo se pronunciaram, também, de maneira entusiástica, sobre a obra de Jaime no campo teatral. E de tal forma se manifestaram, que nos ocorre a pergunta: teria sido Jaime maior no teatro ou na poesia? De qualquer modo, foi Jaime um grande sonhador, e só isto basta para engrandecer uma vida, justamente numa época em que poucos sonham, ou se sonham é com os benefícios, as prebendas, as sinecuras que proporcionam o poder.

Senhor Presidente,  
Senhores Acadêmicos.

Concedei-me mais uma palavra. Li, há tempos, um notável poema de Edna. ST. Vincent Millay, poetisa norte-americana, de título “Réquiem sem palavras”. Um belo poema em que a autora, lamentando “o fechar de amáveis corações na terra sepultados”, confessa não aceitar a imutabilidade do destino humano, e diz, textualmente: “Serenos, desce o herói, o inteligente. Eu sei. Mas não aprovo. Não, não me resigno”. Mais recentemente, contemplei numa revista — ARIEL — da Embaixada Israelita, um belo quadro a óleo de autoria de Aviva Uri, pintor de “símbolos subjetivos de alto impacto emocional”. Título do quadro: “Réquiem por um pássaro”. E fiquei a pensar. Pensei em Jaime. E disse para mim: Por que não escrever, também, um “Réquiem por um poeta”? Não é um poeta um pássaro? Portanto, mesmo sem resignar-me com o seu desaparecimento, dediquemos-lhe o nosso réquiem, pobre, sim, de palavras, mas rico de sentimento, e escrevamos na sua lousa estas palavras: “Aqui repousa Jaime Wanderley, homem, pássaro, que cantou sua terra e amou a vida”.

Tenho dito.



### MAIS ALGUMAS PALAVRAS...

1) A título de curiosidade, pode-se observar que a linguagem de Jaime é idêntica à de Jorge, ou quase idêntica. Citamos apenas dois exemplos, bem ilustrativos. No "Poema das serras (1)", de Jorge Fernandes, lê-se: "Serras carecas **engrujadas** na peneira da chuva". Jaime diz, em "Cafuzinho": "As árvores engrujadas na neblina". No "Poema das serras (3)", de Jorge, lê-se: "E sempre danisco nas serras e **gurgéias** e nas tangentes". Em "O Rio Seridó", de Jaime, lemos: "Nas **grugéias** da serra o silêncio se anula". Dispensamos-nos de outros exemplos, que poderão ser observados pelos interessados na semelhança da linguagem dos dois poetas. Cumpre-nos observar, apenas, na oportunidade, que Aurélio Buarque de Holanda, no seu "Dicionário", cita a palavra "Brugéia", na acepção de "cova nas serras e outeiros de difícil acesso", termo usado na Paraíba. De nossa parte, achamos que a grafia "Gru guéia" soa-nos melhor.

2) Em carta de Nilo Pereira a Veríssimo de Melo (O POTI, 14/02/1988), lemos o seguinte trecho: "Sempre entendi que Cascudo foi um modernista, ao lado de Jorge Fernandes e Jaime dos Guimarães Wanderley". Aí está o reconhecimento pelo mestre Nilo Pereira da condição de modernista do nosso poeta Jaime. Não é preciso dizer mais nada.

*[Faint, illegible text, likely bleed-through from the reverse side of the page]*

## O ESTADO E O HOMEM

M. RODRIGUES DE MELLO

**Discurso de colação de grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Norte, na qualidade de orador da Turma "Seabra Fagundes", no dia 8 de dezembro de 1961.**

Honrado com a distinção de falar, em nome dos meus colegas, nesta solenidade, uma idéia desde logo me assaltou o pensamento. Falar de que, por que e para que? Fala-se tanto no mundo de hoje, e no entanto, a palavra nunca desmereceu tanto, nunca desceu tanto da sua significação e do seu prestígio. Por que? Será que as palavras perderam o seu sentido etimológico? Não creio. Será que os meios de comunicação se restringiram? Também não acredito. Será, finalmente, que os meios de transmissão do pensamento se anularam? Ainda outra vez não creio. E por que as palavras se esvaziaram a tal ponto que parecem ter perdido o conteúdo e a forma da expressão? Uma grande revolução se operou no exercício da palavra. Originariamente, não passava de simples monossílabo, pronunciado entre gestos e resmungos. O exercício ininterrupto deu-lhe forma e expressão, até que, depois de séculos e milênios, criou-se o alfabeto para servir de base a um melhor entendimento entre os homens. Chega-se à fase da escrita, no começo representada por hieroglifos, esculpidos em pedras e madeiras, e, mais tarde, em folhas de papiro. O progresso mecânico faz brotar a máquina e com esta a máquina de imprimir, a máquina de escrever. O pensamento universal, adstrito, inicialmente, às pequenas elites de centros eclesiásticos e profanos, expandiu-se, revigorou-se, não obstante a censura e o cuidado que se impunham no resguardo das instituições e dos povos. A imprensa, a cátedra e o púlpito foram, assim, os três maiores instrumentos de democratização da cultura do Renascimento para cá. O rádio, anulando as distâncias, aproximando os continentes, universalizou as línguas, familiarizou os povos numa convivência permanente, vulgarizou o canto e a música, dando, a impressão de que vivemos

no reino supremo da felicidade. No entanto, o homem, apesar das maravilhas operadas pela técnica, pelo rádio, pelo avião, pela eletricidade, parece que não é feliz. Isto prova que a felicidade não é perfeita, em outras palavras, não é só matéria, não é só prazer aud tivo e visual, não é só libido nem é só estômago, mas compreende o ser total, com todas as suas solicitações materiais, espirituais, morais, intelectuais e artísticas, enfim, com todas as suas virtualidades. Daí dizermos, de começo, que as palavras perderam o seu conteúdo semântico e psicológico, a sua expressão humana e sociológica. E' que a palavra, como o próprio homem, além de corpo, forma, expressão, possui também uma parte imaterial, possui uma alma, que é a própria vida. Sem essa alma que é o seu verdadeiro conteúdo, deixa de existir, torna-se uma expressão ôca e sem sentido. O órgão que a faz vibrar, que a transmite, que a usa, que a profere, que a sugere, enfim, deve estar igualmente penetrado do mesmo sentido, da mesma expressão, da mesma verdade, da mesma vida, sob pena de falar no deserto, não ser entendido, morrer com ela para sempre. A palavra, no sentido em que a focalizamos, foi, em todos os tempos, a grande arma dos cradores e poetas, dos Cícero, dos Demóstenes, dos Vieira, dos Clemanceau, dos Bossuet, dos Ruy, dos Nabuco, dos Castro Alves, dos Bilac, dos Camões, dos Manuel Bandeira, dos Vinícios de Moraes, dos Henrique Castriciano, dos Itajubá, das Auta de Souza. E por que essa desfiguração da palavra, nos dias de hoje? O progresso material, aparentemente numeroso e bem distribuído, na realidade não existe como tal. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, na Alemanha e na Rússia, no Brasil e na Argentina, em Portugal e na Espanha, na Europa milenar e na América jovem e bela, na Asia como na África, em toda a parte, há progresso e há miséria, há saúde e há doença, há alegria e há tristeza, há pessoas nadando em uísque, coca-cola e guaraná, enquanto há outras morrendo de fome, sem leite, sem pão, sem carne. Enquanto isso, políticos estranhos a essa realidade, líderes sem vocação e sem preparo, improvisados, diriamos melhor, falam ao povo, instigam o povo, cortejam o povo, prometendo o que não podem dar, esbanjando, às vezes, o patrimônio do Estado, numa incontinência e numa imoderação de causar espanto. Eis porque dizíamos, há pouco, que as palavras não têm mais sentido e perderam a sua primitiva significação. E' que os homens, imoderados no seu egoísmo, incontinentes na sua ambição, perderam o sentido das palavras e conseqüentemente o senso da responsabilidade. Trocaram a sobriedade de maneiras do homem cristão pelos estilos do homem do Renascimento. Que fazemos, pois, para voltar ao sentido primitivo das palavras? Voltar ao homem das cavernas? Regredir à Idade da Pedra Lascada? Retroagir ao Renascimento? Não! Que fazer, então? Vivemos na era da máquina, da eletricidade, do rádio, do avião, da bomba atômica. Impossível, pois, retroagir aos estágios primitivos da civilização. Retroagir, seria desaparecer. Aceitar as transformações como formas de progresso e civilização, é permanecer e viver. E viver é lutar. já dizia o poeta, na sua lira imortal. Precisamos, pois, viver e lutar na era da bomba atômica, fiéis a nós mesmos, mantendo as ca-

racterísticas da nossa civilização latina e cristã.

Gilberto Freyre, num ensaio da mais penetrante significação, que escreveu durante a Segunda Grande Guerra, intitulado **Uma Cultura Ameaçada**, dizia que, entre a cultura nazifascista e a cultura luso-brasileira, de origem grego romana — renascentista, não poderia haver meio termo, e tínhamos o dever de repudiar aquela, ficando com esta. Efetivamente, a luta sem trégua e sem quartel que travamos durante cinco anos, nos mares, nos céus e em terras de vários continentes, pela sobrevivência da nossa civilização, mostrou que Gilberto Freyre tinha razão.

O mesmo podemos dizer hoje, poderemos dizer amanhã, diante das novas formas de totalitarismo que ameaçam dominar o mundo levando-o a uma guerra ainda mais desumana e fratricida do que aquela que ensanguentou a terra de 39 a 45. Para isso é que estão em vigília as reservas morais da nacionalidade, representadas, não só pelos grupos naturais que formam a sua estrutura, como a família, o sindicato, a escola, a Universidade, mas sobretudo por aquelas instituições de cúpula como o Estado com o seu aparelhamento de coação, de previsão, de policiamento e de controle. O Estado, sim. Porque o Estado não pode nem deve ser o Estado gendarme, o Estado acéfalo, o Estado policial da Liberal Democracia. Mas, aquela instituição suprema que a todos respeita, que a todos dirige, que a todos cobre e ampara com as suas leis, a todos ajuda e auxilia, sem ferir, é claro, o bem comum que a todos distribui direitos e deveres, a todos faculta certas liberdades, a todos faz restrições, em bem da comunidade, sem permitir, no entanto, a menor lesão na sua autoridade. Autoridade, repetimos, não no sentido reacionário e materialista da burguesia endinheirada e gozadora, tipo capitalista, nem no sentido marxista da história, tipo progressista, mas autoridade no sentido ético da palavra, no sentido cristão e humano do termo, que se impõe pela prática dos atos, pelo exemplo das atitudes, pelo prestígio dos seus agentes, pela força moral dos seus líderes e nunca pela violência. Esta posição em face da autoridade do Estado ético, não exclui, em absoluto, os meios de coação, o poder de polícia e os meios de controle, necessários e indispensáveis ao órgão administrativo. Negar esse direito ao Estado democrático seria concordar com Rousseau que idealizou o homem naturalmente bom, sem se advertir do pecado original, ou sem levar em conta a lição da Bíblia descrevendo a luta entre Caim e Abel. Seria endossar, ao mesmo tempo, o pensamento do socialista francês Cabot que, idealizando um Estado *sui-gêneris*, numa das ilhas do seu país, composto de elementos do seu credo político, terminou sendo expulso da liderança do governo, por uma revolução promovida pelos seus sequazes. O homem, pois, como querem os pensadores cristãos, de São Tomás de Aquino a Jacques Maritain, de Leão XIII a João XXIII, não é naturalmente bom, nem naturalmente mau. É um ser decaído, com o pecado original, reabilitado pela redenção que Cristo lhe propôs, sujeito, por isso mesmo, a quedas e ascensões, não sendo por conseguinte, nem de todo bom, nem de todo mau. A Igreja, como nenhuma outra instituição, no

intudo, lhe oferece os meios de reabilitação, através das práticas de ascese, as mais variadas, para homens, mulheres e crianças. Trata-se, apenas, de uma questão de fé, de compreensão, de boa vontade, de formação, de acordo com a economia espiritual de cada um. De certo que ninguém negaria as leis da hereditariedade, aflorando, nos traços fisionômicos, nas tendências psicológicas, nos gestos, nas atitudes, em certas taras de procedências avoengas que a ciência comprova e aceita. Mas, nem tudo, no homem, está sujeito a essas taras. A educação, ministrada com zelo, com amor, sem excluir a contribuição da ciência, da sociologia, da psicologia, da higiene mental, da medicina, da moral, da religião, poderá corrigir e modelar muitos caracteres em formação, reformando, igualmente, ao lado de outras ciências afins, aqueles temperamentos agressivos e aparentemente indomáveis que enchem a sociedade de todos os tempos e idades. A tese de Rousseau, nesta parte, não tem mais defensores, nos dias presentes. O mesmo se poderá dizer da teoria de Rhobbes que admitiu o **homem-fera** construindo o Estado, no jogo da luta de classe. A formação do Estado pressupõe experiência, condenação, cristalização de idéias, cultura, discernimento, intuição, pelo menos, que o homem das cavernas não poderia ter. A explicação de Rhobbes, pelo mesmo fato, não tem mais sentido nos dias de hoje. O Estado não é um mito, uma ficção jurídica ou uma hipótese filosófica, mas uma realidade viva e palpitante da nossa era. Os seus lineamentos surgem no Estado-Cidade, tão bem estudado por Fustel de Coullanges, no seu livro **A Cidade Antiga**. Pedro Calmon, no seu **Curso de Teoria Geral do Estado**, expõe, no esplendor renascentista do seu estilo, os traços do Estado-Cidade. Roma e Atenas reivindicam para si a glória de terem dado ao mundo os fundamentos do Estado. O Estado não é uma organização estática, insusceptível de evolução e transformação. Instituição de direito público genuinamente social e política, o Estado não exclui as leis do nascimento, crescimento, evolução e morte. Nessa altura, o destino do Estado se confunde com o da própria nação. Não pode haver Estado sem Nacionalidade. A Nação antecede ao Estado, como no caso das Américas. Mas, Roma e Atenas negam o Estado, pelo menos como o conhecemos hoje. Então pode haver Estado sem nação. O Estado-Cidade, por exemplo. Mas, senhores, não nos percamos no intrincado dessas complicações. A Nação antecede ao Estado e o indivíduo antecede à nação. O homem, portanto, é o centro de todas essas instituições. Não discutamos se o Estado teve origem divina como querem Suarez e Belarmino, pregando o estado teocrático, nem se o poder vem de Deus, mas a escolha da autoridade é dos homens, como quer São Tomás de Aquino, defendendo o providencialismo, nem tão pouco se o Estado vem do contrato social de Rousseau e Rhobbes ou de formação histórica ou sociológica como querem outros tratadistas. O que importa é que o Estado foi criado para servir ao homem e não o homem para servir ao Estado. A prevalecer a segunda proposição, teríamos então o homem como um escravo do Estado, e não como um ser espiritual e moral, projetando a sua

personalidade através de tendências e aspirações as mais diversas e criadoras. O Estado, pois, é o próprio reflexo dessas virtualidades do homem, não para esmagá-lo, mas para protegê-lo e ajudá-lo na realização dos seus anseios e aspirações. Do exposto se conclui que o Estado democrático, aprimorando o seu aparelhamento, as suas instituições, servindo de equilíbrio entre o poder demasiado dos ricos e a fraqueza cada vez mais gritante dos pobres, é o regime ideal para todo homem que reconhece como limite da sua liberdade o começo da liberdade dos seus semelhantes. É neste regime, cremos nós, que os bacharelados da Turma "Seabra Fagundes" querem viver, desejam viver, para melhor servir ao Brasil e às suas instituições. Porque, de outro lado, não se compreenderia que escolhessem para colocar no frontispício da sua placa de bronze, o nome de um jurista, autenticamente democrático, de tradição e de família democrática, e sobretudo de passado e formação democráticos, como é na realidade o desembargador Miguel Seabra Fagundes. Estudioso do direito, arrimado por uma vocação assoberbante, o jurista Seabra Fagundes fez-se pelo seu esforço, pelo seu trabalho, pelo valor da sua inteligência e pelo brilho da sua cultura. E' uma alegria para quantos fazem parte da turma de bacharéis de 1961, e, particularmente, para nós, dizer que entre os livros adotados, na Cadeira de Direito Administrativo, ministrada por esse outro valor da cultura jurídica de nossa terra que é, sem favor, o Professor Raimundo Nonato Fernandes, está também **O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário**, do eminente Professor, ora homenageado. O Professor Seabra Fagundes pode aceitar a homenagem da sua Turma, na certeza de que não são vozes isoladas que se alçam para louvar e prestigiar o seu trabalho de jurista e homem público, mas é o próprio Rio Grande do Norte que se serve dessa lembrança feliz e oportuna para testemunhar, mais uma vez, ao seu lustre e grande filho, a expressão mais autêntica da sua vontade. Ao lado do patrono, exornado por tantos títulos e qualidades superiores, foram os bacharelados de 1961 buscar um outro nome que lhes transmitisse, no discurso de paraninfo, a última lição, antes que partissem para os vários destinos que os esperam fora da Escola. Este nome não é outro senão o do Professor Otto de Brito Guerra, lente de Direito Civil, com a dupla responsabilidade de mestre e Diretor da Faculdade. Contemporâneo de Seabra Fagundes, nas atividades discentes da gloriosa Faculdade de Direito do Recife. Otto Guerra se impunha no ambiente universitário do seu tempo, não só como modelo de estudante preocupado com as matérias do currículo escolar, mas, também, como participante do grupo neo-tomista da Escola, sem favor um dos mais ativos e atuantes do Recife, naquela época. Como diretor da Faculdade de Direito, não será preciso encarecer a sua correção, o seu zelo, o seu interesse, o seu equilíbrio, a sua compreensão, presididos por uma autoridade sem arrogância, e por uma bondade sem pusilanimidade e sem fraqueza. Deixamos que se manifestem os alunos e professores aqui presentes. Quanto ao professor de Direito Civil, encobrimo com a sua modéstia, a segurança do seu saber e da sua cultura, o paraninfo desta turma realiza na cátedra

o ideal do professor sem preconceitos, debatendo com os alunos as mais controversas questões de direito, moral, religião, sociologia, filosofia, sem ferir susceptibilidades e sem constranger ninguém a aceitar o seu ponto de vista que sabemos todos ser católico-integral. Alias, não é preciso que se diga que entre o catolicismo social e o jurista verdadeiro não há barreiras intransponíveis. Há, pelo contrário, um vasto campo de compreensão e entendimento que so fazem consolidar e robustecer os laços existentes entre o direito e a religião, em proveito da sociedade e das instituições. Homens do seu tempo e do seu meio, participantes de uma comunidade de sentimento e de cultura, como é no caso a Faculdade de Direito, os bacharelados desta turma não poderiam esquecer nem omitir amizades feitas no decurso da vida universitária, cujas lembranças serão para sempre motivo de enlêvo na sua vida profissional, quaisquer que sejam os rumos a seguir daqui por diante. Assim, não foi esquecido o Magnífico Reitor, Professor Onofre Lopes, cujo trabalho, dedicação e zêlo à frente da Universidade do Rio Grande do Norte, não será de mais proclamar e repetir nesta solenidade. Não foram igualmente esquecidos os professores Claudionor Telógio de Andrade, Vécio Barreto de Paiva, Américo de Oliveira Costa, Raimundo Nonato Fernandes, Edgar Ferreira Barbosa, Floriano Cavalcanti de Albuquerque, Luís da Câmara Cascudo, Manoel Varela de Albuquerque e Milton Ribeiro Dantas, todos constando da relação dos homenageados da turma ora concludente. Não seria completo e ficaria mal delineado este bosquejo se omitissemos aqui os nomes dos professores Paulo Pinheiro de Viveiros, Emídio Cardoso Sobrinho, João Vicente da Costa, Aldo Fernandes Rapôso de Melo, José Ildefonso Emerenciano, Antônio Soares Filho, Anselmo Pegado Cortez, Alvamar Furtado de Medonça, Carlos Augusto Caldas da Silva, José Áureo Lins Bahia, José Gomes da Costa e Francisco Nogueira Fernandes, todos indistintamente, merecendo o respeito e o acatamento de quantos ali estudam e se preparam para a vida pública.

Dentre o corpo de funcionários, onde todos executam com zelo, aptidão e patriotismo, as suas funções, fomos retirar da sua modéstia, como expressão autêntica de bondade desinteressada, o porteiro Francisco Freire da Silva, que atende em toda a Faculdade pelo epíteto de "Seu Freire", para dar-lhe a consciência de que representa também na vida da instituição uma peça importante do seu mecanismo funcional, um ser humano que possui as mesmas tendências e aspirações dos membros da sua comunidade. Esta é, sem sombra de dúvida, a função da Universidade em geral e das suas unidades em particular. Não seria Universidade, não seria Faculdade, não seria Escola, no verdadeiro sentido da palavra, aquela instituição que fizesse discriminação entre os indivíduos da mesma comunidade, por questão de raça, religião, filosofia, posição social e política, influenciada por preconceitos extemporâneos. Diferenças, há, inegavelmente, entre os membros de qualquer comunidade. Mas, essas diferenças são apenas de grau de cultura, de sensibilidade, de poder aquisitivo, de capacidade técnica e científica, de apreensão e compreensão dos fenômenos da natureza e da so-

cidade, cuja extensão vai progressivamente diminuindo à medida que se vão aprimorando os processos da cultura, da civilização, ao lado de uma melhor distribuição dos bens materiais e de riqueza. Esta deve ser uma das metas da Universidade do Rio Grande do Norte, isto é, estudar, trabalhar, se esforçar para que nesta unidade da federação brasileira os homens sejam cada vez mais iguais, cada vez menos desiguais, cada vez mais felizes, dentro de um espírito cada vez mais democrático, cada vez mais humano, cada vez mais cristão, e porque não dizer, cada vez mais fraternal, a fim de que o espírito da desordem, da anarquia, da violência, nunca encontrem meio de crescer e prosperar no solo abençoado e querido do Rio Grande do Norte.

Não é de mais, senhores, que ao falar da Universidade façamos ainda uma referência ao Magnífico Reitor, Professor Onofre Lopes, cujo esforço desmedido pela sua criação, encontrou, no professor Jurandir Lody, o realizador do sonho e do ideal de tantas gerações do Rio Grande do Norte. Ao Magnífico Reitor, portanto, traduzimos aqui a admiração da turma de bacharéis de 1961 pelo grande bem que propiciou à cultura universitária do Estado.

Meus Senhores e minhas Senhoras:

E' lei de economia política que o progresso não se faz só pela vontade do homem. A vontade é, sem dúvida, uma força poderosa capaz de transpor obstáculos, remover impecilhos, abrir caminhos às mais corajosas iniciativas. Mas, se não contar com um mínimo de condições favoráveis à realização de seu objetivo, de certo que se anulará por falta dos elementos que condicionam o seu desiderato. O problema da instrução e da cultura está ligado a fatores, sem os quais não poderia jamais existir, especialmente num país como o nosso, de extensão territorial imensa, precisando atender a todos os centros de densidade demográfica, baixa ou alta, se quiser praticar uma política educacional em bases de justiça e de equidade. Sabemos como se fez esse trabalho na fase da colônia, quando o ensino era dirigido pelos Jesuitas, grandes mentores e formadores da nacionalidade. Sabemos como continuou no Império e na República. Além do ensino primário e secundário havia também o ensino superior. Destacaram-se desde logo Pernambuco, no norte, e São Paulo, no sul, com as suas Faculdades de Direito, e a Bahia com a sua tradicional Faculdade de Medicina. Abstraindo outros aspectos, basta dizer que foi o Recife o centro por excelência da cultura jurídica do país, durante mais de um século, sem solução de continuidade. Várias gerações do Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Pernambuco, Piauí, Pará, Maranhão, Amazonas, Alagoas, Bahia e outros centros do território nacional, se formaram na Escola onde pontificaram Tobias Barreto, Sílvio Romero, Clóvis Bevilacqua e tantos outros expoentes da cultura jurídica do país. O escritor Raimundo Nonato, num trabalho exaustivo de pesquisa, recentemente publicado, documentou para as novas gerações de nossa terra, o que representou esse esforço de cem anos das elites norte-rio-grandenses, formadas sob a égide da Escola do Recife. Citamos esse fato, para di-

zer que passamos mais de cem anos dependendo daquela casa de ensino superior, posteriormente ajudada nesse trabalho de dissiminação da cultura, pelas Faculdades de Fortaleza e de Alagoas. Podemos avaliar o esforço e o sacrifício das gerações que nos precederam, tendo que buscar outros centros para fazer a sua cultura jurídica, com prejuízo, sem dúvida, de dezenas, centenas e até milhares de jovens que na falta de meios materiais, ficaram no anonimato, entregues aos labores rotineiros de outras profissões que não aquela de sua verdadeira vocação.

Conhecemos, no interior, vários contemporâneos nossos, que desejosos de estudar e não o conseguindo, compraziam-se em aprender as primeiras letras, ideal supremo de quantos não tinham outro meio de atingir as altas culminâncias do pensamento e da cultura. Outros, na falta de escola e professores, compravam dicionários e passavam a decorar as palavras mais difíceis e empoladas, para repetí-las nos serões das famílias e dos amigos. Resultado: pouco tempo depois, caíam no rídículo mais completo. Recordamos esse fato para mostrar o sacrifício de tantas gerações de norte-rio-grandenses frustradas nos seus ideais e nos seus intuitos. E para lembrar ainda que a criação da nossa Universidade, sejam quais forem as dificuldades a transpor, deve merecer de nós o compromisso solene de trabalhar por ela, de levar o seu nome a todos os recantos do Estado, de propagar as suas finalidades, e, sobretudo, de honrá-la e prestigiá-la em todas as iniciativas que esposar em nome da grandeza e da felicidade do Rio Grande do Norte.

Este, deve ser, sem dúvida, o papel de todo bacharel, de todo profissional do direito, de todo advogado, de todo jurista, de todo homem de toga ou de capelo.

Mestres!

Dentro em pouco vamos partir! Partir para vários destinos! Não importa para onde. O que importa é dizer que nas dimensões do nosso espírito não há lugar para ausências definitivas.

A Faculdade de Direito representa para nós o nosso segundo lar. É o prolongamento da nossa casa, nos doces e amoráveis momentos da família. É o nosso lar espiritual e sentimental. Daqui saímos levando a marca do seu sainete, da sua orientação, do seu pensamento jurídico e filosófico. Temos a felicidade de dizer e proclamar que neste meado de século em que vivemos, a Faculdade não rompeu os laços de comum entendimento com a família natalense. Os seus professores não são veículos nem instrumentos de desagregação entre a família e a Faculdade, entre a Faculdade e a Pátria. Poderá haver idéias e doutrinas perturbadoras dessa mútua convivência no meio universitário. E é bom que haja. A Faculdade não é um claustro, não é uma cela de monges, embora tenha origem nesses centros de alta cultura e superior ascese. Mas, a Faculdade não é um convento, repe-

timos. E' uma instituição de cultura superior, lançada ao mundo, para viver no mundo e trabalhar pelo mundo e para o mundo. Os seus mestres e alunos são homens livres, mas também responsáveis. Logo, podem pensar e agir dentro daqueles limites que a lei configura e a constituição permite a todo cidadão brasileiro, sem desprezo pelos direitos e liberdades dos seus semelhantes. Mas como diziamos, qualquer que seja o rumo da nossa vida profissional, na advocacia, na magistratura, no ministério público, no magistério secundário e superior, no jornalismo, em qualquer parte ou função, o nosso pensamento estará sempre voltado para a Faculdade, para os seus mestres, para os seus alunos, para os seus funcionários, para aqueles espaços, para aquelas sombras e paredes que não são mais do que imagens vivas do nosso curso, das nossas atividades, das nossas lutas, dos nossos esforços, das nossas tibiezas e vacilações, das nossas preocupações, dos nossos ideais. O sentimento que levamos de gratidão e reconhecimento pelo muito ou pelo pouco que lucramos em cultura e experiência, não se descreve e sintetiza em palavras. Só o tempo, a convivência e as relações, lá fora, traduzirão o que afirmamos nesta hora de emoção e de alegria. Sintetizando o pensamento da turma "Seabra Fagundes", dizemos:

Adeus, queridos mestres, adeus.

Dioclécio Duarte, servindo de orador da sua turma, na Faculdade de Direito do Recife, no começo deste século, pronunciou um discurso a que deu o título de **Para os que ficam**. Servimo-nos agora da expressão para dizer aos que ficam na Faculdade, o nosso adeus e os protestos da nossa estima e da nossa admiração. Nunca, como hoje, o Brasil precisou tanto das suas elites universitárias, responsáveis pelo futuro da nacionalidade e das suas instituições. Nos que ficam, pois, depositamos a confiança de que nos momentos decisivos da pátria, saberão escolher o caminho do dever, da dignidade e da honra nacionais.

Colegas;

Chegou, afinal, o momento da nossa separação e da nossa despedida.

Diz uma cantiga popular:

"Quem parte, parte chorando,  
Quem fica, saudade tem".

Não sabemos se é o caso deste ato e desta hora. Não sabemos tão pouco, se a Faculdade deplora a nossa ausência. O certo é que, daqui partimos, não chorando, como diz a cantiga popular, mas cheios de saudades, o coração desfeito em pedaços, a alma transida de emoções. Vamos partir em pouco. O tempo passa rápido como um bólido no espaço. O presente é fugaz como o raio que se desprende do infinito. A palavra que proferimos já é passado. Só o passado é permanente e duradouro, o futuro é um constante **vir a ser**. E' o desconhecido. Vamos partir, deixando mestres e amigos dedicados, deixando a Escola, o nosso segundo lar. Vamos partir! Quem parte leva alguma men-

sagem. A nossa mensagem é, sem dúvida, uma das mais belas e dignificantes deste mundo. Levamos a mensagem do direito e da justiça. O campo é vasto. A seara é grande e precisa de bons lidadores. O sertão está abandonado, precisando de juizes íntegros e cultos. Precisando de advogados corajosos e leais. Seja a lei o nosso lema, o nosso estandarte, a nossa bandeira, o nosso escudo. Defender o homem do campo, nessa conjuntura da vida nacional, dando-lhe a proteção da lei, em defesa da sua propriedade e da sua família, é dever de justiça de todo advogado que se preze deste nome. Vamos ajudar o sertanejo a ser fiel a si mesmo, ao seu pequeno patrimônio adquirido com esforço, suor e lágrimas. Vamos aprender com ele a lição da coragem, do amor à terra, do apego à família, do devotamento à comunidade, do temor a Deus e das grandes virtudes que formam a base da nacionalidade. Vamos pregar a justiça social, dividir melhor os bens de fortuna, dentro do princípio da equidade, sem tentar corrigir um erro com outro erro ainda maior. As nossas armas, nessa batalha, pela redenção econômica do sertanejo e do sertão, não são o trabuco, a espingarda, o clavinote, o fuzil e a metralhadora, mas a constituição e a lei. A força e a violência são inimigas da prudência e da moderação. São meios excepcionais que só se utilizam quando se esgotam todos os meios suasórios. Lembrai-vos que os regimes discricionários só encontram o seu equilíbrio na lei, no Estado de direito. Aos mais jovens da nossa turma não daremos conselhos, mas advertimos-lhes que se defendam dos equívocos, dos enganos e dos excessos. Aos mais velhos, com a nossa experiência, diremos, apenas que, a partir deste momento já vamos nos enchendo de saudade dos grandes dias que aqui passamos no seu convívio, privando do seu contacto e da sua amizade. Saudade do trote da nossa turma, cuja repercussão transpôs as fronteiras do Estado. Saudade daqueles como Carlos Borges de Medeiros que depois de fazerem o vestibular resolveram interromper o curso. Saudade de Neri Fernandes que a estas horas deve estar colando grau em Minas Gerais. Saudade de Maurício Maggessi Susini Ribeiro que neste momento deve estar também recebendo o grau de bacharel, no Rio de Janeiro. Saudade de José Maria da Luz Rebouças que nos deixou no quarto ano, indo fazer política partidária no interior. Saudade, enfim, de todos quantos compõem a nossa turma e em cuja convivência amável e delicada passamos esses cinco anos enriquecendo o nosso espírito em experiência e conhecimento dos homens e das coisas.

Colegas!

Chegou a hora da partida. Não repetiremos a cantiga popular que diz:

“Quem parte, parte chorando  
Quem fica, saudade tem”.

Nem muito menos aquela outra que afirma:

“Não quero choro  
Nem vela”...

Mas, tão somente, aquela frase do pensador nacional que no momento decisivo da pátria, em face do dilema de ser livre ou escravo de nação estrangeira, dizia:

“Meus amigos, vamos para a história”.



## MESTRE CASCU DO EM QUATRO TEMPOS

Américo de Oliveira Costa

Volto a subir os degraus do antigo chalé da Avenida Junqueira Aires, 377, onde mora mestre Cascudo. Alcança ele, agora, os seus gloriosos oitenta e seis anos. Longe então os tempos da "Vila Amélia", naquele Principado do Tirol, que tanto lhe encheu os dias de rapaz afcrtunado, espécie de jovem príncipe da grã-ventura, polainas, plastrons, monóculo, automóveis... Esse **Principado do Tirol** é a sua ilha d'Ys, submersa e perdida nos fundos da memória. O chalé da Junqueira Aires, situado na descida para a Ribeira, na fronteira entre xarias e canguleiros, frente voltada para o rio e o mar mais distante, é hoje o ninho da águia. Lembro a bela imagem de Edgar Barbosa, feita numa referência específica à sua cidade Natal: "Aqui está seu promontório de Sagres, sua grande escola e sua nobre vida de bom gigante".

Abraço o dono da casa (ainda existe essa figura do passado? costuma indagar Nilo Pereira) e torno a sentar-me ao seu lado, como antigamente. Nem tanto como antigamente, pois agora o que logo nos ocupa não é conversa franca e direta, os assuntos múltiplos saltando no ar. Ensaíamos, ao contrário, a vagarosa operação do entendimento, através do lápis e do papel, ele lendo e falando, eu perguntando ou respondendo por escrito, para transpor a barreira de sua implacável surdez. Também o seu antigo estúdio da rua da Conceição acode-me à lembrança. Ia ali, nos começos dos anos 40, sobretudo, num ato ritual: o de beijar a pedra, pois aquele era, então, o seu templo e a sua oficina, o seu Santo dos Santos. Achava-me, de resto, sempre um intruso, naquelas oportunidades, pois forçosamente estaria a interromper-lhe o trabalho precioso.

No meu currículo de membro da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, há um episódio envolvendo Cascudo, de que hoje não recordo nem encontro a explicação. Tentarei recompô-lo. Em 1936, Cascudo, com outros companheiros, principalmente Henrique Castriciano, fundou a instituição. Foi sempre adiando, porém, a cerimônia de posse na cadeira n.º 13, que passaria a ocupar, oficialmente, sob o patronato do ilustre historiador conterrâneo Luís Manuel Fernandes So-brinho.

O tempo foi seguindo. Em 1943, a Academia teve aumentado o número de seus membros, de 25 para 30, reservando-se o direito de escolher e convidar os novos titulares. Fomos chamados, então, José Augusto, Paulo de Viveiros, Manuel Rodrigues de Melo, Esmeraldo Siqueira e eu, a 22 de julho daquele ano. Os novos membros elegeriam, a seguir, os patronos.

Cascudo se empossaria nesse mesmo ano de 1943, a 4 de novembro. O discurso de recepção a Cascudo foi meu, apesar de ainda não estar devidamente empossado, o que me ocorreria cerca de seis anos depois, a 22 de novembro de 1949. Isso foi o que aconteceu e está nos documentos da Academia. O problema, hoje, está prescrito. Mas, na ocasião, deu-me a grata alegria radiosa, que então acentuei de, em cenário tão solene, ser concedido a um discípulo poder falar diante do Mestre. Foi o meu segundo discurso a Cascudo: o primeiro dataria de 1939, em Mossoró. Alguns outros viriam depois.

Cascudo teve como tema, naturalmente, a vida e a obra de seu patrono. Seu trabalho se encontra no n.º 3, da Revista da Academia, publicado um pouco tardiamente, em 1955. O meu, igualmente, encontra-se ali.

Autor de grandes livros, que consumiram anos de pesquisa obstinada e minuciosa aquém e além-mar como o "Dicionário do Folclore Brasileiro", "Civilização e Cultura", "História da Alimentação no Brasil", "Geografia dos Mitos Brasileiros", para lembrar apenas alguns, Mestre Cascudo excele, igualmente, nos pequenos ensaios, plenos de graça e humor.

Outra de suas obras, rica de contactos humanos, é o "Livro das Velhas Figuras", já saídos cinco volumes, (outra citação eventual), pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, contendo páginas de sua dispersa seção jornalística intitulada "Acta Diurna". A evocação de tipos e fatos de nosso quotidiano histórico, social, literário, político, através dos tempos, suscita invencível interesse. Também se encontra aí o moralista, debruçado sobre os destinos individuais, no testemunho e na reflexão. O caso de "Cocão", por exemplo, não é uma fábula, insere-se nas lições que definem a vida e a morte, e em seus desígnios e suas consequências imprescritíveis. Reunindo suas crônicas dessa família espiritual, acabar-se-á por erguer uma "floresta de exemplos".

Trata-se de uma história verídica, passada na então Vila de Mossoró e está registrada "por um dos historiadores mais documentados e conscienciosos que possuímos, o velho Francisco Fasuto de Sousa", assinala Cascudo.

Alvaro Moreira, apelidado "Cocão", morreu sem absolvição, que lhe foi negada pelo Vigário Antônio Joaquim, pois, na confissão, recusara-se a perdoar um de seus desafetos.

“A família procurou sepultá-lo no interior da Matriz, como era corrente na época. O Vigário recusou o enterro no sagrado, pela falta de absolvição.

Cocão foi sepultado assim, fora do templo católico, num terreno batido, coberto de mato, atrás da Matriz”. — “Ali ficou como um bicho sem alma”.

“Em 1878, o Vigário Antônio Joaquim estava em pleno trabalho de remodelação da Igreja”, prossegue Cascudo. “Ampliou a nave, alargando o altar-mor. Pôs abaixo a parede da sacristia e fê-la recuar, aproveitando o terreno abandonado que se estendia atrás da Igreja”. — “Apenas, como resposta à teologia do Padre Antônio Joaquim, a sepultura de Álvaro Moreira, o obstinado “Cocão”, fora enterrado no mato, ficou justamente debaixo do alta-mor, aos pés do sacrário, no ponto mais eminente da Casa de Deus”, conclui Cascudo.

— “Dai-me, Senhor, a divina ciência de compreender... Nada mais”. Eis o final de seu “Na Ronda do Tempo”.

Dístico que Afrânio Peixoto considerava como resumir a sua biografia e que Mestre Cascudo gosta tanto de citar: — “Estudou e escreveu. Nada mais lhe aconteceu”.

“La vita si vive e sí escribe”, está num poema de Pirandello.

A simplicidade que lhe percorre e doura a existência, e lhe é substancial, é a sua lição de sábio.

Na história cultural do Rio Grande do Norte, ninguém que lhe seja próximo. É um marco, uma presença formidável, que nos ergu-lha e nos recomenda à posteridade, consagrada no tempo e no espaço.

“Tu, Guia, tu, Senhor, tu, Mestre”, como na saudação de Dante a Virgílio, no final do Canto 11, da “Divina Comédia”. (1984).

A esta altura do tempo, além dos seus 86 anos, já não contemplamos mais Luís da Câmara Cascudo, já não nos debruçamos mais somente no estudo e na apreciação de seus grandes livros. O homem Cascudo, a criatura humana que há nele, se reveste, hoje, de proporções e de uma densidade que não são apenas de um autor, de um escritor, sem embargo dos múltiplos setores em que se veio desdobrando, ao longo do tempo, a sua atividade intelectual. Hoje, ao seu contato, hoje, ao senti-lo do fundo de sua surdez, de Prometeu encadeado ao rochedo do silêncio exterior, e em tudo que ele significa de conhecimento e cultura, adquiridos pela longa caminhada no tempo, acabamos por concluir que, nele, o “savoir” transfigurou-se em “sagesse”, ou seja, o saber em sabedoria. Eis a sua última e gloriosa encarnação: o sábio, o

filósofo. O filósofo de uma filosofia terenciana do que nada do que é humano lhe é estranho. O filósofo pleno de compreensão e bondade diante da vida. E que pode proclamar, como já o faz, imune a qualquer espécie de agressão ou de dores do mundo: — “Sou homem que não desanimou de viver e para quem a vida é sempre uma experiência nova e uma revelação. “Ao ser homenageado, certa vez, confessou magnificamente, uma das regras de seu código de conduta pessoal, como que justificando, sem que ninguém lhe perguntasse, por que irradiava sempre tanta alegria: — “Jamais comuniquei tristeza para os outros. As notícias desagradáveis, não dou. Deixo que os outros dêem”. — Não some seus desenganos. “Bem se classificaria ele, assim, entre aquelas pessoas felizes a que aludia o inglês Robert-Louis Stevenson: aquelas que, ao entrar numa sala, como que a tornam mais clara, tal se fora acesa uma nova luz.

Jamais as portas de sua casa (o endereço mais ilustre do Rio Grande do Norte) naquela barrésiana colina inspirada da Avenida Junqueira Aires, 377, deixaram de abrir-se a quem quer que fosse, para a lição, para o estímulo, para o abraço, para o dito espirituoso e espontâneo.

A figura do mais eminente e respeitado escritor de nossa terra, do grande professor catedrático e emérito, “honoris causa”, e, por consenso indiscutível, vitalício, acima e além das aposentadorias burocráticas ou compulsórias; do patriarca intelectual, em sua legítima, lúcida e verde velhice goetheana, confunde-se, porém, miticamente (não o esqueçamos), com esta outra personagem que ele nunca deixou de ser: a do mago, do feiticeiro de sua tribo, do guardião, do oráculo e do intérprete dos mistérios e dos segredos do cotidiano coletivo, primitivo, rural, cidadão, regional, universal, nas suas relações milenares homem-espaco-tempo-circunstâncias.

Folclorista, etnógrafo, antropólogo, historiador, sociólogo, memorialista, jornalista, cronista, com pesquisas e trabalhos assim tão prodigiosamente repartidos por domínios superiores da inteligência e do espírito, através de decênios preciosos de labor, — não há outra atitude face a Luís da Câmara Cascudo senão as da admiração e gratidão pela obra realizada, lustre de nossa cultura, — obra una e plural, rosa dos ventos, soma e estuário, ilha e arquipélago, aldeia e continente ou aldeia global.

Seu isolamento dos ruídos do mundo é, em conclusão, apenas aparente, diante das riquezas do seu mundo interior. Pois não há isolamento possível para quem convocou, introduzindo-os na intimidade de seus livros, tantas criaturas e seres fantásticos, daquém e dalém terras e mares, cavaleiros de gestas medievais, altivos e rudes homérides sertanejos, damas de gentil convívio como a princesa Magalona e a donzela Teodora. Isto para não falar nas personagens do seu incrível e inenarrável fabulário, aqueles de imprevisíveis cantos de muro.

Hábitos e horários alteraram-se, na sua rotina. O gabinete biblioteca não está esquecido, naturalmente, mas o mestre, desde algum tempo, prefere certo recanto de uma ampla sala central, onde se senta numa cadeira de espaldar, próximo a uma janela dando para um pequeno pátio de sombra amena, um livro nas mãos, lápis e papel ao lado, inclusive para ajudar no diálogo que a inaudição dificulta.

Essa sua presença, enorme e fundamental, pela força única do talento criador, inunda a cidade e o Estado, com as irradiações de seu renome e de sua legenda. Por ele, o Rio Grande do Norte é uma das grandes matrizes da cultura brasileira.

“Esta é a glória que fica, eleva, honra e consola”, como no verso tão oportuno de Machado de Assis. (1985)

Com a morte de Luís da Câmara Cascudo perde o Rio Grande do Norte a sua mais alta expressão intelectual em todos os tempos. Nascido nos fins do século passado e desaparecido agora, já no último quartel deste nosso século, a 30 de julho de 1986, dele bem se pode afirmar que emprestou seu nome ao século em que viveu e em que vivemos. Este será, no caso, o “século cultural norte-rio-grandense Luís da Câmara Cascudo.”

Tudo que já me foi possível saber e dizer, sobre Cascudo, o tenho procurado fazer, ao longo de várias décadas. Tem sido ele o assunto de eleição deste impenitente escriba provinciano. Não conto os discursos, os ensaios, os artigos, as conferências, as notas, as anotações, as entrevistas, dois livros, um prefácio mesmo, em que dele me tenho ocupado, desde 1939. Gostaria muito, aliás, de ter podido fazê-los mais e melhor, — por tudo quanto dele tenho recebido, em ensinamentos, conselhos, exemplos, experiências, reflexões, direta ou indiretamente, através de sua obra e de sua vida, de seus trabalhos e de seus dias. É esta uma dívida de gratidão que, acredito, também de todos os norte-rio-grandenses, dívida que jamais será paga, pois a moeda que ele nos doou é de uma espécie de ouro que não corre nos mercados financeiros: é o ouro da sabedoria, da cultura, da dignidade intelectual, da profundidade mental e espiritual, sem condições de resgate e amortização, mas atravessando os anos cada vez mais valorizada pelo tempo e pela vida. Cascudo parece, hoje, ter-se constituído como um tipo de escritor cuja raça estaria em extinção, pois escritor com qualquer coisa de monástico nas suas tarefas e nos seus hábitos quotidianos, como tendo vivido sobretudo as suas horas entre o *ora* e o *labora* de antigas comunidades conventuais.

Grandes coisas e coisas preciosas acrescentou mestre Cascudo ao patrimônio histórico, artístico e cultural do país, quanto às ciências e ao conhecimento do homem brasileiro (história, geografia política e humana, etnografia, antropologia, sociologia, folclore, biografia, memórias, numa série de livros que enchem, enriquecem e honram qualquer estante de biblioteca em que se perfilarem). Basta olhar essa legião cesária, imperial, de volumes, para concluir que nos encontra-

mos em face de um autêntico homem de espantos, acdo ou bardo épico de seu povo, como nas antigas literaturas ou sagas nórdicas e germânicas.

É quase inacreditável, não fosse a prova factual, que um homem sozinho houvesse conseguido realizar tão monumental e ilustre aventura literária. Mas ela aí está, diante de nossos olhos; objetiva, real, inconfundível, inexplicável, — renovada e repetida em constantes e sucessivas reedições que de suas obras se fazem.

Aos 87 anos e meio, já sem ouvidos, quase sem visão, ele já se erguia no casarão da Junqueira Aires, lúcido e claro, como um milagre do espírito e da natureza. Sua surdez não impedia os diálogos fluentes e vivos, através de textos escritos. sua precariedade de visão se compensava pelo uso de lupas especiais. E tudo isto animado pela sua presença impressionante de bom gigante, a que não faltava certa alegria de viver, nos encontros com quantos lhe entravam os portais de sua grande sala acolhedora. Segurava-o sempre, quando em movimento, o braço da companheira admirável de tantos anos, dona Dhália, parceira devotada de toda uma vida lírica de namoro, noivado e casamento, que parecia ter começado ontem.

Dele tive a fortuna de acentuar, uma vez que, vivo ainda, já se alteava como a estátua de si mesmo. E é o que ele permanecia, no seu retiro sagrado, na sua Tebaiada gloriosa.

Pleno de compreensão dos seres das coisas, não tinha queixas nem azedumes, em qualquer circunstância. Costumava dizer, ao contrário, em certas ocasiões, como se respondesse a um interlocutor inconveniente, que tudo isso é apenas a moeda com que se paga o pedágio de uma vida longa. Se já assim praticamente não mais escrevia nem lia, embora (sabe-se lá o mundo de criações que ainda lhe podiam habitar a imaginação e o sonho!) — quando menos se esperava, ei-lo que nos surpreendia nas imagens da televisão, — como símbolo vivo do Rio Grande do Norte, tal sua bandeira, seu hino, seu escudo, e era sempre sobre Natal e sobre nosso povo de quem ele falava com palavras que saltavam, fortes e alacres, do seu cérebro e de seu coração generoso.

Nas circunstâncias e no tempo em que vivemos, e mesmo na mais distante linha do horizonte norte-rio-grandense, ninguém visível à altura de sua grandeza intelectual interior e muito menos da obra imensa que teve por destino construir. (1986)

Dá-se que Mestre Cascudo continua vivo, mesmo já além dos túmulos, e sua permanência no mundo dos vivos não se deve, no caso, à precária e discutível imortalidade das Academias. Para assegurar-lhe essa sobrevivência, mais significativa, profunda e legítima, do que qualquer outra, inclusive a pessoal, que dura apenas na memória contingente das gerações contemporâneas, existem outros fatores e elementos de cuja força e valor os anos futuros não de dar sempre testemunho. Porque a natureza intelectual de Câmara Cascudo é o do “homem eterno”, de Chesterton, não a do “homem finito”, de Papini, para a ela adaptarmos dois rótulos de impacto.

Mestre Luis da Câmara Cascudo era um livro, são muitos livros, mais que uma simples criatura da espécie, embora aquele "leite da ternura humana", de que fala o clássico inglês por excelência, nunca houvesse deixado de constituir-se um traço particular de sua qualidade, do seu temperamento, da sua sensibilidade, do seu caráter. Foi sempre um homem bom, solidário, generoso.

— Morrem os mitos, os gestos, as linguagens tradicionais, os costumes, as superstições, os destinos, o sentido visível e invisível das coisas e dos fatos? Foi dessa temática e de temáticas outras, muitas outras, das ciências do homem, que envolvem a aventura dos povos e dos séculos, que Cascudo se ocupou, durante o seu longo itinerário terrestre, "vendo, tratando, pelejando", como no canto do épico português

Num dos volumes do "Tempo Perdido", Proust fala, com as mais belas palavras, da morte de Bergotte, "aquele velho infinitamente sábio e quase divino", cuja presença, cuja sobrevivência no mundo dos vivos, seriam asseguradas pelos seus livros.

Desse tipo de ressurreição fabulosa é que se anima, indubitavelmente, o espírito de Luís da Câmara Cascudo, tornado agora intemporal, com seus livros a continuarem espalhados, em sucessivas edições, por todas as livrarias do Brasil, e no interesse, na admiração e no culto da inteligência nacional. Mas há uma outra "aproximação", no sentido em que o ensaísta Charles Du Bos empregava o vocábulo, ainda a ser feita. É a de um verso de Mallarmé. O mais belo verso, talvez de Mallarmé, e um dos maiores da poesia universal, no seu conteúdo e nas suas percussões, que coroa o exemplar destino livresco cascudiano e bem se ajusta à sua atual "circunstância" orteguiana, e como que complementa o texto proustiano: — "Tal como nele mesmo, afinal, a eternidade o transforma" — ("Tel qu'en lui (-même enfin l'éternité le change").

Na obra, ou seja, nos livros de Mestre Cascudo, há uma característica especial que convém sempre ressaltar: é a sua oralidade, o seu estilo coloquial. Em qualquer livro de Cascudo, há sempre o homem que ele foi, que se levanta e fala.

Por isso mesmo, quantas vezes, ao passarmos pelas proximidades de seu casarão na Junqueira Aires, como que nos bastava saber que ele estava lá dentro, estudando, escrevendo. E logo concluíamos que, do isolamento de nossas posteriores vigílias domésticas, iríamos reencontrá-lo, nas conversas com os seus livros, e era (e é) como se fosse com ele pessoalmente, e sem que o tivéssemos ido perturbar na sua cela de monge laborioso. Pois entrar no gabinete de Cascudo, quando o mestre lá se encontrava (e isto eu já escrevia nos idos de 40), dava sempre a impressão de que o iríamos interromper, desta ou daquela maneira, imperdoavelmente.

— E as marcas, as sombras, as flutuações, que as pessoas imprimem e deixam nos ambientes, nos móveis entre os quais viveram? Vejam-se, a propósito, em relação a Cascudo, certos aspectos de sua casa, filmados (ou talvez melhor, captados) por esse fino e sensível ar-

tista e mestre da fotografia, em cujas mãos a máquina se torna qualquer coisa de mágico e prodigioso, com projeções além dos limites comuns do visual, que é Carlos Lyra: detalhes da biblioteca, o São José de botas, conhecido como São José do Egito (presente do bispo Dom Marcolino Dantas) em cima do birô, a ampla sala de estar dos últimos anos, quadros nas paredes, a mesa posta, um armário de estilo antigo, guardando condecorações e diplomas honoríficos, estrangeiros e nacionais. Esses cenários e essas coisas vivem e respiram, ainda, os contactos do anterior quotidiano de Cascudo. Tudo é tão flagrante que parece que ele acaba de levantar-se, às vezes, de sua cadeira de balanço, que tira uma larga baforada do inevitável charuto, que nos recebe com a alegria de seus claros olhos azuis, mas que logo se encanta, no ar, como num repente, no mistério de outras dimensões.

Oswaldo Lamartine, certamente a mais simples e despretensiosa das melhores figuras da inteligência norte-rio-grandense contemporânea, no post-scriptum de uma carta a Woden Madruga (outro escritor de raça, preso sempre, no entanto, às solicitações e as exigências do jornalismo diário) escreveu estas palavras que bem poderiam constituir um epitáfio ao túmulo do Mestre: — “E agora, sem Cascudo, a quem a gente vai perguntar as coisas?” — Mas a ele mesmo, aos seus livros, que a tudo respondem, meu caro Oswaldo, — desde que localizado o fio da meada na obra numerosa e repartida. E você, hábil rasteador de trilhas e veredas da vida e do mundo, nunca deixará jamais de encontrar resposta às suas indagações, neste ou naquele livro de quem juntava sempre saber e sabedoria, experiência e compreensão. (1986)

## SHERLOCK HOLMES, NABUCO E UM CERTO MR. MORANT

## Alvamar Furtado de Mendonça

Não é fácil falar sobre os ingleses, mas, indiscutivelmente, é assunto fascinante. Ninguém se fez presente em todas partes do mundo de forma tão característica como esses tipos calados, louros nem sempre, às vezes com um ar distante, operosos, sempre bravos nos momentos em que seu país se sentiu ameaçado. Nenhum símbolo maior de épica bravura do que aquele personagem atarracado, fumando um agressivo charuto e com os dedos da mão no ar fazendo um V, que se tornou, na Segunda Guerra Mundial, o sinal da resistência, da obstinação, da confiança na vitória final, quando tudo se desmoronava em torno e não se acreditava mais na sobrevivência dessa Nação. A condição de ser homem, conceituada no poema de Kipling, se objetivou nesse personagem de uma das maiores façanhas do nosso tempo. E ainda hoje se repete, como uma lenda de espírito eterno, a famosa frase de sua oratória decisiva numa hora de opção dramática "Nunca tantos deveram tanto a tão poucos".

Já houve quem afirmasse que a Union Jack não intimida mais. Lembra entretanto "La vieja Espanha", que perdeu o mundo mas não perdeu o orgulho de ser Espanha. "No quisiera ser nada sin ser Español" dizia Maranon, em 1960. O inglês não renunciou também o direito de sentir-se inglês.

Portanto, falar dos ingleses, por curioso que possa parecer, traz sempre, no meu caso por exemplo, um sabor agradável de emoções sentidas na fronteira inquieta que separa a adolescência da juventude. Subsiste certa evocação de mistério, de romance policial, de páginas lidas sofregamente em noites de inverno com o gotejar da chuva promovendo uma sonoplastia em enredos imprevisíveis, causando ansiosas insônias à procura da chave do enigma.

Como seria possível falar sobre a Inglaterra, repito, sem viver imediatamente, sem recordar literariamente, uma velha e romântica Londres do fim do século, cheia de "fog", de estranho e excitante sortilégio.

\* "Vista de Londres", Luiz da Câmara Cascudo  
Separata da Revista de Etnografia. n.º 20 Porto.

Emoções e fixação de acontecimentos literários que se mesclam de forte densidade, sem nitidez suficiente para se distinguir entre a realidade e a ficção, entre o sonho e a vigília.

Comecei a conhecer a Inglaterra pelas informações de um escocês, nascido em Edimburgo, em meados do século passado. Graduado em medicina, sem grandes sucesso profissional, mas que conseguiu superar o anonimato às custas de um personagem que ele criou e, surpreendentemente, lhe arrebatou a própria identidade. A criatura libertou-se do seu criador. Ocupou a imaginação de velhos e moços, de gerações sucessivas em todos países, se transformando em uma das mais extraordinárias popularidades que se tem conhecimento no domínio da ficção.

Ecoa simpaticamente, evocativamente, a soncridade de conhecidos lugares de Londres, ressuscitando amoráveis lembranças: Westminster, Charing Cross, Victoria Station, Soho, Baker Street, Chelsea, Scotland Yard, Regente Park, Oxford Street, Piccadily Circus, Pall Mall, Hide Park.

Não precisaria mais identificar dentro do mistério dessas evocações a inconfundível personalidade de Sherlock Holmes e o “elementar, meu caro Watson”. Por trás dessas figuras que têm vida própria, a imaginação da literatura que os criou — Sir Arthur Conan Doyle, que na ordem de importância entra depois, pois seria uma injustiça se assim não fosse.

Pois foi assim, com a ânsia de rever essa Londres que eu já conhecia de antigas leituras, com suas ruas molhadas de chuva sob o reflexo de lampeões vitorianos, e o ruído abafado de suas carruagens percorrendo estranhas vielas, que eu desembarquei em certo dia de primavera com o passaporte na mão e os olhos invadidos de curiosidade.

Encontrei uma cidade sem “fog” e sem mistério. Baldamente, procurei as figuras conandoleanas, que, evidentemente, não tinham ambiente para aparecer em iluminados dias de sol, com seus parques cheios de alegria, de crianças, de casais de braços dados em seus lazeiros, recordando juntos, como súditos do velho Império, o sonho que acabou, repetindo a sonora frase dos sentimentos de uma balada dos Beatles — “The dream is Over”.

O Tâmisia não era mais o mesmo de águas escuras e oleosas, fora despoluído e as trutas voltaram depois de secular ausência. Por esse labirinto urbano, andei à procura dos meus fantasmas amáveis sem encontrá-los. Ao acaso, me deparei com um típico clube londrino que exibia à sua entrada — “Sherlock Homes Pub”, onde me esperavam reminiscências do famoso policial, objetos, desenhos, referências, coisas de uso pessoal, como o recurvado cachimbo e o velho boné de duas palas, como se ele realmente tivesse vivido e tomado chá naquele ambiente de espaços discretos, de mesas com silenciosos convivas, na expectativa de quem espera, a qualquer momento, a chegada do próprio Sherlock Holmes, em companhia de seu inseparável Watson, para as cismas e conclusões sobre o último caso de suas preocupações dedutivas.

É verdade que nessa cidade estavam outras sugestões literárias — as de Charles Dickens, formulando, pela emoção, as reivindicações da infância inglesa pobre e marginalizada, entregue à disciplina de suas “workhouses”, deterioradas e desumanas.

Anos depois, quando a minha curiosidade literária se aguçou, conheci ainda, de forma mais ampla, a alma inglesa, seu orgulho e sua grandeza na poesia de Rudyard Kipling, e seu espírito de aventura nas novelas de Joseph Conrad. Leituras ansiosas e apaixonadas por entre o jângal e os mistérios do mar.

Conheci William Shakespeare e, mais tarde, visitei-o em Stratford-on-Avon, uma pequena e encantadora cidade de condado de Warwickshire, onde estão as reminiscências de sua glória permanente e polêmica, rica e diversificada, poética e dramática, atual e apaixonante. Lá tudo informa sobre o ambiente e a inspiração desse gênio dramático que estudou, interpretou o caráter do homem, suas baixezas, virtudes, dúvidas e defeitos. Lembro-me bem que fui conduzido a sua leitura através de “Contos de Shakespeare”, de Charles e Mary Lamb, que valeu como uma introdução propedéutica a obra desse extraordinário dramaturgo.

Olhei a Inglaterra, à maneira de Noel Coward, como se pudesse ver através de Londres todos os dramas do mundo e do espírito humano. Procurei olhar suas docas como se estivesse a cata dos navios que levavam os personagens de Somerset Maugham para os mares do Sul ou para as tépidas praias do Mediterrâneo, no texto de suas sofisticadas aventuras na Polinésia ou no refinamento de Antibes.

Há muitas recordações da Inglaterra antes de conhecê-la de verdade tantos anos depois.

Estão vivos ainda aqueles anos de guerra angustiantes e incertos, em que os dramáticos acontecimentos eram narrados pela voz clara e bem empostada de Aymerê, da BBC de Londres. Programa levado ao ar às 21 horas. Um noticiário que era um exemplo de dignidade informativa, ético, comedido, de absoluta credibilidade, em que transparecia as características de um povo que não se descontrolava mesmo em momentos de terrível adversidade. Quando se dizia — ouvi na BBC, nada mais havia a contestar.

Em meios a antigas leituras, acodem-me agora umas reportagens de Caio de Freitas — “Um Canal Separa o Mundo” — nos anos de sua permanência na Inglaterra. Pitorescas observações sobre um povo conservador e orgulhoso de suas tradições, do seu passado imperial, de sua bandeira, que em certa época da História, não via o sol se pôr. Quando aborda a fidelidade do inglês aos seus hábitos, cita o caso daquele cidadão que tomou a última dose de uisque no seu “pub”, pediu para guardar a garrafa e partiu para a Índia. Cumpriu sua missão na colônia distante e, trinta anos depois, já envelhecido e curtido do sol dos trópicos, regressou a Inglaterra, procurou a garrafa de uisque que havia guardado e voltou a beber na mesma tranquilidade como se nenhuma interrupção houvesse ocorrido na sua rotina de vida,

na mesma mesa e no mesmo recanto. Tudo como ontem, como se nada tivesse acontecido de extraordinário em sua vida de sempre.

Curioso povo, de aparência distante, frio, meticuloso, ensimesmado, dentro de seu mundo individual e imperturbável. — É como se saísse de seu habitat, deixasse sua fria Londres ou Edimburgo, passeando pelos caminhos do mundo como se estivesse perlustrando seu vasto império, com a serenidade dos senhores. Exatamente isso criava uma certa indisposição entre embaixadores, adidos e funcionários diplomáticos, e quando frequentavam às reuniões sociais, o arfritião geralmente, de forma bem humorada, descontrai o ambiente, dizendo — “Bem, agora já podemos falar mal da Inglaterra”.

Comenta ainda Caio de Freitas que em véspera de voltar ao Brasil, depois de muitos anos começou a sentir uma súbita saudade da Inglaterra. O espírito inglês, subrepticamente, invade a alma de seus visitantes e se revela, inelutavelmente, com a força de sua empatia, de sua ordem consciente, de sua filosofia de vida, de suas instituições seculares, de sua tranquilidade cismarenta e bem educada, de suas virtudes e de sua aparente distância das pessoas e das coisas. Uma eclosão nostálgica na hora de voltar. Isso explica o sortilégio do espírito britânico.

Nesse passear de vivências, de observações, de leituras perdidas no tempo, não seria possível esquecer, quando se aborda assuntos como esse, as impressões e experiências de um dos mais brilhantes escritores brasileiros — Joaquim Nabuco. Intelectual do mais alto nível e quem melhor escreveu neste país. Orador consagrado e postura elegante que se transmitia a tudo que fazia ou pensava. Um monarquista que se entregou à luta pela abolição da escravatura, o que se oferece de revolucionário em contraste com seu tempo e sua formação conservadora. A escravidão era uma instituição integrada no próprio contexto de seu ambiente social e político, nas idéias, no raciocínio econômico, em tudo que constituía o clima em que se desenvolvia seu pensamento e ação.

Pois é esse admirável Joaquim Nabuco, em sua mais bem escrita obra, nascida de sua sensibilidade e cultura, que nos demonstra a coerência de suas atitudes se opondo ao que era de se esperar. E o faz quando de sua peregrinação diplomática sentindo a atmosfera moral da Inglaterra, da respeitabilidade de suas instituições, no ambiente ainda vitoriano, e confessa que lá recebeu a mais decisiva influência para a consolidação de seu entendimento político, do seu amor a liberdade, revelando a lógica de suas idéias e a nobreza dos seus sentimentos pelos quais combateu a vida toda.

Foi, como ele se reporta, uma agradável surpresa para um itinerante que provinha da Itália, da Suíça e de Portugal. E confessa que passou por essas amáveis passagens como um simples viajante, mas explica o seu encontro com a Inglaterra: “Quando avistei, porém, da janela do vagão, por uma tarde de verão, o tapete de relva que cobre o chão limpo e as colinas de Kent, e no dia seguinte, partindo do pequeno apartment, que me tinham guardado perto de Grosvenor Gar-

dens, fui descortinando uma a uma as fileiras de palácios do West End, atravessando os grandes parques, encontrando em St. James Street, Pall Mall, Piccadilly, a maré cheia da season, essa multidão aristocrática que a pé, a cavalo, em carruagem descoberta, se dirige duas vezes por dia para o rendez-vous de Hyde Park; dias seguidos penetrei em outras regiões da cidade sem fim, conhecendo a população, a fisionomia inglesa toda, raça, caráter, costumes, maneiras — posso dizer que senti minha imaginação excedida e vencida. A curiosidade de peregrinar estava satisfeita, trocada em desejo de parar ali para sempre”.

Não é possível deixar de surpreender no estilo de Nabuco, em seu refinamento, na agudeza de sua observação, na admirável receptividade para as coisas do espírito, na adequação de seu correto caráter aos padrões londrinos, sua fidelidade e amor ao Brasil. Não renunciava a sua autonomia de refletir dentro dos parâmetros oxfordianos de respeito às conclusões científicas ou racionais, sem prejuízo da autenticidade incontestável de suas colocações. Era um observador transeunte e bem verdade, mas irremovível nos seus ideais constantemente abertos a todas as mensagens de grandeza humana, de respeito a liberdade do homem.

Foi, sobretudo, homem vinculado para sempre, teluricamente, às imagens de sua infância em Massangana, de onde nasceu, a motivação de sua vida, a sua cordial humanidade, as raízes profundamente brasileiras do seu conceito de liberdade.

Curvava-se pela admiração a um “grand chef” como diante de um artista, glorificado pela sua cozinha refinada, mas não deixa de advertir que isso não o levava a ser comparado a um sibarita. Mesmo porque isso jamais lhe faria esquecer o que constituíam as raízes, as origens de sua natureza de caráter, e ele confirmava tal verdade quando recordava “o aroma que das grandes caldeiras de mel nos embriaga toda a vida como a atmosfera de infância”. Tinha o Engenho Massangana no olfato, no coração e na mente.

E confessa no seu estilo elegante como sua própria vida: “O leitor me perdoará a confissão, mas eu não devia calar em minha formação política a influência mundana estrangeira, a influência aristocrática, artística, suntuária que descrevi. Assim como a noite em um banquete real em Grosvenor Gardens, poderia notá-la em baile dos Astors em Nova Iorque; é a mesma impressão de uma tarde de corso na Villa Borghese, de uma manhã de **drawing room** em Londres, do grande dia da corrida em Ascot; a mesma do jubileu da Rainha em Westminster e do jubileu de Leão XIII no Vaticano. Não posso negar que sobre o magnetismo da realeza, da aristocracia, da fortuna, da beleza, como senti o da inteligência e o da glória; felizmente, porém, nunca os senti sem a reação correspondente; não os senti mesmo, perdendo de todo a consciência de alguma coisa superior, o sofrimento humano, e foi graças a isso que não fiz mais do que passar pela sociedade que me fascinava e troquei a vida diplomática pela advocacia dos escravos”. Não é possível página mais bela do que essa, plena de compreensão social e humana, que ativou e enriqueceu a sua vida e a de seu país.

Em meus dias de advogado recém-formado, justamente na fase romântica da mocidade em que a gente deixa a Faculdade com a disposição e o ideal de banir para sempre da vida as injustiças, admirávamos a magistratura inglesa, a sua lisura, a honorabilidade. Transformava-se, em nossos sonhos de advogados incipientes, na mais justa magistratura do mundo, com seu ritual, seu formalismo aparente, sua peruca branca e a magestade de suas sentenças.

Foi exatamente nas páginas de “Minha Formação”, de Nabuco, que eu colhi essa lição e exemplo de dignidade: “Mas só há um país do mundo em que o juiz é mais forte do que os poderosos — é a Inglaterra. O juiz sobreleva à família real, à aristocracia, ao dinheiro, o que é mais do que tudo, aos partidos, à imprensa, à opinião; não tem o primeiro lugar no Estado, mas tem-no na sociedade. O cocheiro e o **groom** sabem que são criados de servir, mas não recebem abusos nem violência da parte de quem os emprega. Apesar dos seus séculos de nobreza, das suas residências históricas, da sua riqueza e posição social, o Marquês de Salisbury e o duque de Westminster estão certos de que diante do juiz são iguais ao mais humilde de sua criadagem. Esta é, ao meu ver, a maior impressão de liberdade que fica na Inglaterra. O sentimento de igualdade de direitos, ou de pessoa, na mais extrema desigualdade de fortuna e condição, é o fundo da dignidade anglo saxônia”.

Foram essas algumas das admirações que marcaram, de certa forma, os jovens de minha geração, já por si batizados em seus hábitos, comportamento, predileções literárias, preferências musicais determinadas em pleno apogeu do jazz, divulgado pelo advento do cinema falado e, acentuadamente nos dias da Segunda Guerra Mundial. Fase de imitação até certo ponto saudável aos nossos hábitos provincianos, erradicando estúpidos conceitos de existência e, curioso, nos harmonizando ecologicamente com o ambiente onde nascemos. A importância da praia e do esporte. A indumentária leve e informal.

Havia, entretanto, uma velha admiração pela “pontualidade britânica”, pelo “sense of humour” das anedotas inglesas, o “fair play”, o que traduzimos pelo saber perder, cumprimentando o vencedor apesar da derrota. Lembro-me bem dos meus tempos de remador do Centro Náutico Potengi, a vibração, o interesse que nos despertava a tradicional regata entre as Universidades de Oxford e Cambridge, observada, apuradamente, nas rápidas cenas dos velhos “movietones”. Depois a gente procurava imitar o ritmo da remada, nos treinos para as regatas do Potengi, nas claras manhãs de domingo.

Se os americanos nos impuzeram sua música de extraordinária riqueza melódica, “beat” e improvisação do jazz, a marca de sua civilização material simbolizada em seus arranha-céus, de uma compulsão civilizatória inevitável, nos ingleses transparecia a tranquilidade de hábitos, seu formalismo tradicional, o rigor de seus compromissos, a admiração sofisticada pelo seu “five o’clock tea”, as verdes paisagens de suas universidades de construção medieval, os gramados nos

imensos parques, a serena curtição de seu cachimbo, o seu futebol geométrico, esquematizado. As disputas de Wembley. Tudo com tonalidades vivas de cartão postal.

Essas idéias, essas distantes influências, nos levam a indagar sobre a presença inglesa em nossa cidade, os marcos de sua passagem.

Evidentemente, não há muito a registrar, a não ser aqueles cordiais ingleses da Fazenda São Miguel, organizados e eficientes, dando-nos uma lição de trabalho produtivo, nos ensinando a plantar algodão, divulgando pesquisa, cuidando da cultura dos outros, visando aumentar a produção do Estado e cuidando de sua qualidade, através dos interesses de sua empresa, há muitos anos estabelecida entre nós.

Certa vez, levados por uma informação de Luís da Câmara Cascudo, encontramos do outro lado do Rio Potengi, numa manhã chuvosa, depois de ancorarmos nossa iole numa praia arenosa e deserta, perto da Redinha, os restos de um velho cemitério, com cruzeiros danificadas e lápides quebradas. Olhamos aquele cenário desolado, como se fosse um "location" de filme de Arthur Rank, faltando apenas em sua apresentação o imenso martelo batendo no sonoro e gigante gongo. Restos de um passado centenário, vindos de época de obtusos preconceitos religiosos, que não permitia luteranos descansarem definitivamente com católicos.

Tudo tivera origem na Guerra de Secessão, nos EE.UU, quando a cultura algodoeira do "deep south" entrou em crise e o Rio Grande do Norte aproveitou a oportunidade para desenvolvê-la. Tal evento ensejou a vinda de ingleses e suíços para trabalharem em firmas instaladas em Natal.

Por volta de 1867, uma grande firma comercial foi inaugurada — Johan Ulrich Graf. & Cia., constituída de capitais ingleses e suíços, permitindo, então, a presença em nossa cidade de rapazes de crença protestante, e aqui ficaram marginalizados pelas suas convicções religiosas. Quando morriam, eram enterrados naquele lugar ermo e distante.

Uma certa senhora, que viveu dias antigos em Natal, falou a Cascudo de um inglês chamado Gemny. Esperto, sociável, encanto das festas de outrora. Ao morrer, descançou para sempre olhando as águas do Potengi, nesse recanto ornado de um coqueiral ralo como cenário, longe de Londres, de Liverpool ou de Manchester.

Em "Livro das Velhas Figuras", Luís da Câmara Cascudo lembra o nome de um inglês que resedia em Natal, de nome Richard Wiltshire, que se casou com uma Caetara. envolveu-se com a Revolução de 1817, sendo preso e remetido para Recife, na fase da repressão.

Em "História da Cidade de Natal", no capítulo "Album de Retratos", Cascudo diz: "lembro um inglês que toda gente esqueceu". Era gerente da Estrada de Ferro Natal a Nova Cruz. Usava roupa branca e chapéu do Chile, desabado sobre olhos, que, mais tarde, seria imitado por Pedro Velho, na sua elegância de fim de século. Chamava-se John H. Morant, conhecido apenas como "o inglês". Andava ligeiro e era prestimoso. Radicou-se e amou a terra. Certa vez, o governador da

Província, Antônio Francisco Pereira de Carvalho, encomendou ao “inglês” uma carta geográfica do Estado. Após meses de árduo trabalho, Mr. Morant foi ao palácio entregar a carta pedida. Ao ser indagado sobre o preço do seu trabalho, respondeu, como afirma Cascudo: “Não ser nada, Senhor Presidente. Ser um pequeno presente de Morant”. Por conta desse valioso trabalho, esse “inglês” foi condecorado pelo Imperador Pedro II com a Cruz de Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa.

Américo de Oliveira Costa, em “Viagem em Torno do Mundo de Luís da Câmara Cascudo”, refere-se a excelente tradução que o Mestre fez da obra de Henry Koster — “Travels in Brazil”, com notas que enriquecem o estudo desse viajante, que por aqui passou em inícios do século XIX, quando nos observou e fixou o que viu. A esse respeito, afirma Cascudo sobre o grande valor dessas observações, como documento de uma época: “O depoimento de Koster é o primeiro, cronologicamente, sobre psicologia, a etnografia tradicional do povo nordestino, o sertanejo no seu cenário. Depoimento completo, apaixonado de pormenores, rico de cor, de movimento, de notícia”.

Afirma Koster: “Se o padrão dá idéia de beleza, segundo convenções da Europa, os mais lindos espécimes de forma humana, tenho-os visto entre as mulatas”.

Hélio Galvão, outro correto historiador norte-riograndense, em mais de um artigo de jornal, aborda a presença inglesa em nosso Estado. Ressalta que, em nossa formação cultural, pesou mais a influência francesa, e quando se refere aos “Ingleses no Brasil”, de Gilberto Freyre, lamenta que nesse estudo seus limites ficam entre Recife e Rio de Janeiro, com incursões no Pará, Maranhão e Ceará, passando ao largo do Rio Grande do Norte.

E nas dimensões permitidas num artigo de jornal, faz referências ao primeiro navio de guerra inglês que aportou em Natal, em 1930. No Município de Macau, diz ele, existe a barra de Chipe, topônimo que recordou o naufrágio de uma barca inglesa, uma “merchant ship”, como se falava na época. Fixa Hélio ainda a presença entre nós de um cidadão britânico, John Wawshow, que fez os primeiros estudos sobre a barra de Natal, em 1874.

Salienta a preferência pela área urbana, embora quando trabalhava no Cartório de Pedro Velho, neste Estado, teve oportunidade de constatar uma propriedade pertencente ao “inglês”, nos assentamentos cartoriais, que tudo indica se tratar do velho Morant, já nosso conhecido em abordagem anterior.

Em suas pesquisas, anctou um verso despretensioso na memória popular, revelando já um nacionalismo incipiente e agressivo:

“Eu entrei de mar a dentro  
Fui brigar com os inguilês  
Bebi chumbu derretido  
Lancei bala nove mês”

Ainda acolheu nas suas observações sobre a linguagem popular a palavra “ingrisia”, significando fala incompreensível.

No tempo da implantação das máquinas nos engenhos de Ceará-Mirim, vieram alguns ingleses para assentá-las e dar toda a assistência técnica. Entre eles Mr. John Baird. Conheci-o já muito velho, morando na Rua Jundiá, numa velha e sombria casa de esquina, cercada de opulentas mangubeiras. Era pai de uma moça muito simples, de rosto pálido e triste, que foi minha professora de inglês, nas vésperas das provas do Ateneu.

Comenta as importações de tecidos ingleses e dos naufrágios de navios vindos de Liverpool, abarrotados de mercadorias, que davam na praia de nosso litoral, abastecendo alguns e decorando cristaleiras de muitos.

Por fim, Hélio Galvão lembra o nome de nosso conterrâneo Tomaz Xavier Garcia de Almeida que, como magistrado, chegou ao Supremo Tribunal e desempenhou, antes, o cargo de Juiz Conservador Inglês na Bahia, escolhido, por unanimidade, pelos negociantes britânicos locais.

Nada há mais a dizer da influência desse povo que nos visitou ocasionalmente, que nos ajudou com sua tecnologia, trazidos pela importância de seu domínio mundial, desde os tempos da Rainha Vitória, quando seus navios singravam todos os mares do mundo, com seus ousados marinheiros, seus cientistas itinerantes, seus aventureiros, seus negociantes, seus empresários quando da expansão mercantil e da revolução industrial. Homens saídos da realidade e da ficção, das teorias de Adam Smith, das novelas de Conrad ou das páginas de Robert Louis Stevenson, dos poemas de Keats.

São temas e assuntos de uma atmosfera densa, que não se esgota e não se esvai pela imensa multiplicidade de aspectos que sugere, através de seus escritores, seus poetas, seus bucaneiros caribeanos, seus heróis da batalha de Londres, de seus combatentes de Dunquerque, de seus professores de Oxford ou de Cambridge, de seus colegas de Eton, todos personagens de sua grande e fascinante epopéia.

Nota — Palestra realizada no Instituto de Antropologia “Câmara Cascudo”, da UFRN, instalando o Seminário sobre cultura inglesa, promovido pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (PE) e a Sociedade de Cultura Inglesa (RN), em dezembro de 1983.



## DISCURSO DE MURILO MELO FILHO AO RECEBER A MEDALHA DO CINQUENTENÁRIO DA ACADEMIA

Meus Senhores:

Peço-lhes inicialmente que me desculpem a profunda emoção que sinto neste momento, ao receber a homenagem desta Academia. É a emoção própria de um jovem pobre e humilde que, aos 18 anos, saiu daqui de Natal para enfrentar, no Sul do país, os perigosos desafios da vida.

Hoje em dia, quando vejo a perplexidade e a indecisão de alguns moços de 20 e até mesmo de alguns homens de 30 anos — sem saberem o que querem e para onde vão eu me pergunto a mim mesmo o que se passava na cabeça daquele rapaz de Natal que desde menino ainda, já decidira ser jornalista no Rio de Janeiro.

Agora, transcorrido tanto tempo, volto o meu pensamento para aqueles anos duros e difíceis que enfrentei na nova metrópole. O moço tímido das peladas nos areais do Tirol via-se de uma hora para outra aterrorizado entre os arranha-céus da cidade grande, tendo diante de si apenas uma opção e uma alternativa: vencer ou vencer.

Relembro, então, os sofrimentos daqueles dias, as madrugadas nas redações dos jornais, as aulas noturnas na Faculdade de Direito (muitas vezes dormindo sobre as carteiras, vencido pelo sono e pelo cansaço), a média com pão e manteiga, a passagem do bonde, as longas marchas dos domingos na infantaria do CPOR.

Mas hoje vos confesso sinceramente que valeu a pena tudo aquilo. Os espinhos da juventude, como as flores de Malherbe, desabrocham agora na maturidade, quando já começamos a dar um balanço sobre o passado e vemos, felizes, que de nada temos para nos arrepender: nem do casamento que celebrei há 30 anos com a mesma mulher, companheira admirável até hoje e que está aqui presente. nem dos três filhos que junto tivemos; nem da religião católica que abracei e que até hoje professo com muito orgulho; muito menos do jornalismo, a profissão que escolhi e sobre a qual peço a vossa permissão e a vossa paciência para falar um pouco. Afinal de contas, o jornalismo me deu acesso a reis, rainhas, príncipes, ditadores, chefes de Estado, presidentes da República, homens todo-poderosos, com os quais me entrevistei pessoalmente, ao longo destes 40 anos de trabalho jornalístico.

O amor ao jornal ofereceu-me tudo isto a que, a rigor, pelas minhas origens modestas, eu não teria direito na vida. Ele não me fez um homem rico, mas me proporcionou uma estabilidade financeira bastante para dar à minha família uma vida decente, com um mínimo de conforto e de bem-estar.

Por todas estas razões, nunca fui outra coisa senão jornalista, tentando desenvolver à minha profissão, em dedicação e trabalho, tudo quanto até hoje tenho recebido dela, que considero uma profissão maravilhosa e fascinante, quando exercida com dignidade, entusiasmo e correção.

### Senhores Acadêmicos.

Assim como a demagogia é uma doença da Democracia, o sensacionalismo é uma doença da imprensa livre. Há na França um exemplo clássico.

No dia em que Napoleão fugiu da ilha de Elba, o Jornal *Moniteur*, que se editava em Paris, publicou a seguinte notícia: "O antropófago saiu da sua toca". Quando Napoleão desembarcou no Continente, o mesmo jornal deu a seguinte manchete: "O tirano da Córsega acaba de desembarcar." Na edição do dia seguinte: "O tigre passou em Marselha".

E ao longo dos famosos 100 dias, as manchetes daquele jornal se sucediam no mesmo tom, enquanto Napoleão estava longe: "O monstro pernitoou na cidade de Lyon"; "O bandido foi visto a 60 léguas de Paris"; O aventureiro avança a passos largos, mas nunca entrará na Capital."

Acontece porém, que Napoleão ia mesmo entrar em Paris e as notícias daquele jornal já se modificavam: "O Imperador chegou a Fontainebleau." E, afinal, a grande manchete: "Sua Majestade Imperial, sob aclamação dos seus fiéis súditos, desfilou ontem gloriosamente sob o Arco do Triunfo."

Ainda há pouco tempo, o *Times* de Londres matou um inglês por engano. O homem apareceu depois na redação do jornal, solicitando um desmentido. E ouviu do diretor, Thomas Norton, a seguinte resposta

"Desmentir não podemos, jamais. O que podemos, quando muito, é dar a notícia do seu novo nascimento."

Há também, na imprensa brasileira um caso famoso e lamentável.

O Jornal do *Commercio* publicou certo dia que "O Imperador Pedro II havia passeado na Quinta da Boa Vista com apoio em duas muletas", em vez de duas mulatas, evidentemente. Retificou no dia seguinte: "O Imperador Pedro II passou na Quinta da Boa Vista com apoio em duas mulatas. Foi o caso típico da emenda pior do que o soneto. Se fosse ao menos com Pedro I, ainda bem, mas logo com Pedro II, aquele modelo de virtudes..."

Senhor Presidente Diógenes da Cunha Lima.

Esse jornalismo representa para mim uma espécie de razão de ser da minha vida: pois foi aos 12 anos de idade, ainda de calças curtas, aqui nesta querida cidade de Natal, que eu entrei pela primeira vez na redação de um jornal, O Diário, ali na rua Frei Miguelinho, para falar com Djalma Maranhão e ganhar o então rico salário de 50 mil réis por mês.

Natal era nessa época, em 1940, uma cidade de 50 mil habitantes, que iria enfrentar os anos duríssimos da Segunda Grande Guerra.

Mas já era a Cidade do Sol: cidade-presépio; cidade dos bairros típicos (Ribeira, Alecrim, Baldo, Lagoa Seca, Carrasco, Quintas, Rocas, Canto do Mangue, Tirol, Petrópolis). cidade das praias lindas (Ponta Negra, Pirangi, Areia Preta, do Meio, do Forte, da Redinha, de Muriú, Genipabu, de Jacumã); cidade dos pescadores corajosos, das dunas brancas e selvagens, dos coqueiros luxuriantes, dos mares de sargaços, dos cajueiros enfeitados, das mangueiras exóticas; cidade dos lugares tradicionais (Grande Ponto, Reis Magos, Natal Clube, Majestic, Mercado, Rex, Royal, São Luís, Cova da Onça, rua Chile, Dr. Barata, Tavares de Lira, Rio Branco, Aero-Clube, América, ABC); cidade heróica, que resistiu aos holandeses e que iria transformar-se no Trampolim da Vitória; cidade avançada do Brasil no rumo da África; cidade espremida entre o Rio Potengi e o Oceano Atlântico; cidade de gente acolhedora e cativante.

Quem vem a Natal não a esquece jamais.

Quem sai de Natal, como eu saí, para travar batalhas em outras paragens, sempre se lembra dela. Pois aqui ficaram as recordações de uma infância humilde e modesta, mas feliz e inesquecível: as lembranças da primeira comunhão na Igreja de Santa Teresinha, do futebol no Seminário de São Pedro, das aulas no velho Ateneu, com Luis da Câmara Cascudo, Gentil Ferreira, Celestino Pimentel, Clementino Câmara, Alvarado Furtado, Sebastião Monte, Luís Antônio dos Santos Lima, Esmeraldo Siqueira, Américo de Oliveira Costa, Otto Guerra, do Cônego Luís Wanderley, do padre Luís Monte e de tantos outros; aqui ficaram também a admiração e o respeito que devoto aos homens cultos, aos pensadores, poetas, magistrados, escritores, médicos, empresários, juristas, professores, advogados e jornalistas da minha terra.

Quase todos eles passaram por esta Casa e muitos ainda nela se encontram, honrando a Academia Norte-rio-grandense de Letras com o brilho imortal de suas inteligências, dos seus livros, dos seus pensamentos, da sua bagagem intelectual e fazendo desta Casa, como disse o vosso Presidente, Diógenes da Cunha Lima, "um instrumento da solidariedade cultural, em que se valorizam a expansão do saber, o culto dos valores permanentes, a busca da harmonia nas coisas superiores".

Por causa da vossa ação e das vossas obras, o Rio Grande do Norte, que é um Estado geograficamente pequeno, transformou-se num Estado intelectualmente grande.

Para todos vós, imortais, o tempo se transfigura em eternidade. Pois a imortalidade é a vida contínua e eterna. Todas as religiões nela acreditam: desde os gregos de Aristóteles, de Sócrates e de Platão, até

os romanos de Marco Antônio, de Augusto e de Constantino, passando pelos judeus de Moisés, pelos cristãos de Cristo, pelos muçulmanos de Maomé, pelos budistas de Buda e pelos hindus dos Vedas e do Ramaiãna, que são a mais antiga religião viva do mundo.

Vós sois 40 potiguares que chegaram à imortalidade literária, tornando-se imperecíveis e imorredouros: seus nomes estão marcados eternamente nessas cadeiras, com toda a justiça e todo o mérito. São livres para sempre do esquecimento.

Senhor Presidente Diógenes da Cunha Lima.  
Senhores Acadêmicos.

Agradeço sensibilizado, do fundo do coração, as generosas expressões de afeto e de carinho com as quais fui apresentado, hoje, aqui, nesta noite, pelo ilustre Presidente desta Casa.

Concluindo estas palavras, que espero não tenham sido enfadonhas demais, devo dizer-vos que, se desta terra parti, há 40 anos, em busca de novos horizontes e aspirações, aqui em Natal e no Rio Grande do Norte, permanecem para mim, já agora, esta Medalha do Cinquentenário e esta Academia Norte-rio-grandense de Letras, como aqui já estavam anteriormente as minhas raízes, o meu sangue, a minha origem, os meus pais, as minhas irmãs e cunhados, os meus tios e primos, parentes e amigos, aos quais quero um bem enorme e dos quais sinto saudades imensas.

A tudo isto e a todos eles, pretendo e tenciono voltar um dia. Para sempre.

Muito obrigado.

**DISCURSO DO ACADEMICO**  
**NESTOR DOS SANTOS LIMA**  
**POR OCASIÃO DA VISITA A NATAL DE UMA DELEGAÇÃO**  
**DA ACADEMIA PARAENSE DE LETRAS**  
**JANEIRO 1988**



Senhores:

Foi com a maior satisfação que recebi o convite do Secretário Perpétuo desta Academia, o escritor Veríssimo de Melo, para fazer a saudação protocolar a esta brilhante delegação de intelectuais do Estado do Pará que nos honra com sua visita neste momento. É que além do valor incontrastado dos expoentes intelectuais que a compõem, a ocasião me é propícia para uma evocação das múltiplas ligações existentes entre Belém e Natal, ligações essas que, como potiguar, pensei adensar durante os seis anos de minha missão como Embaixador do Brasil em Paramaribo, de 1976 a 1982.

O saudoso Pedro Calmon, com aquela sua deliciosa maneira de percorrer os ásperos caminhos da história brasileira, dizia que o papel do Brasil no continente fôra o de manter a América do Sul livre de herreges e unida sob a fé católica. E nessa tarefa, Natal e Belém tiveram papéis extremamente significativo. É esclarecedora a simples consideração da época da fundação das duas cidades, uma na boca do rio Grande ou Potengi, e outra na imensa foz do rio Amazonas. Belém de 1599, nasceu no dia de Natal, mas do ano de 1615. O Forte dos Reis Magos era a base da reconquista do Litoral do nordeste, permitindo a montagem, em Belém, do Forte do Presépio que seria a peça estratégica básica do desenvolvimento da política militar portuguesa de ocupação da Amazônia, e sua reconquista das mãos dos herejes holandeses e ingleses ali já infiltrados de longa data. As duas cidades nascem assim da mesma conjuntura de reconquista. Ambas teriam seus alicerces lançados no dia do aniversário de Cristo, com 17 anos de diferença. Com a eliminação do perigo do divisionismo religioso, iniciar-se-ia a ocupação portuguesa do setentrião brasileiro.

O tempo correu mansamente, como as águas do Potengi e do Amazonas, enquanto se armava o cenário que nos conduz agora ao Terceiro Milênio. Na última metade deste século que finda, as telecomunicações de base eletrônica e o avião a jato vieram cortar o tempo e a distância entre Belém e Natal, intensificando o intercâmbio de pessoas entre as duas hoje já velhas cidades.

Nesse intercâmbio me permito destacar algumas figuras. Dona Alice Rangel Petit, professora primária, paraense, que montou na década dos trinta, sua pequena escola na rua dos Tocos, hoje Princesa Isabel, mestra de muitas gerações, entre as quais eu me inscrevo com afetuosa gratidão por tudo o que ali de útil aprendi para o restante da minha já longa vida. E a figura máscula, dinâmica e criativa do empresário Romulo Maiorana, verdadeiro pioneiro, que partindo de Natal pelos anos quarenta, iria criar em Belém um império no reino das comunicações de massa, o grupo jornalístico, radialístico e televisivo O LIBERAL, — que espero não se tenha ressentido, como todos nós amigos e admiradores de Rômulo Maiorana, pela morte precoce e infausta do seu criador.

Muito anteriormente à exitosa migração de Rômulo Maiorana, outros norte-riograndenses foram atraídos pelo brilho da cultura e pelo mundo de oportunidades que Belém do Pará, a grande metrópole da boca do Amazonas, oferecia generosamente aos brasileiros e estrangeiros que para lá, para os confins do norte brasileiro, se dirigiam em busca de espaço para se expandirem.

Exemplos há muitos, dos quais citarei alguns. Um meu contemporâneo da família Gadelha Simas, o Afonso, para Belém mandou-se um dia, tocado pelo gosto de aventura e lá se impôs, ganhou prestígio nos meios comerciais, terminando por ser alto dirigente da classe, até os nossos dias. Muito antes de Afonso Simas, um ramo vigoroso de uma família norte-riograndense, os Meira, seguindo o preceito bíblico, cresceu e multiplicou-se em Belém do Pará onde hoje ponteiavam seus descendentes nos mais diversos campos do saber e do fazer. Assim, o intelectual Augusto Meira Filho, o grande romancista e ensaísta Silvío Meira, o escritor Cecil Meira e arquiteto tropicalista Acyr Meira são brotos de uma velha árvore potiguar, plantadas as margens do rio Amazonas pelo casal José Augusto Meira Dantas e Dona Anesia de Bastos Meira, cujas raízes estão na avenida Olinto Meira, no Alecrim, nesta Cidade. Foi em Belém do Pará que o acadêmico Peregrino Júnior ensaiou seus primeiros passos no jornalismo que o levaria, muitos anos depois, às palmas acadêmicas no âmbito federal.

Um dos nossos poetas, PINAGÉ, transformou-se numa das maiores figuras da poesia paraense, sem deixar de manter suas ligações com o velho e comburido estado dos Janduis e dos Potiguares.

Sobre PINAGÉ, ou melhor JOSÉ RODRIGUES PINAGÉ, esse intelectual potiguar que se sagraria o "Príncipe dos Poetas do Pará", nascido em Natal, em 29 de outubro de 1895, dispomos de alguns dados importantes registrados pelo Acadêmico Veríssimo de Melo, no seu suculento "Humanismo e Tradição" num capítulo inteiramente dedicado a Pinagé, com quem Veríssimo manteve contacto em Natal, lá para os idos de 1969. Sabe-se que Pinagé emigrara para Belém, ainda jovem, aos 16 anos em 1911, ingressando na imprensa local numa carreira que o levaria aos louros do seu principado poético no Pará que se materializaria em 1964. O poeta não esquecera sua taba natalense apesar de suas glórias paraenses e aqui regressaria em 1969, já membro da Academia de Letras do Pará para a qual fora eleito em 7 de agosto de 1949, — para a cadeira n.º 36, cujo patrono é Terencio Porto. Poeta lírico, amoroso, humorista e fescenino, Pinagé deixou numerosa obra em livros de poesia. Durante sua longa vida recebeu condecorações e medalhas, várias, sem esquecer o solo potiguar e amando o chão úmido das margens do baixo Amazonas veio a falecer em Belém, a 21 de agosto de 1973, 62 anos depois de ali ter chegado jovem, pobre, desconhecido, com a cabeça cheia de sonhos e um bolso vazio. A generosa terra do Pará lhe dera fortuna e a cultura do povo de Belém lhe conferira o Principado da Poesia.

Na contracorrente desse fluxo, assinalo com satisfação, a sorte que nos trouxe de Belém um dia um menino louro e genial. Nele se escondia um talento musical transbordante que explodiria uma vintena de anos depois na vitoriosa carreira pianística do nosso querido amigo ORIANE DE ALMEIDA, nascido no Pará e amadurecido em Natal sob a batuta disciplinadora do Prof. Babini.

Nessa troca de valores entra em liça ainda a forte personalidade de Luiz Maria Alves, natural do Amazonas, criado no Pará e amadurecido em Natal, onde pela sua inteligência e sua capacidade empresarial vem dirigindo o velho DIÁRIO DE NATAL, a frente do qual tem suportado tempestades e bonanças ao saber desta nossa maliciosa vida potiguar.

Minhas Senhoras e meus Senhores permitam-me esboçar, ainda que vagamente, a importância procurei dar a Belém no quadro da minha missão de seis anos como Embaixador do Brasil em Paramaribo. Estava eu a duas horas de vôo de Belém do Pará e a pelo menos oito horas de Brasília. O imperativo geográfico colocava Belém como a única opção efetiva e racional para um trabalho prático no campo das relações entre o imenso Brasil e o minúsculo Suriname.

Os dois tradicionais centros diplomáticos do Brasil neste século foram o Rio de Janeiro e Brasília, a partir de 1961. E eram muito distantes da fronteira norte. Tentaria eu pois minorar o tradicional centripetismo federal do Brasil.

Desta tentativa ficaram alguns resultados práticos passíveis ainda de florir após a presente visita deste seleto grupo de intelectuais paraenses que nos honram com sua presença esta noite. Um deles foi estabelecer a ligação inicial com o Conselho Estadual de Cultura do Estado do Pará, magistralmente dirigido pela professora Dona Maria Annunciada Chaves, com quem tive várias oportunidades de discutir longamente os problemas culturais dos nossos Estados e do país. Impressionou-me a obra realizada pelo órgão sob a direção da Senhora Chaves e a importância que assumiu no quadro intelectual do Estado do Pará a ação do Conselho Estadual de Cultura. A obra bibliográfica por ele concretizada num Estado relativamente pobre, o acertado critério de escolha das publicações e a qualidade das mesmas impressionou-me tanto que tratei de convencer o Professor Verissimo Melo a estabelecer qualquer forma de intercâmbio entre os dois Conselhos o que se veio a consolidar com a visita, feita a Belém, pelo presidente do Conselho de Cultura do nosso Estado, ocorrida no ano passado, cujos frutos se refletem na noite de hoje.

Sendo o Pará a porta do Suriname, a entidade federal que tem fronteira com aquele país, a capital de onde saiu a primeira expedição brasileira ao Suriname, realizada pelo porta bandeira Barata, nos meados do século XVIII, seria o Pará e seu notável Conselho que iriam aceitar a minha sugestão de ali publicar uma obra realizada por mim e outros intelectuais brasileiros e surinameses nos seis anos de minha vida surinamesa, cobrindo quase todos os aspetos da cultura e da evo-

lução política e social do país. A obra seria intitulada "MUTIRAO PARA O SURINAME" como aprovou a Câmara das Letras daquele Conselho. Não perdi de vista o assunto apesar da minha saída do Suriname em 1982 e tenho notícias de Dona Maria Anunciada que a obra está arquivada no Conselho a espera de verbas... Mas não vai esperar mais muito tempo. O trabalho é importante porque congrega intelectuais brasileiros e surinameses, na primeira obra escrita em português sobre aquele pequeno país. Tenho planos alternativos, se a falta de verbas continuar a dificultar o prosseguimento da grande obra bibliográfica desenvolvida pelo muito respeitável Conselho Estadual de Cultura do Estado do Pará, ao qual aqui deixo as minhas homenagens em presença dessa luzidia delegação de paraenses ilustres.

Existe portanto vivas ligações entre o Estado do Pará e o Rio Grande do Norte, apesar das correntes aéreas e marítimas que impediam o tráfego dos navios portugueses a vela, ao longo desta costa baixa, na direção sudeste dando ensejo a que se separasse o Estado do Maranhão do Estado do Brasil, para os fins administrativos da Coroa Portuguesa. Pontos extremos da grande reconquista do setentrião Brasileiro, Natal e Belém possibilitaram no século XVII a façanha portuguesa de manter o território brasileiro culturalmente uno, sob a língua portuguesa, e religiosamente compacto baixo a fé católica através de um intercâmbio de sangue e de cérebros que perdura até os dias de hoje.

Agora na ocasião em que recebemos esta brilhante delegação de intelectuais do Pará, estamos nós norte riograndenses, tendo a oportunidade, ainda que breve, de nos darmos conta, com o contato pessoal, da alta qualidade dos intelectuais paraenses e através deles, vislumbrarmos a densidade do meio cultural daquele longínquo Estado a Estado a que nos ligam significativas afinidades.

Pelos nomes e os cargos que representam, pode-se dizer que estamos recebendo hoje, nesta noite, em Natal, a nata da intelectualidade do Pará, a própria Academia de Letras daquele Estado, nas figuras de HILMO MOREIRA, presidente da Academia, romancista cujos reconhecidos méritos o elevaram a sua atual posição de relevância nos meios intelectuais paraenses, o poeta e compositor JOSÉ GUILHERME DE CAMPOS RIBEIRO, atual secretário da mesma Academia, e o poeta ALONSO ROCHA, o príncipe dos poetas paraenses, no dizer de seus pares, que ocupa a tesouraria da Academia. E finalmente, representando a cultura oficial do Estado do Pará, o jornalista e poeta ACYR CASTRO, ex-secretário de Cultura do Governo do Estado. Assim estão aqui presentes não só a Academia de Letras do Pará como o próprio Governo do Estado na pessoa do seu ex-secretário de Cultura, o que só pode nos rejubilar.

Resta-mos agora desejar aos nossos ilustres hóspedes paraenses uma agradável estada em nossos pagos e, por outro lado, se possível, como eu imagino, tentarmos utilizar esta visita para abrir novos e inesperados caminhos de uma maior cooperação entre os intelectuais

de nossos burgos, unindo nossas forças, nossas Academias, para objetivos concretos de interesse da cultura regional paraense e nordestina ou nacional.

Mas a conjuntura brasileira nos pressiona. Num momento em que o próprio Brasil, acuado por problemas de difícil solução, vai-se arrastando pelos caminhos do mundo comandado por um colega de todos nós, o Acadêmico José Sarney, poeta e político a quem cabe inspirar-nos indicando rumos e incitar-nos em perseguí-los com a pressa de quem está perdendo o último trem para Paris, compete-nos perguntar-nos no íntimo de nossa consciência, onde está a solidariedade das academias de letras do país a um literato, presidente, em apuros.

Minha formação de executivo, talvez um pouco desviada das suaves tarefas acadêmicas, sempre me obriga a perguntar-me no clássico modelo proposto por Lenine: QUE FAZER? E chegando a este ponto, quero convidar os acadêmicos de Natal e de Belém para uma reflexão prévia sobre o Brasil de hoje, repleta de muitas perplexidades pessoais que reconheço extremamente não acadêmicas.

Pode, um país de analfabetos e de semi letrados universitários ou não, permitir-se que centenas de seus filhos mais ilustres se protejam detrás de uma exclusiva dedicação à arte literária pela arte literária, como para se eximirem de contribuir para o encaminhamento das dolorosas soluções para os problemas que nos acucam daqui para adiante?

Poderão as academias de letras do Brasil inteiro se esquivarem detrás de regulamentos ultrapassados, pelas premências do nosso tempo, se esquivarem de debruçar-se sobre nossas urgências como povo e como nação? Poderão elas ficar aparentemente neutras diante do fracasso da escola brasileira, mudas diante da falência das universidades estatais, caladas em face da tremenda aceitação da corrupção no seio do nosso povo enganado, entaladas diante da mentira que foi entronizada em nossa América no primeiro diálogo entre os donos da terra e os guerreiros do Rei e de Deus, aqui chegados com a boca cheia de discurso teológico mas com o coração fora do catecismo cristão em cujo nome diziam vir.

Poderão as academias de letras atravessarem incólumes os turbilhões que nos aguardam no Terceiro Milênio, se nele o Brasil entrar com a mesma estrutura social cujas bases foram montadas há 500 anos atrás, dentro da perspectiva da ontologia da totalidade, de que fala Enrique Dussel, segundo a qual “o cristão, o europeu, é — o índio não é. o negro também não é, porque nem um nem outro é europeu nem tem cultura européia—”?

Temo que nossa apatia nos venha a ser cobrada se nos dedicarmos-nos, predominantemente às artes da poesia, uma forma de literatura puramente sensual, no dizer de Gilberto Freyre, enquanto os desafios de compreensão e equacionamento dos nossos problemas ficam entregues somente aos que se apoderarem do poder à custa de votos maiormente arrebanhados pela força misteriosa da corrupção.

Quanto a essa, a corrupção, introduzida nas Américas como doutrina para minar qualquer esforço de organização social que surgisse nestas terras, continua hoje em dia sendo ensinada pelas nossas babás às nossas crianças, na escola através da prática da “cola” na preparação da corrupção dos adultos. Na vida política, a corrupção se manifesta e se apoia na falta de ética em todos os setores confirmando-se pelos critérios subjetivos de escolha das pessoas para as funções públicas, critério vulgarmente resumido no Q I, ou seja, quem indica... Há um mundo de desafios a se proporem aos cérebros chumbados a outros dos nossos acadêmicos, para fraseando o poeta Rui Ribeiro Couto quando falava nas novas gerações do Itamaraty. Ou os tememos, ou preferimos ignorá-los. Volta à questão básica proposta por Lenine: QUE FAZER? E a resposta vem do nosso sempre inspirador Câmara Cascudo: — “Neste nosso país, está tudo por começar”.

Senhores Acadêmicos do Pará e do Rio Grande do Norte: eu desejaria que esta visita dos homens de cultura do Pará fôsse o começo de um despertar das nossas academias para a ação. Inquieta-me saber que o povo brasileiro tem esperado demasiado. Agora, temo que se venha a desesperar.

Obrigado.

**SAUDAÇÃO A DOM NIVALDO MONTE,  
PELO ACADEMICO JURANDYR NAVARRO**

Sob a emoção de grande júbilo que esta Academia se engalana de votos festivos, para coroar, com o aplauso unânime de seus Acadêmicos, a figura ímpar do seu Vice-Presidente, resignatário do mais elevado posto da hierarquia da Igreja Católica, em nosso Estado. E o faz com alegria, ao prestar esta homenagem à Sua Excelência, ao mesmo tempo que lhe reverencia os méritos em ter exercido com dignidade e sabedoria o difícil munus episcopal.

Refiro-me à pessoa de Dom Nivaldo Monte, presente a esta Assembléia Magna, Acadêmico dos mais eminentes desta Casa de Cultura, que nesta noite é homenageado, pelos seus ilustres pares, por sua proficiente administração, à frente da Arquidiocese de Natal.

Todos sabemos não ser coberta de flores a trajetória de um homem que conquista, pelo trabalho e pelo devotamento, a admiração dos seus contemporâneos. Ela é um misto de sofrimentos, de incompreensões, de tenacidade e de alegria. Todo homem anseia, no ímo do seu coração, alcançar o elevado cume da águia, de sua vida. Poucos o conseguem, porque é preciso ter asas, para se chegar até lá.

É Dom Nivaldo atingiu o cume da águia com as asas brancas do seu espírito.

É essa trajetória perlustrada no caminho tortuoso de sua existência, e ele o fez, com as negadas de suas sandálias de pároco ao coroamento do régio solidéu de arcebispo, com os pés no chão e a cabeça erguida, para tocar os astros, na expressão ovidiana.

Numa breve sinópsse, concluindo o seminário maior, Nivaldo Monte foi ordenado Sacerdote do Altíssimo. Designado pela então Diocese de Natal, ao tempo dirigida por D. Marcolino Dantas, foi ser Vigário da paróquia de São Gonçalo, e, em seguida, da de Goianinha.

A exemplo da maioria dos iniciantes da carreira religiosa, o então Padre Nivaldo foi também Pároco da Aldeia, como foram grandes vultos da cristandade, levando a palavra de Deus a uma comunidade humilde, e ministrando-lhe os sacramentos da igreja.

Depois, veio para Natal, onde estava o irmão, Padre famoso na época, pela santidade e pelo saber múltiplo.

É preciso salientar que D. Nivaldo pertence a uma família toda ela voltada para os mistérios da religião, tendo contribuído com três

de seus membros, para a honra dos altares: O Padre Luiz Monte, primogênito, ele, Nivaldo, e, já em idade avançada, Orígenes. Outro irmão, de nome Oswaldo fôra seminarista, deixando os estudos eclesiásticos pela odontologia.

Com a morte prematura do irmão sábio, que não chegou aos quarenta anos de idade, o Padre Nivaldo o substituiu na direção da Juventude Feminina Católica, espécie de entidade leigo-religiosa, congênere de outras de siglas JUC, JOC, etc., criadas por inspiração do Papa Pio XI, o Pontífice da fé.

E a essas jovens, o reverendo Nivaldo deu-lhes um sentido de vida, de vida cristã. Sabia, como Eurípedes, que os corpos sem espírito valem menos que as estátuas da Ágora. E que a alma humana tem sede do Infinito, não podendo viver sem religião, e sem render culto a um altar mais elevado que o da contemplação Budista ou do deleite do perfume do jardim de Epicuro. E sem amar a Deus, a pessoa humana o fará em relação à quietude de um bosque, ao rio que passa, ao mar que brame às estrelas que cintilam. Seriam então, panteístas. E, para-fraseando Chateaubriand, acreditam-se em advinhas quando se negam profetas; aceitam-se sortilégios quando se renunciam as cerimônias religiosas; abrem-se antros de feiticeiras, quando se fecham templos do Senhor.

E Padre Nivaldo desempenhou a contento sua missão apostolar junto a essas moças da Juventude Católica, desdobrando-a, com o tempo, a ponto de ensejar a criação da Escola de Serviço Social, que prestou contributo relevante à comunidade Natalense, pela ação socializante exercitada, transformando-se, finalmente, em curso de graduação da nossa universidade.

No decorrer do seu Ministério Eclesial, encontrou D. Nivaldo almas tristes e que ele restituiu-lhes a alegria de viver; almas tímidas e covardes às quais lhes infundiu o entusiasmo e a coragem, almas ignorantes que lhe concedeu um raio de luz; almas desgarradas do norte magnético do Bem e que lhes transmitiu a verdade revelada.

Com o advento do chamado Movimento de Natal, quando a Igreja daqui deu os primeiros passos visando uma promoção pragmática no campo social, sob a inspiração de D. Eugênio Sales, nos anos cinquenta e sessenta, foi criada a Rádio Rural, com o inédito ensino radiofônico, cobrindo a hinerland estadual, nos seus pioneiros cursos de educação, tendo tal efeito salutar sido adotado como método revolucionário, em países do continente e na velha Europa.

O movimento de Natal restaurou a circulação do Jornal "A Ordem" com o novo feitio, informando sobre política e temas da Doutrina Social Cristã, inspirados na *Mater Magister*, encíclica difundida nesse tempo pelo Pontífice reinante João XXIII. Sendo, também, esruturados os Sindicatos Rurais, refluindo benefícios inapreciáveis ao martirizado homem do campo, até então alienado do processo político-social. Criou-se, com a edificação da Casa de Treinamento de Pon-

ta Negra e do Piim, cursos para religiosos e leigos; assim como para os retiros regulares do clero.

A fim de atender toda essa estrutura organizacional, D. Eugênio necessitava de uma equipe inteligente, capaz e ativa, formada dentre sacerdotes, freiras e o laicato.

E o então Cônego ou Conselheiro Nivaldo Monte, constituiu-se num dos assessores mais proeminentes desse círculo de ação, ao lado de outros: Mons. Alair Vilar, Eymard Monteiro, Expedito Medeiros e os Padres Otto Santana, Agnelo Barreto, Antonio Costa, Heitor Sales, Manoel Barbosa e outros, e dentre leigos Maria Siminéia, Salete Bernardo, Cleomar Sales, Otomar Lopes Cardoso e alguns voluntários.

No início dos anos sessenta Nivaldo Monte é ungido Bispo de Aracajú, transferindo-se, logo depois, para Natal, sendo nosso Antístite metropolitano durante cerca de vinte anos.

A sua política foi a moderação, na sua ação político-administrativa do seu magistério episcopal, por ter se evidenciado como conciliador por excelência, dos ânimos exaltados, tendo em vista os interesses contrariados dos diversos segmentos societários, do seu numeroso rebanho. Nunca impôs a sua vontade, a seu talante, fazendo valer a sua autoridade espiritual e temporal mas mantendo o diálogo sempre em aberto, jamais sendo ríspido nem violento na sua Ação Evangelizadora. Tinha em mente que Roma engrandecera-se através da força e por ela fôra subjugada. E que, para converter alguém, Jesus nunca invocou a coação nem a espada.

Arcebispo, D. Nivaldo muito realizou, sem alardes, trabalhando como Político Mineiro, calado. O grande Gabriel D'Anunzio falava da eloquência do silêncio. E D. Nivaldo utilizou-se dessa retórica, usada por aqueles que, no silêncio das catedrais, falam com Deus.

De suas inúmeras realizações destaque como a mais importante a construção do novo Seminário de "São Pedro", viveiro de operários para a messe do senhor, já que sem a formação dos missionários nada se fará para se endireitar as veredas do mundo. A Nova Catedral foi outra marcante realização do seu episcopado, sabendo-se ter sido Dom Antonio Soares Costa o seu grande arquiteto, como fôra Fídias, na gestão de Péricles, que edificou o grandioso Partenon de Atenas.

O nosso ex-Arcebispo fez a cessão da Granja de Emaús, às reuniões de estudos e reflexões dos católicos, tendo em mira os superiores interesses da Igreja de Natal. Manteve a Casa de Treinamento de Ponta Negra realizando encontros e cursos: vitalizou a Rádio Rural, dando-lhe novas diretrizes para acompanhar a evolução dos tempos modernos. E criou outros órgãos de estudo e ação, procurando atender aos reclamos da sociedade inquieta em que vivemos, como os de justiça e paz, a exemplo de outras Arquidioceses Nacionais.

A sua gestão foi profícua, atendendo à criança, à viúva, ao pobre, ao ancião, ao órfão e ao doente.

Vultos dos mais eminentes teve a Cristandade, no passado e no presente. De Jesus a Paulo II, a inteligência da igreja se fez sentir através de dois milênios de história. Se para Anatole France as abelhas

de palas Atena, a deusa da Sabedoria, depositaram seu mel nos lábios de Sófocles e de Platão, lídimos representantes da sabedoria pagã, o que dizer de um Santo Agostinho e de um Santo Tomaz de Aquino, inspirados pela chama divina? E aqui, senhores, reflexos dessa inspiração e dessa inteligência se fizeram presentes no Governo de D. Nivaldo Monte, sabedoria da Igreja Católica, voltada para o bem da humana espécie.

Meus Senhores, como em Rui, sente-se aqui, nesta hora e neste recinto sagrado da cultura, "sente-se a solenidade dos grandes vultos, a impressão das catedrais enoitecidas pelos séculos, a elevação interior para o infinito".

Receba, D. Nivaldo, a singela homenagem que esta Academia presta-lhe, pelo reconhecimento dos seus inequívocos méritos de Pastor de Almas de homem de Cultura.

**SAUDAÇÃO A DOM NIVALDO MONTE EM NOME DA ACADEMIA  
NORTE RIO-GRANDENSE DE LETRAS E DO CONSELHO ESTADUAL  
DE CULTURA. A 9.6.1988, PLO ACADEMICO OTTO DE BRITO  
GUERRA**

Nesta homenagem que a Academia Norte-Rio-Grandense de Letras presta a um dos seus pares, associada ao Conselho Estadual de Cultura, é oportuno ressaltar o relevante papel desempenhado por dom Nivaldo Monte na vida religiosa do nosso Estado e além fronteiras.

Com perto de 25 anos de episcopado e dono de valioso currículo de serviços à Igreja, à sociedade civil e à cultura, deixou, faz pouco tempo, por espontânea renúncia, o governo da Arquidiocese de Natal, passando à condição de Arcebispo Emérito.

Ordenado sacerdote a 12 de janeiro de 1941, em Natal, aos 23 anos incompletos, ei-lo dentro em pouco nomeado vigário da paróquia de São Gonçalo do Amarante e em 1942 vigário de Goianinha e Arês, no Rio Grande do Norte. Foram experiências do mais alto valor, principalmente para um futuro Bispo.

Já em 1943 viria para a Capital do Estado, feito Capelão da Guarnição Militar de Natal.

Acontece que a 28 de fevereiro de 1944 falecia o seu irmão, cônego Luiz Gonzaga do Monte, que era, desde o início, o assistente geral da Ação Católica em Natal e, de modo particular, o assistente dos setores femininos do Movimento, jovens e adultos.

Coube ao padre Nivaldo Monte continuar aquele extraordinário trabalho do cônego Monte, assumindo-o com inteira competência nele permanecendo até 1963. Isto, sem prejuízo de outras atividades, no Secretariado Arquidiocesano de Ação Social, capelão do Abrigo Juvinho Barreto, do Colégio Nossa Senhora das Neves, Secretaria do Bis-pado, no decorrer daquele mesmo período, intercaladamente.

Apresentava-se a Ação Católica como a grande novidade apostólica da Igreja, engajando os leigos na participação do apostolado da hierarquia e considerada pelo Papa Pio XI a "menina dos seus olhos". Ela merece, na verdade, um capítulo muito honroso há história das atividades da Igreja de Natal e de Mossoró.

Dois assistentes eclesiásticos em Natal destacaram-se, o padre Eugênio de Araújo Sales, que orientava a juventude masculina e o padre Nivaldo Monte, junto aos setores femininos, juventude e senhoras da Ação Católica.

Em valioso estudo intitulado "Igreja e Desenvolvimento", tese de doutorado apresentada à Universidade Gregoriana, em Roma, concluído em 1966, relativo às atividades da Igreja de Natal, o sociólogo gaúcho Alceu Ferrari analisou as atividades e a personalidade desses dois assistentes eclesiásticos e conta, a propósito, episódio pitoresco.

Aproveitando momento de lazer, naquelas puxadas reuniões de estudo e aprofundamento realizadas no Centro de Treinamento de Ponta Negra, banhavam-se descontraidamente os dois sacerdotes, integrantes do chamado "Movimento de Natal" na aprazível praia.

Nisto vai passando ao longe pequena e afoita jangada, riscando as águas.

— Eugênio, olhe aquela jangada! Como é poética!

E o padre Eugênio Sales, cabeça cheia de preocupações práticas, saiu-se com uma frase desconcertante para o companheiro:

— Sabe, Nivaldo, instalei hoje no Bom Pastor o primeiro sanitário."

Dos trabalhos da Ação Católica, com seus ativos leigos jovens e adultos, estimulados por seus assistentes eclesiásticos, nasceria uma fase áurea da ação social e da espiritualidade em terras natalenses, à qual não seria estranho, faça-se justiça, o trabalho dos congregados marianos, liderados pelo incansável apóstolo Ulisses de Góis, avultando o diário católico "A Ordem" e a Cooperativa de Crédito, afora a parte espiritual.

Particularizando a atuação do padre Nivaldo Monte e dos seus colaboradores, evidencia-se que todos sentiam necessidade imperiosa de enfrentar os graves problemas do após guerra, a repercutirem na cidade de Natal, tais como desemprego, carestia, permissividade, desorganização familiar. Urgia que tivessem estes agentes um preparo mais adequado.

Entre outras iniciativas então tomadas surgiria a Escola de Serviço Social, fundada a 2 de junho de 1945, com valioso apoio da LBA e da qual foi o padre Nivaldo Monte a mola mestra e seu fundador. Tive a ventura de ser um dos colaboradores.

Viriam os Centros Sociais, o primeiro deles na então chamada Baixa da Coruja, no atual bairro de Lagoa Nova, onde se construiria o Centro Social Cônego Monte. Seguiram-se diversos outros Centros, nas Rocas, noutros pontos da periferia natalense e até mesmo no interior do Estado.

Em plena atividade, entregue à direção espiritual de tantos, à ação social, à cátedra, à elaboração de livros, de repente o padre Nivaldo Monte foi convocado pelo Santo Padre para Bispo Auxiliar em Aracajú, Sergipe, cujo arcebispo era o saudoso dom José Távora. Fato que ocorreria a 25 de abril de 1963, sagrando-se bispo em Natal, a 21 de julho do mesmo ano. (Estamos assim bem próximos do seu jubileu). Muito significativo o lema do brasão episcopal: *Mihi vivere*

**Christus** — Para mim, o viver é Cristo, tirado da Epístola de São Paulo aos Filipenses (I,21).

Na capital sergipana desenvolveria dom Nivaldo as múltiplas atividades exigidas pelo munus episcopal e ligadas à sua qualidade de bispo auxiliar. Mas logo voltaria a Natal, feito Administrador Apostólico “sede plena”, a 20 de abril de 1965, dado o afastamento de dom Eugênio Sales para Salvador, tomando posse a 9 de maio de 1965. Tornar-se-ia Arcebispo de Natal a 6 de setembro de 1967, empossando-se a 17 de setembro.

Poderia, nestas condições, dar continuidade ao seu apostolado sócio-religioso no mesmo ambiente de antes, agora com a responsabilidade muito maior, porquanto na condição de presidente da Igreja de Natal. Na linguagem do Código de Direito Canônico, responsável pelo triplice munus de santificar, de ensinar e de governar, solicito com todos os fiéis confiados ao seu cuidado e até mesmo os não batizados, exercendo o ministério da palavra, defendendo a unidade da fé, testemunha de Cristo diante de todos, exemplo na humildade e na simplicidade de vida, urgindo aos fiéis o seu dever de apostolado.

A Arquidiocese crescera bastante. Natal transformara-se. Sua população, em pouco tempo, chegaria a mais de meio milhão de habitantes, dos quais nunca menos de duzentos mil residindo em conjuntos habitacionais, contingência que faria nascer a Pastoral dos Conjuntos Residenciais, cuidando, de maneira específica, da pastoral dos sacramentos, dos trabalhos de promoção humana e de evangelização, aproveitando as relações típicas de vizinhança.

Também cresceu o número de paróquias. Elas somam atualmente quarenta e quatro, quinze das quais na Capital, em sua maioria na periferia, tão cheia de problemas de toda ordem e vinte e nove na zona rural, com sua feição típica. Todas a exigirem do seu Arcebispo, do seu Bispo Auxiliar, o incansável dom Costa (o gigante da nova Catedral!), dos seus presbíteros, religiosos, religiosas e leigos atividades múltiplas cuidados sem conta, num governo colegiado e participativo, na linha da corresponsabilidade.

Por tudo isto, a Pastoral de Conjunto, em sua organicidade valiosa, tomou incremento crescente, realizando-se encontros de vários tipos e anualmente frutuosas Assembléias Pastorais, traçando diretrizes e fazendo opções pastorais, em função das linhas básicas de evangelização e de promoção humana e em função das prioridades, tais como família, juventude, trabalho (operários, pescadores, classes liberais, etc.), pastoral da terra, tão difícil sobretudo pelo grave problema dos sem terra, comunidades eclesiais de base, tudo na ótica da evangélica opção preferencial pelos pobres, justificando, inclusive, uma pastoral das favelas, uma pastoral carcerária, uma pastoral da mulher marginalizada, para citar algumas.

Como órgãos de coordenação geral, figuram o Secretariado de Pastoral, o Secretariado Arquidiocesano de Ação Social, compreendendo o veterano SAR (Serviço de Assistência Rural) e o Serviço de Ação Urbana (SAUR), finalmente o Secretariado dos Meios de Comunicação Social, com seus canais próprios, em que avulta a veterana Emissora

de Educação Rural, precursora da alfabetização pelo rádio no Brasil, agora integrada na Fundação Paz na Terra e a Livraria do mesmo nome, a sala de imprensa, que elabora um Boletim Informativo semanal, não faltando a articulação com estações de televisão, a TV Universitária, a TV Cabugi e a TV Ponta Negra, que transmitem semanalmente a missa e amplo noticiário religioso, afora as transmissões radiofônicas e a emissora de Educação Rural.

Funcionam também, com bastante proveito, alguns órgãos especiais, dentre eles a Comissão de Justiça e Paz, que assume a Educação Política, a assistência jurídica em determinados casos, o acompanhamento aos grupos de base, na luta pelos seus direitos, em função da não violência ativa, a Fundação Paz na Terra, a Caritas Arquidiocesanas, desenvolvendo seu trabalho junto às populações carentes das áreas urbanas e rural.

Não pode ser esquecido o muito que foi feito pelo pioneiro Movimento de Educação de Base, agora desativado, por determinação do organismo nacional. Nem o trabalho de urbanização do Passo da Pátria.

Note-se que estou referindo apenas alguns pontos dessas múltiplas atividades, como é o caso do Instituto de Teologia Pastoral de Natal (ITEPAN), constituído oficialmente em 1971, para capacitação de agentes pastorais leigos, destinado a uma teologia engajada e vivenciada, com uma Escola de Educação Religiosa, preparando agentes de catequese e assegurando melhor ensino religioso nas escolas, inclusive oficiais, a Casa de Oração, destinada ao aprofundamento espiritual de leigos, sacerdotes e religiosos, os Centros de Treinamento, destacando-se o de Ponta Negra, etc.

Referência toda especial merece o Seminário Arquidiocesano de São Pedro, reaberto em 1977, com os cursos de filosofia e de teologia e de onde já saíram os primeiros novos sacerdotes, o Curso Vocacional de Nova Cruz, equivalência do antigo Seminário Menor, os trabalhos de inserção das religiosas na Pastoral de Conjunto nas paróquias, sendo Natal pioneiro mundial na experiência de religiosas no desempenho de atividades na vida paroquial, sobretudo onde faltam sacerdotes, suprindo, até onde possível, essa carência, sendo substituível o sacerdote na celebração da missa, na confissão.

Mais de 200 religiosas estão hoje integradas na Pastoral de Conjunto na Capital e no interior da Arquidiocese, especialmente na pastoral litúrgica, na pastoral catequética, na pastoral da saúde, da nutrição, da criança.

Em resumo, faz-se um trabalho amplo e articulado nos vários níveis da Igreja, Diocese, zonais (que reúnem paróquias vizinhas), nas paróquias, nas comunidades, partindo da base, dos pequenos grupos, tudo constituindo a Igreja particular de Natal, "unida a seu Pastor e por ele congregada no Espírito Santo, mediante o Evangelho e a Eucaristia" (P.O. n.º 11) e na qual está e age a Igreja Universal.

Em discurso aos prelados da Itália, disse-lhes Paulo VI que é muito ardua e, humanamente falando, ingrata e perigosa a tarefa de Bispo nos dias de hoje. Muito depende, entretanto, da resposta que lhe derem os organismos e as pessoas da sua diocese. Creio que Natal, em meio às dificuldades naturais, também oferece ao seu Pastor motivos de alegria e condições de crescimento. Dom Nivaldo, certamente, os encontrou, como também os encontrará o seu sucessor, dom Alair Vilar.

O presente trabalho tem como objetivo principal investigar a influência da temperatura ambiente na eficiência da conversão de energia solar em painéis fotovoltaicos. Para isso, foram realizados experimentos em condições controladas, variando-se a temperatura ambiente e medindo-se a potência elétrica gerada por um painel solar sob irradiação constante. Os resultados mostram que a eficiência de conversão diminui à medida que a temperatura ambiente aumenta, devido ao aumento da resistência interna do material semicondutor. Este fenômeno é explicado pela física dos semicondutores, onde o aumento da temperatura favorece a recombinação de portadores de carga, reduzindo assim a tensão de circuito aberto e a potência máxima disponível. Os dados experimentais foram analisados estatisticamente, confirmando a correlação negativa entre temperatura e eficiência.

## Dom Nivaldo Monte, intelectual

João Wilson Mendes Melo

O interesse do Cristianismo pela atividade espiritual de educação e cultura é tradicional, constante e linear.

Os autores bíblicos o fizeram pela inspiração superior, pelos temas e pela maneira de falar sobre todos eles. Tudo é prosa do melhor quilate e poesia da maior beleza em livros como o Cântico dos Cânticos e os Provérbios de Salomão, os Salmos de Davi e biografias românticas como as de Rute, Judite e Ester.

A Idade Confessional, Teocêntrica, ou Idade Média guardou para o Renascimento todo o repositório cultural da Antiguidade Clássica, vencendo o obscurantismo dos bárbaros que perturbaram a civilização, absorvendo deles apenas algumas contribuições valiosas, sobretudo na organização social; e fez o Renascimento do seu valor no conjunto da mais fulgurante produção intelectual, das artes e da literatura.

Pelo idioma que adotou, o latim, superando o uso do grego, forjou a pungente literatura universal. Deixou-o pelas línguas nacionais dele oriundas, iniciando com o italiano da Divina Comédia, as idéias cristãs nas neolatinas.

No Brasil, tudo começou com os Jesuítas, seus únicos educadores na colonização, por mais de dois séculos e que implantaram, com Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, entre outros, o Colégio de São Paulo, já na metade do próprio século do descobrimento. E é o Cristianismo a única ação de colonização no sentido verdadeiro de promoção de regiões atrasadas em civilizações, no meio do flagrante e único interesse econômico e político explorador dos colonizadores.

Com a ação evangelizadora, a literatura de então está acima do pau-brasil, das especiarias, do açúcar, do ouro e dos diamantes. Abrange, dos poemas na areia das praias, dos autos nas arenas ou nos terreiros virgens aos sermões nos púlpitos ou à prosa histórica e informativa das cartas e dos registros.

Com a literatura, a arquitetura e a estatuária, surgiu um ambiente de vida espiritual mais brilhantes que os veios de ouro e as esmeraldas. E eram coisas que aqui ficavam, ilustrando e promovendo, e edificando a História, enquanto os metais iam brilhar nos saraus de além mar, alimentando e envaidecendo uma nobreza escravocrata.

A ideologia advinda da doutrina e da sociologia cristãs marcou a presença em todos os movimentos libertários e em muitos liberais e republicanos. Mais pela palavra que era o seu instrumento de trabalho e, às vezes, pela própria ação.

Formam, constantemente, uma literatura além da simples história narrativa. O conteúdo predominantemente ou objetivamente religioso, que é pretexto de acusação ou redução do seu valor, é apenas uma modalidade de tema, imprescindível no processo. Haveria outros, políticos, materiais, individualistas, se este não tivesse havido.

Por isso, não é de admirar, pois é tão comum, que encontremos em tantos pastores da Igreja e em um deles do nosso meio, a representação de todo esse passado, tão longínquo e tão próximo; um pastor em que o cajado que auxilia a apascentar, se transforma na pena que ajuda a instruir e a formar o tesouro que a traça não destrói e a ninguém corrompe. Impossível, também, estudá-lo sem o desenho, embora simples como este, desse grande e complexo contexto.

A obra literária de Dom Nivaldo Monte é um sermão nas serras dos nossos serões ou nas dunas da nossa Natal. Não é de admirar, igualmente, em quem serve ao Cristo que tinha palavras que vinham do alto, para além das montanhas ou da quilha dos barcos fluviais e lacustres, ensinar que o discurso que orienta deve vir das mesmas fontes e que as coisas naturais são os primeiros púlpitos e as primeiras tribunas.

Em tudo que Dom Nivaldo escreve está o amor a Deus, o amor à vida, e mais, está o amor ao Amor. Este é a matéria prima, o elemento constante, o valor maior, o ar, a terra, a água e, num termo moderno, o insumo indispensável em tudo que diz, faz ou escreve. É difícil contar quantas vezes a palavra amor está presente em qualquer dos seus livros.

Todo homem simples o entende porque usa a linguagem universal e se compraz em cantar as belezas da natureza e a fraternidade. Em vez da autoridade que o cajado de pastor sugere, ele prefere a energia que vem da palavra correta, com fundamento na verdade, com a força da amizade que o seu senso prático sabe captar e usar, como instrumento poderoso de evangelização. Apóia-se no que é natural para exaltar o sobrenatural. Não é por simples prazer que ele cita com muita ênfase um verso de Wordsworth que diz:

“A terra, com o que tem de mais banal,  
A mim parecia  
Revestir-se de luz celestial.”

Numa ordem cronológica, seus livros são os seguintes:

- Formação do Caráter. Rio de Janeiro. Editora Vozes 1942. (Já na 7.<sup>a</sup> ed.).
- A Dor. Rio de Janeiro. Editora Vozes. 1947 (em 2.<sup>a</sup> edição)
- Formando para a vida. Rio de Janeiro. Editora Vozes. 1948 (na 7.<sup>a</sup> ed.)
- Pensamentos. Tipografia Melo Matos .1950
- Clima. Rio de Janeiro. Editora Vozes. 1951 (na 6.<sup>a</sup> edição)

- Os temperamentos. Rio de Janeiro. Editora Vozes. 1953 (na 6.<sup>a</sup> ed.)
  - O Coração é para Amar. Rio de Janeiro. Editora Vozes. 1958 (6.<sup>a</sup> ed.)
  - Se todos os homens... conhecessem o dom de Deus. Natal. Tipografia do SAR. 1963
  - Toda palavra é uma semente. Rio de Janeiro. Editora Vozes. 1966. 3.<sup>a</sup> ed.)
  - Vida em Plenitud. Buenos Aires. Ediciones Paulinas. 1975
  - A Granja e eu. Natal. Fundação José Augusto. 1980.
- Em plaquetes, publicou os seguintes trabalhos:
- Adoração Eucarística (conferência pronunciada durante o 36.<sup>o</sup> Congresso Eucarístico Internacional). Rio de Janeiro s/ed. 1955
  - Reflexões sobre a oração. Natal. s/ed. 1974
  - Ruínas de Cunhaú. (Conferência no I Seminário de Estudos sobre o Nordeste). Natal. Fundação José Augusto. 1974
  - Amanhã será um novo dia. (Discurso ao receber o título de Professor Emérito da Universidade Federal do R. G. do Norte). Natal Editora Universitária. 1974.

A Esperança não morre. (Discurso de posse na Academia Norte Riograndense de Letras e outros como paraninfo de turmas da UFRN). Natal. Editora Universitária. Natal. Editora Universitária/Fundação José Augusto. 1984.

Dom Nivaldo Monte é também compositor de letras e canções musicais. São de sua autoria:

Saudades da Serra

A Cascatinha

Acalanto

Todas inseridas em disco compacto, editado pelo Projeto Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Veio em "Formação do Caráter". Formando para a vida," "Pensamentos" e "Clima" quase que uma didática da vida espiritual como a mestra de todos os procedimentos humanos. O autor é um diretor espiritual, com a experiência de todos os casos que vêm à sua apreciação e julgamento, para que diga o norte e o sul dos caminhos solicitados.

Tem por base sempre considerar o homem, como diz, "a mais imperfeita criação de Deus" e trabalha sem procurar, como afirma, "rastros de anjo por onde passou o homem."

Este não figura na sua mente e nas suas considerações com aquela candura dos santinhos coloridos, mas com aquelas faces enigmáticas, às vezes duras e impenetráveis dos populares que divisamos nos flagrantes de rua. Considera o homem como ele é e não como foi ou deveria ser, embora indique as estradas — e essa é uma das suas

grandes missões — que o levarão a ser santo sem ir para o deserto, sem ser eremita, mesmo de paletó e gravata ou sem nenhum desses enfeites, no trabalho do campo ou das fábricas, nas ruas e esquinas da cidade, no meio dos outros que considere irmãos ou simplesmente o outro, na “alegria do trabalho” ou “no silêncio das almas”.

Seu pensamento, profundamente baseado na realidade da vida e iluminado pela fé, chega ao leitor como o guia do visitante ou a seta das encruzilhadas.

“Os Temperamentos” constitui um trabalho de psicólogo, deixando a alma humana dividida, mapeada e rastreada de tal forma que não é mais uma desconhecida. Assimilando seus conceitos, adquirimos condições para ver as pessoas como são, nas suas diversas diferenças e nas suas semelhanças, conhecendo-as tão positivamente que se elas soubessem, passariam pelas angústias de quem se sentisse de repente desnudo diante de estranhos.

“A Dor”, seu trabalho mais científico, “é bem a psicofisiologia da dor”, na expressão usada em sua apresentação por Francisco das Chagas Neves Gurgel, sacerdote, escritor e jornalista no Rio Grande do Norte por muitos anos. Acrescenta o apresentador: “Não é um livro para todos, nem por isso para alguns somente, mas destina-se aos que lêem pensando para aprofundar-se e não para divertir-se”. O próprio autor escreve no início do seu livro: “... procuremos estudar a dor, na fisiologia, como uma defesa; na arte, como um elemento de grande poder estético; na psicologia, como a grande formadora do homem”. E é isto o que ele faz nas oitenta e seis páginas de sua segunda e última edição, de 1955, cuidando da psicologia da dor e da fadiga, da dor e da arte; e de suas relações com a escultura, a pintura, a música, a poesia, a prosa, a arquitetura; da psicologia e a dor; do sábio, do santo e, finalmente, do homem e a dor. Demos como único exemplo do valor desse livro o que diz o autor sobre o poeta: “o destino do poeta é imortalizar a vida nas aquisições reais do pensamento, nas mais rudes lutas da vontade, nas conquistas sublimes do amor. Mas nós só podemos imortalizar a vida da inteligência pela aquisição da verdade que fere e só depois consola.”

Afora toda essa prosa, muitas vezes poética, dom Nivaldo Monte vem direto à poesia quando, em 1963, publica “Se todos os homens conhecessem o dom de Deus”, trinta e oito poemas num volume que mereceu um desenho de capa do hoje também acadêmico Dorian Grey. Todo esse livro é um agradecimento, um cântico de ação de graças. Deus está presente em todas as palavras, em todos os pensamentos; também a gratidão e humildade do seu autor, de maneira quase materializada e palpável. Ele canta a alegria, o sorriso, a ternura, a alma pura, a alma do verdureiro, dos que vendem belezas. Às vezes é oração. No poema “O mistério da segurança” pede:

Perdoa-me, Senhor,  
A segurança de que me cerco.  
A segurança do dia de amanhã.  
Pois tudo tenho previsto e preparado.

Tenho um celeiro abarrotado de trigo.  
 E meu cântaro transborda de água cristalina.  
 Tenho duas capas, dois bastões, duas sandálias  
 A casa onde eu moro está fechada  
 Às incursões dos ventos.  
 Seu teto, no último verão foi reparado.  
 Para que à chuva não me incomodasse.  
 Plantei uma horta e um pomar.  
 Irriguei-o mais que o necessário  
 Para que ele pudesse dar duas colheitas  
 Em vez de uma somente,  
 Para que nada me faltasse  
 No dia de amanhã.  
 Perdoa-me Senhor  
 A segurança de que me cerco.

Em outra poesia diz, “na minha terra a “primavera” é em dezembro”.

Fala do pau darco que enfeita de roxo  
 As dunas do Tirol  
 Os muricis que salpintam de róseo  
 Os taboleiros de Natal.

Fala, “No ringir cadenciado da rede  
 Adormentando crianças.

Na poesia Castanhas de Caju comunica, dirigindo-se a Cristo:

“Mas chego a ter pena  
 De Ti.  
 Eras pobre  
 E não tinhas castanha  
 Para brincar”.

De outro poema ressalto o final que é o conteúdo mesmo de seu trabalho poético:

“Amar a tudo, a todos,  
 Sem peso e sem medida,  
 Apaixonadamente.”

Se fosse possível estabelecer uma ordem hierárquica de valores usando expressões muito ao gosto do vocabulário da Igreja, eu diria que os Salmos de Davi são os salmos maiores, outros, como as poesias de Dom Nivaldo, são salmos menores.

Seu roteiro intelectual é coerente com o seu caminho na fé e na vida. Contraria o princípio corrente e popular de que a esperança é a última que morre e proclama em vários discursos reunidos em livro, que “A esperança não morre”. Há um título em que proclama sua certeza no futuro, dizendo que “Amanhã será um novo dia”.

Em outros tempos ele transferiu a presidência administrativa de um órgão importante do Movimento de Natal, o SAR (Serviço de Assistência Rural), “para poder ser bispo”.

Agora, havendo renunciado às funções de arcebispo, ele poderá ser mais poeta e escritor e, como tal, encontrar-se muitas vezes com Cristo nesse novo campo de fé e trabalho intelectual, pois “o lugar de Cristo é entre os poetas”, na opinião de Agripino Crieço.

Sua granja vai tê-lo mais presente. Ela é o retiro tão desejado, como ele diz em “a granja e eu”; já estava no seu coração e é um lugar maravilhoso “onde a água encanta a vida, onde existe um pomar, onde surge o diálogo, onde eles me ensinam a brincar, onde, “no fim do ano florescem os cajueiros”, onde se vê “o jasmim dos taboleiros, um arrozal”, onde se ouve “um canto dentro da madrugada” e onde “um machado canta na floresta”, conforme os títulos das suas crônicas.

Neste livro “A granja e eu” é tudo tão pitoresco e agreste, tão bucólico, na expressão comum da poesia antiga, que a gente ao ler, até ao repetir e ouvir os seus nomes e os seus sons, sente o cheiro da terra e do mato, saboreando o seu silêncio quebrado pelo som do vento e do homem trabalhando, tudo em surdina. Pelo que nos comunica, ali é realmente um bom lugar para o encontro com Deus. Não precisa marcar dia nem hora. É só chegar e sentir, sentir muito e profundamente a sua presença, quase substituindo a visão que não é para nós deste mundo. Sua granja é um sítio de encantamento, quase de transfiguração de muitas de suas coisas.

Por isso ele não disse, mas lendo e relendo-o notamos que já percebeu, apenas não disse, que as folhas de árvores são línguas que falam; são verdes mas lembram aquelas de fogo que ornaram, uma vez na História, há muito tempo, o encontro do espírito de Deus com seus homens eleitos.

Um dos seus trabalhos, “Vida en Plenitud”, foi publicado originalmente em espanhol, na Argentina. Agripino Crieço, já citado, diz em “São Francisco de Assis e a poesia cristã” que o idioma italiano, pela sua sonoridade, é uma música dada de graça ao povo. O espanhol me parece semelhante, pois gosamos dessa musicalidade quando vemos em Vida en Plenitud, publicado em Buenos Aires em 1975, o nome do seu autor: Nivaldo del Monte, e seus capítulos: Si eres hombre, la inmortalidad, aqui y ahora, em el silencio de las almas, também es licito sonar.

Sobre os seus livros disse ainda o citado padre Neves Gurgel: “No padre Nivaldo Monte tudo é novo e revestido dessa simpatia de

quem escreve para os moços". "É como se, numa longa viagem pelos cenários festivos desta natureza bonita, vivesse à procura de belezas ocultas para ofertá-las a seus irmãos."

Dom Nivaldo diz em "Formação do caráter" que não há vida mais tediosa do que a do homem inativo". Mas para um homem de Deus que consagrou sua vida a viver e contar, nas ações, na palavra e na escrita, o grande manancial que está no Cristianismo, na sua luta que não se extingue, não há lugar para a inatividade. Na ciência em que vai aprofundar-se para trazer uma contribuição, terá um campo de trabalho que comunicará, depois. Como ele próprio sentenciava, "o verdadeiro homem de ideal jamais descansa; vê sempre dilatados os limites de suas aspirações."

Talvez ele faça hoje um reparo substancial à sentença constante da crônica A velhice, no mesmo "Formação do Caráter". Ali, na última edição, a quarta, de 1960, comunica que "o complexo de luta entre o presente e o passado, o isolamento social, a estagnação das faculdades espirituais, tudo faz da velhice uma idade de sombras aterradoras". É que, em recente discurso, agradecendo homenagem que o prefeito Garibaldi Filho e o povo de Natal lhe prestaram pelo mesmo motivo da sua renúncia ao arquiépiscopado, proclamou: "se a velhice é isto que estou vivendo, há poucas coisas melhores: estou feliz e vou trabalhar naquilo que sempre foi minha vocação, a palavra de Deus, o amor ao próximo, a poesia das coisas". Estas suas palavras me fizeram lembrar São Paulo, na segunda carta aos Coríntios: "ainda que o homem exterior em nós caminhe para a destruição, o homem interior se renova, dia a dia".

Uma outra expressão de ordem de sua vida e de sua obra, é a do verso de Whitman que ele cita, num convite: "Alegra-te comigo, meu irmão".

As atividades de Dom Nivaldo Monte como homem de letras e cultura estão manifestadas, primeiramente, nos livros publicados, depois, na realização de cursos e conferências, no Brasil e no exterior.

Ele é formado em Filosofia e Teologia pelo Seminário Maior de Fortaleza, sendo este o seu curso superior, e frequentou extensão universitária sobre Fenômenos Parapsicológicos do Conhecimento, na Faculdade Anchieta e Instituto de Parapsicologia de São Paulo.

No exercício do magistério ensinou Latim, Grego e História Natural no Seminário de São Pedro, em Natal; Psicologia, História e Filosofia da Educação, na Escola Normal de Natal; e Psicologia na Escola de Serviço Social, na Escola Doméstica e na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, precisamente no Instituto de Ciências Humanas.

Ministrou, ainda, diversos cursos de Psicologia em outras instituições do Estado, notadamente em cursos de organizações católicas, como também em outros Estados do Brasil.

Realizou conferências sobre a Situação da Igreja no Nordeste Brasileiro, em Louvain, na Bélgica; sobre Psicologia das Religiões, em Viena, na Austria.

Além de vice-presidente da Academia Norte Riograndense de Letras, função que ainda ocupa, foi diretor-presidente da Escola de Serviço Social de Natal, da qual é fundador, e vice-presidente do Centro de Estudos Sociais de Natal; diretor técnico da Emissora de Educação Rural, membro do Conselho Universitário da UFRN e do Departamento de Comunicação Social do CELAM (Conselho Episcopal Latino Americano), em Bogotá, Colômbia.

É jornalista profissional, registrado no órgão competente e nessa qualidade foi colaborador do jornal A Ordem de Natal.

Também é membro fundador da Sociedade Cultural Brasil-Estados Unidos, do Instituto de Antropologia da UFRN e da Escola Superior de Educação Religiosa.

Em virtude de convites que lhe são formulados, tem participado de congressos nacionais e internacionais, tais como do II Congresso Brasileiro de Filosofia e do X Congresso Nacional de Jornalistas, em Curitiba; da 2a., 3a. e 4a. sessões do Concílio Vaticano II, em Roma; da Comissão de Bispos do Brasil junto ao Governo Alemão, em Bonn, tendo sido orador oficial do encontro; da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, como convidado especial do Papa, em Medellín, Colômbia; do Congresso Mundial da Organização Católica Internacional do Cinema, em Petrópolis, no Rio; do Encontro de Cáritas Latino-Americano, em El-Escorial, Madrid, Espanha; da X Assembléia Geral de Cáritas Internationalis, em Rocca de Para, Roma; da Reunião da Comissão Episcopal do Departamento de Comunicação Social do Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM), em Bogotá, Colômbia; de várias Assembléias dos Bispos Brasileiros, em Itaicí, São Paulo; do Encontro Regional do DECCOS, em Buenos Aires, Argentina; do Encontro de Ação Social do CELAM, em Buenos Aires; da III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, em Puebla de Los Angeles, no México; e do Congresso Internacional de Migrações, em Roma; do Encontro Internacional de Oração do Santo Rosário, em Viena, representando o Brasil e a América Latina.

Dentre muitas, recebeu as seguintes comendas e títulos honoríficos: de Assistente Social Honoris Causa, pela Escola de Serviço Social de Natal; do Conselho Municipal de Cultura, de Natal; Medalha do Mérito Felipe Camarão, da Câmara Municipal de Natal; Medalha de Ouro Mérito Historiador Câmara Cascudo, concedida pela Imprensa Potiguar; de sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte; Medalha de Santos Dumant concedida pelo Ministério da Aeronautica; e título de Professor Emérito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Efetou várias viagens de estudo a países da Europa, como Itália, França, Espanha, Portugal, Alemanha, Bélgica, Austria, Holanda, Inglaterra e Suíça, bem como à Grécia. Viajou igualmente aos Estados Unidos, ao Canadá e aos longínquos Egito, Jordânia e Israel.

Ele é, assim, um dos mais ilustres intelectuais norte-riograndenses de todos os tempos; está entre os que superaram as fronteiras do Estado e até mesmo dos oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados.

A profundidade dos seus estudos, a agudeza de sua inteligência penetrante nos fatos e nas mentalidades, levam a sua literatura às fronteiras das ciências psicológicas, nas quais penetra com o passaporte permanente de sua curiosidade científica e de sua contribuição e a autoridade de um conhecedor de almas com as quais dialoga na missão religiosa.

Sua poesia que parece migrante de alguma das páginas dos grandes livros de oração, no valor que à oração confere Alex Carrel, na verdade brota do cérebro de um homem da nossa terra, inspirado por uma fé muito viva e pelas belezas da natureza que o tem cercado desde a juventude; pela suntuosidade pobre e simples de um casarão que foi o Seminário, circundado de árvores, no Tirol natalense de antigamente, emoldurado pelas matas onde o engenheiro Palumbo abriu caminhos, e pelas dunas que, cobrindo-se de verde, separaram a cidade do branco e do azul, das areias e espumas e do mar. Desde a juventude, sim, quando ele, num quase lamento e medindo a responsabilidade de suceder como homem e sacerdote, um irmão que foi sábio e santo, dizia: “querem que eu me transforme em Padre Monte da noite para o dia.”

Mas, para isso não passaram muitas noites nem muitos dias, noites que saboreava, indormido, a estudar, e dias que via chegar, testemunhando seus primeiros movimentos. E ele colocou-se junto ao seu irmão de sangue, para sua alegria de vivente e para comunicar assim, pelo menos, desejava — ao que está junto de Deus, um sinal de sua luta para adotar o exemplo edificante que deixou.

Este é dom Nivaldo Monte, no esplendor de suas qualidades intelectuais, que esta casa de Henrique Castriciano e Câmara Cascudo já consagrou com o título de imortal e hoje louva como um dos grandes e queridos companheiros, membro da Igreja e da Cidade, homem da oração que comunica com Deus e da literatura que comunica com os irmãos, para encantar e cativar.

Academia, noite de 9.6.88

## UM NOME POUCO LEMBRADO OU... ESQUECIDO:

Nilson Patriota

Semelhante a outras tantas tentativas de movimento literário — e talvez com idêntico intuito — entre 1950/54 surgiu um eco vanguardista em Natal, com repercussão no Assu e em Mossoró.

Embora tal movimento haja se limitado ao âmbito reduzido de exíguas fronteiras, os seus protagonistas sonharam levá-lo, talvez, muito além dos limites do Rio Grande do Norte, dando-lhe de algum modo sua marca e lhe atribuindo qualidades artísticas e literárias que, não obstante o desejo de alguns, não possuía. Foi na época em que um modernismo ainda raquítico, mas já tardio, buscava consolidar seu predomínio. Mas por falta de veículos de divulgação, de órgão de imprensa que o acolhesse e registrasse, a semente lançada limitou-se a vingar e crescer em solo árido, produzindo seus frutos que, se não foram tão doces, alimentaram aqueles que a plantaram e os nutriram com a seiva necessária à conquista de diversas etapas.

Seus valores éticos e estéticos estavam apenas de acordo com a “modernidade” pretendida de seus idealizadores: um grupo de jovens intelectuais que viria, com o passar dos anos, a alcançar de alguma forma o seu objetivo. Este era, na verdade, a quebra do **establishment** literário da Província, atrás do qual se encastelavam, ciosos de seu saber, poetas e escritores renomados, parnasianos, românticos, “passadistas”, e tão indiferentes e surdos como rochas aos apelos artísticos dos jovens pretendentes à carreira das letras e das artes que eles não podiam entender e muito menos valorizar.

Tal movimento foi, sem dúvida, a última **revanche** do modernismo inspirado pela Semana de Arte Moderna de 22, ao qual se haviam engajado Jorge Fernandes e Luís da Câmara Cascudo, o primeiro sem o saber, e o segundo com duvidosa convicção.

Como sempre acontece na história dos movimentos literários de vanguarda, os protagonistas de Natal, defensores daquele **nouveau style**, eram apenas jovens intelectuais de rasa sedimentação cultural, porém ardentemente inspirados. Eram, em sua maioria, autodidatas em literatura e em pintura. De forma espontânea e sem acordo prévio juntar-se-iam, aos poucos, ao centro vital do ideal comum para, em conjunto, deliberarem sobre o que pretendiam, e só então descobrindo que tinham o mesmo gosto cultural e idênticas pretensões em rela-

ção ao futuro. Todos, sem exceção, eram assíduos leitores de Lorca, Faulkner, Dostoiévski, Gide, Whitman, Castro Alves, Manoel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Érico Veríssimo, Alceu Amoroso Lima e Mauro Motta, para citar apenas uns poucos nomes em meio ao universo riquíssimo de seus autores prediletos. A base filosófica em que firmavam a pretensa formação científica apoiava-se em Nietzsche, Luiz Büchner, Ernesto Renan, Heckel, John Weys, Schopenhause, Freud e Darwin, para mencionar alguns. Ortega e Gasset, e Unamuno tinham, também, em nosso meio os seus leitores.

Parece ser próprio dos jovens das culturas ocidentais, principalmente no Terceiro Mundo, subestimar os mais velhos, os quais só mais tarde, na idade madura, começam a respeitar, reconhecendo-lhes a sabedoria e o valor. Assim, partindo desse princípio, não víamos com bons olhos o admirável papel das gerações mais vividas na formação cultural do Estado. É certo que venerávamos Cascudo, mas o gigante de nossas letras era um caso a parte. Outros, como Edgar Borbosa, Américo de Oliveira Costa e Antonio Pinto de Medeiros mereciam a nossa simpatia ou afeição. Os que haviam sido bons, no entanto, eram injustamente os que há muito haviam morrido: Ferreira Itajubá, Auta de Souza, Gothardo Netto, Henrique Castriciano e Nísia Floresta. Os demais, entre mortos e vivos, bem pouco encontravam guarida no recesso de nosso senso crítico, nem apoio de nossa pretensa ilustração.

Igualmente aos paulistas de 22, éramos evidentemente antropófagos.

Na ânsia de conquistar nosso lugar ao sol, de aparecer perante o público leitor com o que acreditávamos osse literatura da melhor qualidade, esquecíamos nossas próprias limitações. Éramos, os “novos”, orgulhosos de nosso saber, arrogantes em nossas atividades, análises e julgamentos.

No entanto, apenas uns poucos dentre nós haviam dado os primeiros passos culturais em “aparecimentos esporádicos” na imprensa local, fechada demais, naquele tempo, no **Jornal do Commercio** e no **Diário de Pernambuco**, do Recife. Mas éramos irreverentes (e irrelevantes), porém obstinados e decididos. Tínhamos nossos objetivos e dispúnhamos da orientação de um líder. Chamava-se Geraldo Augusto de Carvalho, figura curiosa e maquinadora, às vezes contraditória, mas disposta a lutar por suas e nossas pretensões usando, como só ele sabia fazer, a arma do sarcasmo, da ironia e do convencimento.

Dono cioso de uma produção literária limitadíssima — e até mesmo considerado medíocre, pelos que o invejavam —, Geraldo Carvalho possuía, no entanto, muitíssimas outras qualidades, entre elas a de ser um animador ou ativista literário.

Em 1950, quando o conheci, através de meu amigo Nagib Assi, que já então pretendia estudar medicina, Geraldo lia vorazmente toda a espécie de livros que estivesse ao alcance de suas ávidas mãos e de seus olhos curiosos. Com assiduidade pouco comum frequentava, todas as tardes, as desfalcadas livrarias, os “sebos” e as bibliotecas dos

amigos. Seu contato com a turma dos “novos” era constante, e embora os incitando à irreverência mais severa aos “passadistas”, não deixava de manter boas relações de amizade com remanescentes de uma geração boêmia, despreocupada e sorridente, que tinha em Gumercindo Saraiva e Jayme Wanderley “autorizados” representantes, e em Veríssimo de Melo, então ainda muito moço, mas prestes a entrar para a Academia de Letras, a aquisição mais recente.

Em 1954, libando aos deuses e ao amor com a sua alegria de viver, elegância e performance, o poeta Abelardo Alves de Moraes levava ao exagero a nossa mui contagiante revolução cultural, inaugurando, num ato de bravura (e loucura!), a famosa **Livraria Boi Tatá**, que então se instalava em prédio localizado nas vizinhanças da **Livra Operária Potiguar**, onde no passado Ponciano Barbosa, Ferreira Itajubá e muitos outros declamaram poemas e cometeram discursos pleróticos e inflamados. A referida Livraria mostrou-se, desde o início, a servir a todos os propósitos dos “novos”. Ali se realizavam reuniões e tertúlias literárias, exposições de pintura, coquetéis e até festas de aniversário. Foi justamente ali que o poeta e pintor Newton Navarro expôs seus quadros, em Natal, pela primeira vez, e onde os perderia, quase em sua totalidade, porque os visitantes, já muito alegres com a festança e a generosidade das doses de uísque servidas por conta do Abelardo, resolveram levar o melhor da produção do novel pintor sem terem que enfrentar o desconforto de usarem as poucas reservas financeiras de seus bolsos furados.

Geraldo Carvalho foi uma figura singular. Entre seus muitos predicados destacamos a conversação fluente, a síntese perfeita na exposição de idéias, suas ou de outros, e o destaque que ele dava ao relacionamento humano a nível de amizade, além da paixão pela literatura e toda e qualquer manifestação artística partida daqueles que manifestavam gênio criativo, aptidão ou talento. Metropolitano, civilizado e poliglota, vestia-se com apuro, comportava-se com decência e era dotado de desenvoltura social e elegância urbana. Em matéria de literatura lia tudo, mas os seus autores preferidos eram sempre os melhores, embora muitos deles não constassem na relação de grandes nomes. Tinha lá seus defeitos e idiosincrasias, porém suas virtudes ultrapassavam com sobra a parte menos positiva de sua contraditória personalidade. Homem solteiro e por vezes boêmio, residia em companhia de sua mãe numa casa confortável e asseada localizada nas proximidades na Praça Pio X. Ali, em um cômodo bem amplo, exibia aos amigos, que o visitavam, a razão maior de seu orgulho: uma biblioteca com milhares de volumes editados em várias línguas. Em seus livros, posso dizê-lo, fundamentei boa parte de meus escassos conhecimentos literários.

Reunidos na biblioteca do Geraldo, conversávamos acerca de autores e de artistas. Lá encontrávamos, muitas vezes, Zila Mamede, Ferdinando Couto, Nagib Assi, José Patriota, Dorian Gray, Gilberto Avelino, Newton Navarro, Abelardo Moraes e muitos outros. Lembrome que vivíamos sonhando em fundar uma revista ou um jornal onde

pudéssemos publicar a nossa produção, pois todo o nosso problema com literatura resumia-se na falta de veículos publicitários que nos dessem guarida.

O tempo dos jornaizinhos literários havia passado com os ecos derradeiros do parnasianismo, e isso muito nos afetava já que tínhamos em geral muita coisa a dizer.

Mas o milagre aconteceu!

Quando já dispostos estávamos a fundar, arrostando seus custos, uma publicação mensal, surge Antonio Pinto de Medeiros com o **Suplemento Literário do Diário de Natal** e nos convoca. Exultamos! Aquele gesto do poeta de **Rio do Vento Norte** foi o “sésamo” do conto encantado abrindo as portas do futuro a jovens intelectuais desesperados. Acorremos em massa ao **Suplemento**, e dele fizemos a primeira trincheira da árdua batalha de escrever para todos e ser lido somente por uns poucos.

Instalado, comodamente, na direção do **Suplemento**, Antonio Pinto de Medeiros dava vazão ao sarcasmo e à irreverente ironia, que foram a tônica predominante em sua vida, escudado numa seção intitulada **O Santo Ofício**, que ele assinava com o pseudônimo de Torquemada (alusão ao grande inquisidor de nefasta memória), usando a carga toda de sua temerária mordacidade e capacidade destrutiva.

Criticava e satirizava com raro apetite de inquisidor (para não dizer de canibal) “comentamentos” infelizes de autores melodramáticos e poetas bombásticos, de parnasianos deslocados no tempo e ufanistas aspirantes aos galhardões enganosos da glória. Lenine Pinto e eu servimos-lhe de substituto ou secretário em certas ocasiões, não para escrever sua famosa coluna, mas apenas para “fechar a edição”, como se diz no jargão dos jornais.

Entre outros, colaboraram no **Suplemento Literário** os seguintes intelectuais surgidos àquela época: Gilberto Avelino, Zila Mamede, Dorian Gray, José Patriota, Miriam Coeli de Araújo, Celso da Silveira, Lenine Pinto, Aluizio Furtado de Mendonça, Newton Navarro, Ferdinando Couto, Nagib Assi, João Batista Pinto, Veríssimo de Melo e o nosso herói Geraldo Carvalho, de saudosa memória. Parece-me que Protásio Melo também foi colaborador, a meu convite, pois desde o tempo em que fui “foca” do jornal **A Ordem**, para o qual o entrevistei, mantinha com ele uma fraternal amizade.

Ao recordar aquele tempo e esses nomes, sinto ser preciso cada vez mais meditar sobre o delicado fio da existência humana, sobre a transitoriedade do homem e o destino falaz das coisas por ele idealizadas ou construídas. Símbolos tangíveis de uma realidade, que hoje mais se me assemelha a um sonho, tais nomes — que no passado formaram uma unidade de princípios comuns e de ação — terminaram dispersos, envolvidos por interesses outros, submetidos às contingências da vida ou até, em certos casos, subjugados pela intransponível circunstância da morte. Todavia, consola-me o fato de sabê-

les vitoriosos nas profissões que abraçaram e ainda fieis aos sonhos e às esperanças que foram o apanágio e a razão principal de nossa mocidade.

É estranho que entre todos aqui citados, seja precisamente Geraldo Augusto de Carvalho, líder de geração, aquele que me parece menos lembrado ou até mesmo esquecido. Não obstante tal esquecimento — em parte devido a sua separação do grupo, indo residir na Paraíba, em parte por conta de sua morte prematura—, considero-o a mola principal da engrenagem que permitiu o funcionamento daquele sistema de idéias e planos confluentes que, há quase trinta anos, produziu não somente poetas e prosadores, mas também políticos atuantes, profissionais liberais de várias categorias, pintores e escultores.

Era ele o que se pode chamar de criatura excêntrica e cheia de belos sonhos literários de pouquíssimo proveito.

Não era, evidentemente, um trágico, quando muito um ser patético, mas sua vocação para o **pathos** artístico foi, pleonasticamente definindo-o, a ênfase de paixão notória e pública com que simulou, entre expressões de sarcasmo, a íntima infelicidade, embora na verdade a agravasse mais. É que o nosso herói foi portador de uma deformidade física de algum modo penosa ou mesmo atroz. Conquanto não fosse horrendamente feio ou repulsivo, não podia evitar que aqueles que não lhe tinham estima fizessem zombaria a seu respeito. Entretanto, sua mente vivaz, trabalhada pela disciplina e pelo conhecimento, esforçou-se quanto pôde afim de superar o complexo de fealdade que tanto o atormentava.

Era ele baixinho sem ser, contudo, anão. E com apenas um metro e poucos centímetros de estatura equilibrava nos ombros respeitável cabeça, e, nas pernas curtíssimas e arqueadas, um tronco varonil. Tal aspecto incomum em quem busca o destaque, cedo lhe fez granjear o epíteto **Alcate**, para ele tão dissonante e detestado! Mas Geraldo Carvalho não era, fisicamente, apenas fealdade. Tinha olhos claros e alegres, que em certos momentos se tornavam penetrantes e ríspidos, luzindo como setas de prato sob as lentes de grau de seus óculos de armação dourada impecavelmente asseados. Seu rosto, bem formado, tinha um soberbo ar de gravidade, embora uma espécie de sagacidade concentrada por vezes nos alertasse da zombeteira velhacaria de seu espírito prevenido e ao mesmo tempo disfarçado contra os espinhos e os pedregulhos deste mundo. Por sina sua, por karma ou por capricho de um deus adverso e mordaz, um cérebro intuitivo e poderoso, que tudo percebia e tudo analisava, dominava a raquítica estrutura de seus ossos. Daí o alcance, de bem poucos conhecido, de sua insatisfação ou infelicidade.

Aquela deformação das pernas foi seu grande impecilho, de modo que não encontrou na vida uma única mulher que o tivesse aceitado como ele era. Teve uma paixão arrasadora por uma linda moça do interior à qual chegou a dirigir líricas cartas. Não seria, porém, correspondido. E assim, copiosamente amargou mais essa

desventura e essa dor. Qual o homem, no entanto, que pelo menos uma vez na vida não se tenha iludido com o amor? . . . Tal desencontro amoroso entristeceu-lhe a alma, porque feria-lhe a vaidade masculina que ele, apesar de seu grave problema físico, preservava. Mudamente sofreu, e assim foi perdendo, gradualmente, a expansividade e a esperança de se tornar, através dos predicados intelectuais e morais, compreendido ou desejado.

A decepção amorosa, o extremo desencanto que sofreu, advindo da mulher platonicamente amada, geraria nuvens tempestuosas e panoramas sombrios em seu espírito antes tão resistente aos caprichos da sorte. Em seu caso particular, tal mudança climática de humor, tornou-se-lhe praticamente insuportável. É esta uma verdade tão extrema, tão incontornável, que o fato de a haver conhecido, seguindo-a de perto, ainda hoje me desperta no espírito certa indignação mortal, sabendo como sei ter ela se constituído no motivo principal daquele *taedium vitae* que o mortificaria desde então, através dos anos, e aos poucos o afastaria dos amigos, das lides artísticas e literárias, que foram em sua vida uma outra paixão.

Ainda posso vê-lo, durante todo esse período amargo que sofreu, procurando inutilmente transformar em indiferença a inquietação, o sofrimento moral e, de resto, a angústia que lhe obliteravam o ânimo e reduziam a simples desfastio o entusiasmo de sua alma boêmia, e a um mero pulsar descompassado as grandes vibrações de seus tempos de outrora.

Em companhia das moças delicadas de **Maria Boa** e de outras tantas casas alegres de Natal daquele tempo, procurou esquecer o episódio da recusa. Já cansado, porém, das andanças noturnas, afinal compreendeu que nem mesmo os prazeres de Afrodite e Baco poriam cobro à total desilusão que havia ensombrado os dias radiantes e as noites feéricas de seu pequeno mundo.

Tudo isso, no entanto, ainda não pode ser comparado àquilo que o atingiria em seu martírio de forma virulenta e mortal, e que nenhuma generosidade arrependida pôde, de algum modo, reparar. Geraldo Carvalho haveria sobrevivido ao charco da paixão contrariada, mas não ao que em seguida lhe fizeram, talvez sem pretensões de o ferir. Atribuindo a sua autoria, alguém publicara no **Suplemento Literário** uma matéria de péssima qualidade, provocando comentário cínico e mordaz de Trerquemada. Tal fato, que a um homem em estado normal suscitaria revolta ou mesmo indignação, desencadeou em Geraldo uma verdadeira desintegração de seu auto-controle. Tratou, imediatamente, de se transferir para João Pessoa, julgando que aqui todos se lhe tinham tornado inimigos. Ele era paraibano, mas desde criança tinha vivido em Natal. Na capital da Paraíba não contava com grandes amizades, mas apenas com conterrâneos e conhecidos. Em lá chegando, porém, recebeu acolhida da intelectualidade e passou a publicar seus trabalhos no **Suplemento Literário de A União**, sem obter, contudo, a repercussão desejada.

Durante anos perdi contato com Geraldo. Informado, porém, por Manoel Lisboa, seu primo e meu amigo, de que o nosso "exilado" se encontrava enfermo, fui visitá-lo. Recebeu-me com um meio sorriso de indiferença, como alguém que se retorcede na culpa inocente e involuntária de não ter como causar ao visitante uma melhor impressão, coisa esta que a sua vaidade certamente exigia. Mesmo assim soergueu-se no leito e estirou-me uma pequena mão, muita pálida, sem vigor e sem peso, que eu apertei quase acariciando-a entre as minhas. Nossa conversação desenrolou-se, a princípio, animada, mas em seguida foi perdendo conteúdo e, ao cabo de dez minutos, tornou-se desenxabida e sem sentido. Acerca dos amigos de Natal nada lhe interessou saber. Nossos projetos literários, e os seus, também, foram omitidos, propositalmente escamoteados ou substituídos por assuntos sem nexos, sem sentido. Para quebrar o gelo, falei-lhe sobre os "velhos tempos" da *Revista de Letras* e do frustrado projeto do *Jornal dos Novos*, órgão este que não chegamos a publicar. Pareceu-me ver-lhe nos olhos um lampejo fugaz de alegria, mas em seguida seus olhos voltaram a se ensombrar, e já então nenhuma reação feliz de seu espírito foi por mim detectada em sua face pálida, imóvel, rechupada, vencida e devastada por todos os desenganos. Exangues, inexpressivos, seus lábios finos delineavam-lhe sua boca fechada e concentrada entre dois sulcos grossos de amargura. Que fugazes lembranças perpassavam em sua cabeça? Que pensamentos escondiam-se por trás das pupilas amortecidas de seus olhos?...

Dele me despedi meio sem jeito. Como tinha feito em minha chegada, novamente estendeu-me a lívida mão sem peso. Sai para a rua visivelmente perturbado, com nítida impressão que acabara de conversar com um morto ou mesmo com um fantasma.

Poucos dias depois chegaria a notícia de seu falecimento, que em verdade não me causou surpresa, pois morto em seu espírito eu o havia encontrado. Lamentei, comunicando seu desenlace aos amigos. Reunidos, vários do antigo grupo prestaram-lhe a última homenagem, lembrando-lhe a vida e destacando o papel importante que a ele coube desempenhar no movimento literário do qual participamos.

De tudo quanto Geraldo Carvalho escreveu, resta apenas lembrado *O Memino Azul*, conto surrealista de apreciáveis qualidades artísticas e literárias. Todavia, a parte melhor de sua produção — a que não foi publicada — perdeu-se, provavelmente, entre escritos inéditos e engavetados em alguma de suas várias estantes empilhadas de livros. Mas a sua verdadeira virtude não era a de escritor. Era ele um líder, um animador persistente e vibrante de movimentos artísticos, um exímio orientador e crítico, ao mesmo tempo, de jovens literatos. E é nesta condição que o relembro, fazendo-o, sinceramente, com carinho.

**Homenagem à memória de José Tavares**

**Discurso de RAUL FERNANDES**

**Senhores Acadêmicos**

**Exmas. Senhoras**

**Meus Senhores**

1. Introdução

2. Objetivos

3. Metodologia

4. Resultados

5. Conclusões

6. Referências

A Academia Norte-Rio-Grandense de Letras abre suas portas para homenagear o confrade José Tavares, desaparecido há poucos meses.

Solidário a esta sessão de saudade participa o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, na pessoa do seu Presidente Enélio Petrovich. Figura compreensiva e lidadora de nossas instituições culturais.

Não pude fugir ao apelo do nosso ilustre Presidente Diógenes da Cunha Lima. É confortante falar sobre um amigo dedicado e companheiro de profissão.

Perdemos valoroso consorte. Conforme as normas de nossa agremiação aqui estamos para lembrar os seus sublimes méritos, ainda vivos na mente daqueles que o conheceram.

Inveterado leitor de bons livros, era sempre ouvido com atenção, pelas luzes propaladas.

Tavares formou-se em 1926, na Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro. Em Natal, trabalhou no Hospital Juvino Barreto, único nosocômio do Estado. Foi pioneiro da cirurgia. Em 1934, entrou na política. Eleito deputado estadual, permaneceu dois anos no cargo, em consequência da instalação do Estado Novo.

Perdeu oficialmente a direção do Serviço de Cirurgia, porém continuava sempre presente com o seu trabalho. Convidado pelo Diretor Januário Cicco, passou a chefiar o serviço de Pronto Socorro do Hospital que tomou o nome de "Miguel Couto".

Em 1947, lecionou anatomia nas Faculdades de Farmácia e de Odontologia de Natal. Salários irrisórios não alteravam sua dedicação.

Estudioso. Falava alemão e francês, e conhecia outros idiomas.

Na minha primeira viagem a Alemanha, encareceu-me a assinatura de revistas médicas, para manter conhecimentos atualizados.

Recebia com prazer colegas que o procuravam. Esclarecia as dúvidas formando verdadeiras juntas médicas. Atendia pacientes no consultório ou em casa, sem pensar na parte financeira. Preocupação exclusiva, salvar uma vida. Dedicado aos doentes, seu lema era a caridade.

Há mais de dois mil anos, Hipócrates determinou certas normas aos jovens médicos, seguidas até hoje. Prestar juramento de ser fiel aos preceitos de honestidade, de caridade e da ciência.

Naqueles idos, a medicina estava nas mãos dos sacerdotes de Esculápio, o deus da cura. Pacientes iam ao Templo procurá-los, a fim de conseguirem os favores dos deuses. Teriam saúde conforme as oferendas. O erudito Mestre da Medicina, reconheceu não poder se opor a este sentimento popular. Entre outras assertivas, colocava o cirurgião em pedestal mais alto do que o do clínico. É chamado pai da medicina moderna. Nosso amigo Tavares foi seu exemplar seguidor.

A convite do Instituto Germano-Ibero-Americano tivemos a oportunidade de viajar a Alemanha e Austria. Formávamos o grupo de médicos e professores do Brasil e de Portugal.

Visitou vários países, em estudo. Voltou a Europa. Estagiou na América do Norte e duas vezes na Argentina.

Fez curso intensivo em São Paulo, sob a direção de Godoy Moreira, nos Serviços de Clínica ortopédica e Traumatológica da Faculdade de Medicina. Frequentou também os de Cirurgia Cardíaca e Gastroenterologia. No Rio, foi discípulo do Prof. Fernando Paulino, na Policlínica Geral do Rio de Janeiro.

Levado ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, pelo ex-presidente perpétuo Nestor dos Santos Lima, Tavares permaneceu como membro da Comissão da Fazenda e Orçamento. O atual diretor Enélio Petrovich batizou esta instituição de "Casa da Memória".

Duas vezes foi diretor da Saúde Pública do Estado. Presidente da Liga Norte-Rio-Grandense contra o Câncer. Cargo que ocupou com desvelo durante sua vida.

Em 1964, preencheu o quadro da nossa Academia de Letras. Na cadeira n.º 38 escolheu o patrono, o colega de turma Dr. Luiz Antonio. Figura destacada nos meios culturais. Educador e clínico dos mais famosos.

No discurso de posse, Tavares enalteceu o seu candidato. Onofre Lopes na saudação feita ao novo acadêmico afirmou que o jovem confrade, "trouxe o ideal da cultura de seu tempo". Mereceu os aplausos dos que o elegeram.

Neste momento de recordações, registro quatro de seus discursos editados pelo Departamento de Educação e Cultura da UFRN, em virtude do valor histórico. São eles — "Inauguração do Serviço de Pronto Socorro" — "Instalação da Faculdade de Medicina" — "Aula Inaugural da Cadeira de Clínica Cirúrgica" — "Cinquentenário do Hospital das Clínicas".

Outro valioso trabalho editado em 1955 — "Algumas considerações em torno do Câncer".

Entre os títulos destacam-se a comenda oficial de Mérito Médico, concedida pelo Presidente Castelo Branco e o de Professor Emérito da Universidade.

Nos últimos anos de vida, impossibilitado de andar pela diabetes que o torturava, passava o dia numa rede, em sua biblioteca. Os livros ao alcance da mão eram os companheiros silenciosos, que deleitavam sua alma.

Preocupado com a família, educou os filhos Ciro Tavares, bacharel em Direito, advogado e Walter, médico-anestesiologista.

Vale ressaltar, para melhor conhecimento de sua personalidade, a leitura de alguns trechos de seu discurso na posse de chefe do Pronto Socorro, do Hospital.

"Confesso que não é do meu feitio, ser chefe. Não tenho pendor para isso, pois, chefiar significa mandar e ordenar. Gosto da disciplina, mas tenho horror á hierarquia. A disciplina é a obediência á lei, aos regulamentos, isto é, ao que está estatuído pela vontade soberana de uma maioria e ninguém se deve sentir humilhado

no cumprimento da disciplina. A hierarquia é a negação da igualdade, é o desnivelamento no seio de uma comunidade e por mais suave que ela seja, há sempre um vislumbre de mando e predomínio. Entre nós, colegas, não devem existir tais diferenças, senão o espírito da mais pura cordialidade, harmonia e desejo firme de colaboração”.

“No labor cotidiano da medicina de urgência, os médicos ainda revivem o exemplo dos nossos antepassados, quando o exercício da medicina daquele tempo era mais um sacerdócio do que uma profissão remuneradora”.

E continua o amigo Tavares:

“A nossa missão é complexa, temos de estar a par de toda a medicina, solucionar todos os casos, desde os mais banais até os mais intrincados, e isso dentro de um curto lapso de tempo compatível com a vida dos pacientes, sendo que às vezes não há tempo sequer de consultar um livro ou uma conferência médica. E esses casos constituem verdadeiros testes onde a inteligência, a decisão e a capacidade profissional são postos a prova”.

“O prazo sempre foi uma instituição legal. Em qualquer esfera de atividade humana, há sempre um prazo para solução dos problemas. O clínico, depois de medicar seu doente, volta à casa, pede tranquilamente esclarecimentos à sua biblioteca e com essa conduta alcança mais probabilidade de êxito. O engenheiro, o advogado e o juiz são sempre favorecidos por esse elemento precioso, o tempo, com o qual desempenham calma e serenamente os seus mistérios. A nós médicos de Pronto Socorro, quase sempre nos é vedado esse direito, isto é, o de traçar a nossa conduta nos conselhos da meditação”.

E assim, Tavares concluiu:

“Em todas as profissões, há sempre uma compensação de ordem espiritual que é sentir esse prazer íntimo, quando nossa tarefa é coroada de êxito. A medicina de urgência neste aspecto psicológico é particularmente ingrata. Apesar de nossa abnegação e devotamento não logramos às vezes, alcançar a felicidade de sentir a alegria do triunfo sobre a morte, alegria essa que, por vezes, é a única recompensa para aqueles que exercem a profissão médica”.

Senhores acadêmicos. Nesta hora de tristeza, não cabe medir maiores extensões de sua vida, como político, médico e professor. Confrades, amigos e familiares reverenciam hoje sua sabedoria e humildade.

Rendo ao ilustre colega neste augusto cenáculo, minha homenagem de saudade.



**Palavras de agradecimento do Advogado Ciro José Tavares da Silva  
por ocasião da homenagem à memória do Acadêmico José Tavares  
da Silva, prestada pela Academia Norte-Riograndense de Letras**



**“A onda do coração não espumaria tão bela e transformar-se-ia em espírito, se o velho rochedo mudo do destino não se lhe opusesse.”**

Os versos de Holderlin, pinçados a Stefan Zweig, no ensaio biográfico Romain Rolland, cuja repetição diuturna faço como se fosse uma oração, têm sido, ao mesmo tempo, o bálsamo que alivia e o alimento que fortalece meu espírito ainda agastado pelo inconformismo natural da perda irreparável.

A Academia, reverenciando sua memória, paradoxalmente reabre-me as feridas. Não me contava a menor vaidade, vendo serem redescobertos seus méritos e qualidades. Disciplinam-me as emoções varrendo orgulhos, normalmente nestes momentos reduzidos a partículas invisíveis. Será preferível utilizar os fragmentos e escorar minhas ruínas, a exemplo de Eliot no seu “Terra Desolada”. Mais gratificante assumir, nesta hora, a personalidade de um “shanachie”, pleno de “poteen” e viajar imaginando ter, na palma da mão, o infinito e a eternidade por um único instante.

A Academia volta a reverenciar. Já o fizera no dia do seu sepultamento, através de Gilberto Avelino, embalando sua palavra poética ao sabor da triste brisa entardecida de agosto. Hoje, por intermédio de Raul Fernandes, um dos seus colegas mais próximos e mais estimados. O constante companheiro das alegres noites vienenses no Grinzing. A permanente companhia, observadora e loquaz, nos descontraídos passeios berlinenses à sombra das árvores crescidas ao longo da Unter den Linden. Tenho, em consequência, razões suficientes para sentir-me arrastado ao misterioso país das lágrimas de Exupéry. Agradeço-lhes, pois, duas vezes, pedindo permissão para ser, num único instante, um saudoso “shanachie”.

Onde está Tavares?

A pergunta feita pelo médico Otávio Vaz a outros colegas brasileiros, à porta de um hospital em New York, não causaria espécie se a resposta não contivesse o episódio repetitivo que espelha, com absoluta fidelidade, a personalidade e a vida do meu pai. O cirurgião Jorge Martins que integrava a equipe e já detectara alguns dos seus hábitos, informou que iria buscá-lo, afastando-se do ambiente rumo ao centro cirúrgico. Ali, debruçado sobre a proteção de vidro que separa

a sala do anfiteatro, num nível superior, inteiramente alheio a qualquer movimento circunvizinho, entregue à sua imortedoura paixão, estava o retardatário “pau de arara”, assim carinhosamente apelidado pelo grupo. As ponderações de Jorge Martins entravam por um ouvido e saíam pelo outro, com um agravante: era preciso cautela e resistência para não se deixar seduzir.

A contra-argumentação vibrante e incisiva poderia levá-lo a permanecer no local. A muito custo conseguiu. No trajeto, até à saída, não obstante a contrariedade, falava sem cessar do que tinha visto, num entusiasmo quase juvenil. Francisco Arduino dizia com propriedade: “Tavares, isso não é mais uma cachaça. É uma doença!”

O renomado Mariano de Andrade, igualmente vítima de fatos dessa natureza, durante viagem de seis meses que fizeram aos Estados Unidos, afirmou-me recentemente que ainda estava por nascer alguém mais fascinado por uma sala de cirurgia. Certa feita, Onofre Lopes confienciava à minha mãe: “Se pudesse, Tavares traria a sala de operações para dentro de casa. Minha mãe, Walter e eu aprendemos a não fazer conta do tempo, no que respeitava às suas atividades profissionais. As viagens eram longas. As notícias esparsas. Um Parsifal moderno na busca permanente do seu cálice sagrado. Hoje, voltado para o passado, reconheço ter sido ele portador da mais bendita, pura e doce das irresponsabilidades curar o próximo sem limitar fronteiras sociais e sem visar o crescimento de bens materiais. A falta de estatísticas não me autoriza, porém, estou convencido de que terá servido muito mais aos pobres do que àqueles que poderiam remunerá-lo. Sua grande riqueza foi a paixão pela medicina, transformada numa fonte interminável de ambições intelectuais. Na verdade, meu pai refletia o pragmático raciocínio de Samuel Taylor Coleridge, considerando que “a totalidade do saber era o seu mundo.”

É certo, também, que o brilho de suas vitórias acabou eclipsado pelos duros revesses sofridos nos últimos vinte anos. Abro um parêntese para informar que esta é uma observação de cunho filosófico inteiramente pessoal. A lei, por ser má ou generosa, reduziu-lhe à kelseniana condição do relativamente inativo. Dispunha, ainda, de inteligência e vigor necessários para exercer a medicina.

Espremido pelo dispositivo legal que, compulsória e contraditoriamente viera puni-lo sob forma de prêmio, abandona a clínica. O ato violento no entanto não extingue a chama que queima e a paixão persiste. Continua sedento e morrendo de amores. Assemelha-se às ondas das marés que, apesar de renovadas pelos dias, acabam envelhecidas nas areias das antigas praias. Frequenta, habitualmente, o hospital. Colaboradores de todos os níveis tratam-no carinhosamente. Há defecções, é certo, mas o que fazer? São famosas e inesquecíveis as discussões acentecidas no serviço de Otorrinolaringologia, entre o chefe, Raul Fernandes, e sua pessoa.

Sempre atualizado, acompanha cada vez com mais inquietude a avassaladora inchação do leviatã governamental que transforma a medicina, a arte dos deuses, num negócio de bárbaros, cuja conquista do cliente é feita, muitas vezes, ao arrepio da ética.

Os mais experientes e sofridos talvez possam dimensionar o significado de assistir-se à desintegração cotidiana da parte mais útil do seu ser. Enquanto isso, no longínquo horizonte dos seus dias, formam-se as nuvens das dificuldades. O bom cirurgião alia ao seu conhecimento clínico, coragem, habilidade manual e boa visão. Dispõe das três características até o dia em que começam a desabar as intermináveis tempestades. Um acidente provoca o deslocamento da retina esquerda, afastando-o em definitivo do campo operatório. Limita-se a ser mero espectador. E como se um apenas não bastasse, advem-lhe o segundo, agora na visão direita. De observador interessado regride a ouvinte atento.

Acentuam-se, por outro lado, seus problemas de locomoção. Ronda as fatigantes veredas de um labirinto de restrições, cuja saída apresentará o isolacionismo. Não o abraça porque impedido pela esposa, pelos filhos e amigos mais chegados. Suplanta sua liberdade de ir e vir conversando amiudamente com seus mestres silenciosos. A lupa que o auxilia está sempre ao alcance das mãos, nos bolsos dos robes de chambre ou na prateleira da estante, vizinha à rede permanentemente estendida no seu quarto biblioteca.

Numa madrugada de início de 1983 o inesperado asseta-lhe golpe brutal. Sua viga principal rompe e o colosso verga. Toda estrutura de apoio é uma quimera. Perde a esposa, vítima de edema agudo do pulmão. Perde, também o equilíbrio e transpõe, finalmente, os umbrais da porta de sua grande e incontrolável solidão.

Este Laertes redivido e privilegiada estrela pertencente ao universo de Coleridge, identifica sua trajetória à do Velho Marinheiro da balada do poeta inglês.

“Dia após dia, dia após dia,  
sepultamo-nos sem ar, sem movimento.  
Inútil barco imaginário navegando um  
“oceano pintado.

Água, água por toda parte,  
encolhe o frágil madeirame;  
Água, água por toda parte,  
nenhuma gota para beber.

Girando em redor, na noite, o fogo da morte  
dança;

Como óleos de feiticeiras, a água  
arde verde e azul e branca.”

Se bem que tentasse escapar, retornava sempre à estrada solitária, caminhando temeroso e sabendo que o inimigo terrível, de perto, acompanha-lhe os passos. Minha impressão pessoal é a de que se abandonou à própria sorte. A vida já não fazia sentido. Vão rareando os amigos mais caros. Morrem Mariano Coelho e Onofre Lopes. Dos conquistadores de outrora restam-lhe Raul Fernandes e Clovis Travassos Salinho.

Em março de 1986 explode seu armagedon que tem a duração de cinco meses. Não sei se errada ou acertadamente, ainda injetei-lhe esperanças e povoei-me de sonhos. Habituará-me com uma visão e contemplava outra. Gostaria de ver reproduzido no seu corpo alquebrado o espírito imbatível do próprio Santiago de Ernest Hemingway e não a vela do seu barco que de tantos remendos recebidos mais parecia a bandeira de uma derrota permanente. Seus males anoíteciam e despertavam sob formas diferentes, sem a menor trégua. E foi dormindo que se deixou transportar na mesma biga veloz que conduziu Vênus a Pafos, para nunca mais ser vista.

Onde está Tavares?

Apuremos a audição para escutar a voz forte vinda de coração tão manso. Estreitemos nosso olhar para reviver a figura robusta transitando rapidamente corredores para atender urgências, adentrando enfermarias para aliviar dores. Revitalizemos nossa memória para ressuscitar o menor e o mais humilde de seus ensinamentos.

Se conseguirmos tudo isso, responderemos que ele está aqui. Nas Academias, onde jamais se morre, habitará sempre o espírito de Eugene O'Neill em Uma lua para os mal nascidos:

“Não há presente, nem futuro — só o passado acontece e torna a acontecer — agora.”

## RELEMBRANDO JOÃO MEDEIROS FILHO

Veríssimo de Melo

A Academia Norte-Rio-Grandense de Letras presta, no dia de hoje, sua homenagem de profunda saudade à memória do companheiro inesquecível, que foi João Medeiros Filho. Jurista e advogado culto e competente, jornalista político destemido e brilhante, escritor de méritos incontestáveis, homem de personalidade singular, João Medeiros Filho, através de seus livros e sua palavra ardente de inteligência e sabedoria, marcou uma época na vida judiciária e cultural de nossa terra.

Nós tivemos a honra de saudá-lo, em nome desta Academia, no dia 27 de agosto de 1971, quando de seu ingresso nesta instituição. Foi o primeiro ocupante da cadeira n.º 36, de que é patrono o jurista Benício Filho. Frise-se, desde logo, que a nossa escolha foi sugestão dele próprio, como permitem as normas acadêmicas. Indicação que talvez se explique pelo convívio amistoso de muitos anos e relacionamento tradicional de nossas famílias. Moramos na mesma rua — a velha Vigário Bartolomeu — e trabalhamos juntos no jornal “A República”. Ele ocupando a posição mais alta daquele órgão da imprensa natalense — era o diretor — já pela segunda vez, nós, simples reporter e noticiarista. João Medeiros Filho tinha essa virtude — além de tantas outras — a de identificar-se com as pessoas mais humildes. Era do seu feitio. Por iniciativa de um grupo de jornalistas, na época, fundamos ali a Associação Norte-Rio-Grandense de Imprensa, sendo eleito, ele, o seu primeiro presidente.

A vida pública de João Medeiros Filho está assinalada pela sua presença em cargos da maior responsabilidade social e política. Ele era bi-estadual — como gostamos de dizer. Nascido em Campina Grande, na Paraíba, viveu quase toda a sua vida no Rio Grande do Norte. Logo depois de formado, exerceu o cargo de Delegado de Ordem Social e Política da Paraíba, e, logo a seguir, o de Chefe de Polícia do vizinho Estado, como também diretor do jornal oficial “A União”. No Rio Grande do Norte foi Chefe de Polícia no Governo Rafael Fernandes, e, mais adiante, diretor do Jornal “A República”. Aqui e lá, além de enérgico e zeloso guardião da ordem política e social, foi jornalista político destemido e fiel aos ideais dos governos aos quais servia. Disse, a esse respeito, no programa “Memória Viva”,

da nossa IV-Universitária: "Não distingo os homens pela cor política. Mas, se tomo um rumo político, neste ou naquele sentido, não existe amizade que me demova dos compromissos assumidos." Escrevia editoriais sisudos ou virulentos, conforme sopravam os ventos da política partidária, na época, mas sempre que possível escrevia crônicas deliciosas de humor e inteligências. Uma delas, que o povo intitulou de "Os Meus Chinelos", publicada na "A República", ficou famosa. Página de memória, ele relembrava a pequena felicidade, ao chegar à casa, à noite, após dia duro de trabalho, e poder encontrar seus chinelos ao lado da cama. Era tudo o que desejava. Muitas vezes, porém, seu sonho modesto era violentado, porque seus filhos ou netos os arrastavam para debaixo da cama, obrigando-o a enorme esforço físico. Por isso, certo dia, foi buscar um marceneiro, que trabalhava no Beco da Lama, para circular, com madeira, toda a parte de baixo da cama. Nunca mais encontrou seus chinelos fora do lugar certo...

Sempre admiramos em João Medeiros Filho a personalidade forte e ativa. Dizia-nos, em várias oportunidades, que só desejara ter uma atividade na vida: ser advogado e só advogado. E ele o foi em toda a plenitude da profissão nobre e árdua. No programa "Memória Viva", já aos setenta e seis anos, exclamava: "Eu estou onde o dever me chama. E vou aonde a obrigação profissional me leva. Naturalmente, restrinji a minha advocacia, porque não tenho mais aquele entusiasmo, aquele fogo da mocidade."

Criminalista e civilista dos mais ilustres que desfilaram pelo nosso Forum, nos últimos cinquenta anos, deixou legenda de batalhas e vitórias memoráveis. Brilhou vezes sem conta no nosso júri popular, enfrentando adversários valorosos desta e de outras capitais brasileiras. Às vezes, deblaterava contra a cidade inteira, na defesa dos seus pontos-de-vista. E sempre se houve, em todos os momentos, com absoluta correção e inquebrantável intransigência. Era estudioso atento e minucioso dos fatos nos processos, ilustrando suas petições, contestações e razões de direito com a melhor doutrina e sábia jurisprudência. Muitos dos seus livros de direito foram desenvolvimentos de teses que levantara como advogado militante em nosso Forum. Um deles, considerado hoje clássico na matéria, é o que se intitula "IMPEACHMENT E CRIME DE RESPONSABILIDADE DOS PREFEITOS MUNICIPAIS" (1979). Como igualmente dois outros ensaios dele, o livro "ERRO ESSENCIAL DE PESSOA" (1954) e "PRESUNÇÕES E INDÍCIOS EM MATÉRIA PENAL" (1977) vêm sendo considerados como obras fundamentais na moderna bibliografia jurídica no país.

A forma com que vasava seus pareceres, como semelhantemente seus artigos de jornais, era sempre a mais escorreita possível. Esmerava-se tanto no escrever quanto no falar. Foi orador eloquente, de voz vibrante e timbre agradável, destacando-se pela vasta cultura jurídica e objetividade na argumentação lúcida e incisiva.

No seu último livro, "CONTRIBUIÇÃO A HISTÓRIA INTELECTUAL DO RIO GRANDE DO NORTE" — para se ter idéia do seu rigorismo em relação ao vernáculo — registra à página 79 o seguinte: "Uma pessoa escreveu-me uma carta fazendo este cumprimento: "Saúdo-lhe". Não lemos a carta." Como se vê, ele era mais do que rigoroso. Era radical em relação à boa linguagem.

Nascido a 30 de julho de 1904 formou-se João Medeiros Filho pela Faculdade de Direito do Recife, turma de 1927. Vindo jovem para o Rio Grande do Norte, aqui ocupou os cargos de Promotor de Justiça nas comarcas de Jardim do Seridó e Natal, tendo exercido o mesmo cargo em Cajazeiras, na Paraíba, de onde também foi Prefeito. No Rio de Janeiro, quando estudante, tentou a Escola Militar de Realengo, engajando-se durante um ano. Em 1925 ingressou na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, cursando o primeiro ano. Depois transferiu-se à Faculdade de Direito do Recife.

Além dos cargos públicos mencionados, distinguiu-se João Medeiros Filho por ter exercido aqui os cargos de Presidente da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Norte, em dois biênios; Inspetor do Ensino Secundário; Consultor Jurídico do Estado; professor de Português do Colégio Estadual; presidente do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Norte, membro nato do Conselho da Ordem dos Advogados, seccão deste Estado, e representante do Conselho Federal da mesma entidade.

Chefe de Polícia em 1935, no nosso Estado, enfrentou João Medeiros Filho com dessassombro e firmeza a intentona comunista. Foi preso e quase levado a um batalhão de fuzilamento, não fosse sua altivez e vivacidade na argumentação, com a ajuda do cabo Adalberto Cunha, seu amigo. Em dois livros, "MEU DEPOIMENTO" (Sobre a Intentona Comunista) 1941 — e "82 HORAS DE SUBVERSÃO (INTENTONA COMUNISTA) 1980, documentou amplamente sua participação no episódio, polemizando sobre fatos e pessoas. Seus livros, na espécie, são hoje fontes permanentes de consultas sobre aquele acontecimento revolucionário.

Por algum tempo, João Medeiros Filho exerceu cargos públicos fora do Estado, como o de Assessor da Confederação Nacional do Comércio, no Rio de Janeiro; Superintendente de Coordenação do Departamento Federal de Segurança Pública, em Brasília; diretor de Polícia Civil no mesmo Distrito Federal; e professor da Academia Nacional de Polícia. Aposentou-se no alto cargo de Procurador Geral do Estado, em 1966, após desempenhar o cargo de Promotor Público em Mossoró.

João Medeiros Filho dignificou todas as missões para as quais foi convocado. Pela competência profissional, experiência e inteligência fulgurante, brilhou em todas elas. Foi — repetimos — orador no-

tável, um dos maiores do nosso Forum. Sua palavra era aguardada com justa expectativa pelos que acompanhavam as contendas judiciais em nossa terra. Sabia dosar a cultura com a ironia — arma terrível que utilizava nos momentos certos, oportunos, contra seus opositores. Ninguém lhe resistia às chispas da ironia forense. Dotado de bom humor à flor da pele, deixou uma série de “blagues” inteligentes em nossa terra. Sabia dosar a cultura com a ironia — arma com justa expectativa pelos que acompanhavam as contendas judiciais, um dos maiores do nosso Forum. Sua palavra era aguardada com justa expectativa pelos que acompanhavam as contendas judiciais, outras ácidas, sobretudo contra seu alvo predileto: advogados, juizes, jurados.

No discurso com o qual o recebemos nesta Academia, relembra-me pitoresco incidente num júri. Quando falava, surpreendeu o jurado poeta Jaime dos Guimarães Wanderley, saudoso acadêmico, dormindo a sono solto, como se diz, em plena sessão... Imediatamente, batendo com violência em sua tribuna, exclamou:

— A Justiça não dorme!

O nosso poeta acordou sobressaltado...

Há uma página que escreveu em homenagem a Luis da Câmara Cascudo, na revista “PROVÍNCIA”, que é antológica. Além da análise do intelectual e do amigo, oferece-nos depoimento curioso. Combinara com Cascudo, após conferência que o mesmo faria em Jardim do Seridó, tomar umas cervejas em modesta mercearia das proximidades. A conferência prolongara-se pela noite e João Medeiros Filho aguardava, Cascudo, ansioso, já à porta do Grupo Escolar. O proprietário da mercearia ameaçava fechá-la, face ao adiantado da hora. Ao finalizar a conferência, vencendo a multidão, João Medeiros Filho aproximou-se de Cascudo e disse-lhe ao ouvido:

— Cascudo, vai fechar!

Era a senha inadiável. A mercearia ia fechar e não haveria mais o encontro das cervejas... Descreve, então, o que ocorreu: “E saímos, eu, na frente, Cascudo atrás, e Fernando Luis seu filho, em seguida. Tudo isso, sabe Deus como aos cumprimentos, apertos de mão, abraços, na maior sofreguidão. Da porta do Grupo começamos a maratona, em fila indiana, com a adesão de um soldado que estava à nossa disposição, o qual supunha haver alguma alteração da ordem... até que apontamos ao bom porto, que a agulha de marear havia indicado...”

Nos últimos anos, João Medeiros Filho — mais por ironia, evidentemente — estranhava que jovens advogados natalenses ostentassem luxo fora do comum em seus escritórios, enquanto ele, advogado velho e revelho — como dizia — continuasse pobre. Confidenciou-nos, a esse propósito, certa vez, em tom de pilhéria:

— O José Rocha, por exemplo, está rico. Estive no escritório dele. Tem não sei quantas secretárias. É um escritório de luxo, de não sei quantos andares. Eu trabalho há cinquenta anos e não tenho nada.

“E observava: “E olhe que o José Rocha trabalha nos subúrbios do Direito.” (Referia-se ao Direito Trabalhista).

João Medeiros Filho foi, de fato, trabalhador infatigável. Passava noites e noites debruçado sobre seus livros, na biblioteca, pesquisando, para poder fundamentar seus trabalhos jurídicos ou literários. Ia, às últimas consequências nesse processo de investigação do Direito e da Jurisprudência. Entretanto, nas suas horas de lazer, era também intransigente na defesa de sua privacidade. Não admitia, em hipótese nenhuma, ser interrompido nesses momentos, mesmo que estivesse numa mesa de bar, como presenciamos.

João Medeiros Filho deixou valiosa bibliografia — vinte livros — além de incontáveis artigos e crônicas publicados esparsamente em nossa imprensa, abordando os mais diversos temas sociais, jurídicos, políticos, literários. Eis os títulos principais, além dos já citados: “NOTAS DE UM PROMOTOR PÚBLICO” 1933; “ELOGIO DE UM JURISTA”, 1936. “MORTE POR ELECTROPLESSÃO”, 1937; “DEBATE JUDICIÁRIO EM TORNO DO PROBLEMA DA LEPROSA”, 1941; “DISCURSOS E CRÔNICAS”, 1941; “TERRAS DEVOLUTAS”, 1942; “O DEVER DO ADVOGADO EM MATÉRIA CRIMINAL”, 1943; “AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO”, 1943; “LIQUIDAÇÃO DAS DÍVIDAS DOS PECUARISTAS”, 1950; “ANULACÃO DE CASAMENTO POR DOENÇA MENTAL”, 1951. “APOSENTADORIA COMPULSÓRIA DE MAGISTRADO”, 1952; “REAJUSTE PECUÁRIO”, 1953; “O DIREITO E AS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS”, 1958; “CADERNOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO”, 1966; e “EM DEFESA DA FACULDADE DE DIREITO”; 1978.

Dedicado à família, João Medeiros Filho casou-se duas vezes. A primeira, com d. Maria de Lourdes Fernandes de Medeiros, tendo desse consórcio dois filhos: dr. Jomar Fernandes de Medeiros, juiz de direito em Natal; e Maria de Lourdes Medeiros Guimarães, residente em Brasília. Enviuvando, casou-se em segundas núpcias com a prof. Etelvina Cortez Emerenciano de Medeiros, que lhe deu os seguintes filhos: dr. João Medeiros Neto, dra. Zélia Emerenciano de Medeiros, Thelma Lúcia de Medeiros Lira; Fernando Luiz Emerenciano de Medeiros; Carlos Alfredo Emerenciano de Medeiros; e Tânia Medeiros Philip, residente nos Estados Unidos. Dos dois enlances, teve João Medeiros Filho vinte e dois netos e dez bisnetos.

Em fins da década de sessenta, ele adquiriu confortável casa na Redinha, transferindo-se com armas e bagagens para a sua “ilha” — como chamava. Adorava a praia, o clima ameno, recebendo, muitas vezes, aos domingos amigos para bate-papos. Tendo vencido importante causa contra o Estado, gostava de dizer aos íntimos — pilheriando — que, logo recebesse os honorários, se isolaria definitivamente em sua “ilha”, como Robinsn Crusoe colocando à entrada de sua residência um guarda armado de metralhadora. Ninguém ali entraria mais para tartar de problemas jurídicos. Não aceitaria mais qualquer causa.

A não ser — faria uma excessão — se alguém tivesse assassinado certo diretor de jornal da terra, que recusara publicar seus artigos... Nesse caso, defenderia o homicida de graça.

João Medeiros Filho tinha horror à velhice. Antecipando-se à declaração famosa do Ministro Eduardo Portela, dizia que estava velho, mas não era velho — conforme lembrou seu filho dr. Jomar Fernandes de Medeiros no belo discurso com o qual agradeceu a palestra do prof. João Batista Pinheiro Cabral, no Instituto Histórico e Geográfico, em memória do seu ilustre pai. E, em verdade, todos que o conheceram de perto sabem que ele jamais teve comportamento de velho. Era espírito moço, alegre, irrequieto, bem humorado sempre. No programa “Memória Viva” chegou a declarar, de viva voz — embora já contasse, na época, setenta e seis anos: “... não sou velho ainda, porque tenho a mente lúcida. Dizia o escritor Bernard Shaw que o homem só fica velho quando, ao passar por ele uma mulher bonita rebolando, ele não olha. Eu sou ainda moço, porque gosto de ver as mulheres bonitas.”

No dia em que completou oitenta anos, fomos cumprimentá-lo na Redinha. Levamos de presente um livro do filósofo Ortega y Gasset. Nossa preocupação foi a dedicatória no livro. Não deveria falar, de maneira nenhuma, em oitenta anos... Como resolver o problema? Escrevemos, então, esta dedicatória, que ele leu na nossa presença e achou ótima. Dizia assim: “Ao grande Mestre João Medeiros Filho que, nesta data, com extraordinário vigor físico e intelectual, repete os seus quarenta anos, oferece (a) Veríssimo de Melo.”

Em recente e espontâneo depoimento, na “Tribuna do Norte”, 2.3.1988 — o brilhante jornalista Dorian Jorge Freire lembrou a ausência do nosso homenageado, após um ano de sua morte. E escreveu com propriedade e justiça: “Um ano sem João Medeiros Filho. Quantos anos sem Câmara Cascudo? Quantos sem Djalma Marinho? Não houve preenchimento de vazios. Houve, isto sim, a compreensão da extensão e da profundidade do vácuo aberto. Os artigos bem feitos e assépticos de João Medeiros Filho, aquela sua gravidade de homem de bem, os seus domínios na Redinha, as amizades eletivas, a cultura bem preparada, o talento, as ardências. Conheci-o menos que o desejável. Ele promotor em Mossoró. Admirei-o sempre. Aquela sua compostura. A lavra certa na hora certa. A larga compreensão da vida e dos homens. A relatividade das coisas. Não era homem de intimidades fáceis, de leviandades. Era um homem. Um patrimônio da nossa cultura jurídica, histórica, literária. Um ano sem ele — termina Dorian Jorge Freire — mostra, plenamente, a falta de sua presença. Natal seria melhor com ele.”

Seu canto de cisne, último livro publicado, “CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA INTELLECTUAL DO RIO GRANDE DO NORTE”, (1983) — foi um hino de despedida aos homens que fizeram ou fazem a grandeza intelectual da nossa terra. Acompanhamos de perto, durante anos,

suas preocupações em situar cada autor dentro de suas especializações, dosando a contribuição de cada escritor, poeta, historiador, jurista, cientista — segundo o seu entendimento. Aquele livro foi ampliação, em grande estilo, do seu discurso de posse nesta Academia. Além da interpretação isenta em torno de valores reais da cultura norte-riograndense, João Medeiros Filho quis deixar um pouco do seu amor ao nosso Estado. Foi até generoso e fraterno em relação a certas figuras — como no nosso caso — mas esse gesto não chega a deslustrar o mérito geral da obra, que é, em verdade, fonte valiosa e útil de informações sobre homens e livros do Rio Grande do Norte.

Muito teríamos ainda a dizer sobre o saudoso mestre, não fosse este um discurso formalístico, para atender às determinações estatutárias. Todavia, é possível que mais tarde possamos voltar ao tema rico e fascinante, que é a personalidade de João Medeiros Filho. Sobretudo em relação a esta Academia, que ele honrou com sua palavra de humanista e de jurista do mais alto valor, deixando-nos, com sua ausência, imensa saudade.

Suas últimas palavras, no programa “MEMÓRIA VIVA”, foram estas: “Num sentido geral, sou um homem realizado e feliz, desejando viver mais alguns anos para poder realizar os planos que tenho de servir, de ser mais útil ao Rio Grande do Norte”. Observem: essa fixação de João Medeiros Filho no sentido de servir melhor ao Rio Grande do Norte foi a tônica de todos os seus pronunciamentos mais importantes. E não somos nós, apenas, que reafirmamos que ele foi útil, profundamente útil à nossa terra. A cidade do Natal — que ele tanto amou — sabe a dimensão e o valor de sua contribuição à nossa cultura. Pelo seu trabalho, pela sua luta denodada em defesa dos que tiveram seus direitos ameaçados ou esbulhados, João Medeiros Filho deixa lição imperecível de dignidade profissional, de amor profundo pela terra que elegeu pelo coração: o Rio Grande do Norte.



## DISCURSO DO DR. JOMAR FERNANDES DE MEDEIROS

“João Medeiros Filho não era dado a amabilidades fáceis. Era um homem!” — Dorian Jorge Freire, por ocasião do primeiro aniversário de sua morte, em a Tribuna do Norte.

Eis um conceito que, mesmo sendo dito de passagem, fixei fundo em minha memória acidental, pois espelha realmente o que nós, familiares e amigos mais íntimos, sentimos por essa figura fascinante que foi João Medeiros; em verdade, “uma simples frase, examinada de perto, com especial esmero, não contém apenas a idéia na aparência objetivada: descobre-se ainda, na penumbra, e até na sombra, um pouco de luz, o brilho de um pensamento fecundo em aplicações práticas”. Até a Carlos Maximiliano, em sua obra *Hermenêutica e aplicação do Direito*, pois é dele o que acabei de enunciar, recorro para interpretar o que disse sobre o meu pai o articulista Dorian Jorge Freire, a quem todos nós creditamos justo valor de intelectual festejado.

De fato. Meu pai não era dado a amabilidades fáceis. Muito pelo contrário. Já disse, inclusive, antes, que até para receber um rasgo de generosidade de um verdadeiro amigo ele era seco (ou aparentemente seco?), parecendo que aquela qualidade de homem a que já se referiu impedia que o seu coração se manifestasse, que a emoção o dominasse. Chorar? Nem falar! Pelo menos em condições normais. De minha parte, nunca presenciei. Soube, quando muito, por exemplo, que após a condenação de Ailton Gazaneu Cabral, de cujo julgamento ele participara como assistente de acusação, de madrugada, lá na sua Redinha, ele chorara aos prantos, pelo simples fato de que o pai do apenado, em vida, fôra seu amigo. Soube, também, que o pranto derramado tinha sido na mesma proporção do whisky tomado no Kasarão, logo em seguida à sessão do Juri. São passagens que ousou trazer à lume, da vida do meu pai, como confidências, só depois da sua morte, não pelo whisky ingerido, que isso ele não escondia de ninguém, mas pelo sinal de fraqueza demonstrado pelo choro convulsivo, já que este, se dependesse dele, ninguém teria sabido, inclusive Dorian, e principalmente para mostrar que, por trás daquela couraça, daquela secura, se escondia um homem bondoso e terno, sem que isso signifique dizer que se sua aparência fosse outra nós o teríamos amado mais, pois, nós também, com nossa aparente secura, devotávamo-lhe todo o amor que tínhamos em nosso peito.

Mas, minhas senhoras e meus senhores, não posso deixar de me prevalecer da generosidade dos presentes para continuar tecendo mais algumas considerações sobre o meu pai, sobre o fascínio que ele exerceia sobre seus familiares e até sobre alguns dos seus amigos mais íntimos. Nós, seus filhos, por exemplo, pouco falávamos em sua presença, especialmente assuntos de ordem profissional, pois sua marcante personalidade aliada a uma vasta cultura (tanta que se fez digno de tomar assento entre tão ilustres pares nesta Augusta Academia), nos inibia por completo. Crítico, às vezes cáustico, e nunca se utilizando de giria, obrigava-nos, mesmo sem querer, ao uso de expressões sempre corretas, sem que isso significasse, de sua parte, pedantismo, mas que resultava, de nossa parte, numa postura mais defensiva no uso do vernáculo.

Nunca desamparou um filho. Em nenhuma hipótese. Na menoridade e na maioridade. Na alegria e na desventura. Na saúde e na doença. Quando, por exemplo, passei 17 anos ausente do Estado, de 1957 a 1974, e que no período suspendi o meu curso de direito por 10 longos anos, nunca recebi uma carta dele sem que do endereçamento deixasse de constar a minha condição de acadêmico. Era o seu sistema de cobrança. De minha parte, ao reiniciar o curso, a comunicação que lhe fiz foi somente a de que estava fazendo jus ao tratamento até então dispensado. A mesma cobrança continuou quando me formei lá em Aracaju, solenidade à qual ele compareceu, agora direcionada para o cargo de Juiz de Direito: passou a mandar cópias dos editais para o concurso respectivo.

Mas mandar cartas para um filho ausente é mais do que normal. Não é, no entanto, para os que estão próximos. Joãozinho, meu irmão, morando sempre junto dele, recebeu várias. Bastava que um assunto não ficasse bem explicado e pronto, recorria à via epistolar. Não sei se com isso ele evitava o que denominava lapsos de improvisação. De minha parte recebi apenas uma nas circunstâncias que vou narrar: — Decorria o distante ano de 1977 e era eu o Juiz da Comarca de São Gonçalo do Amarante, quando, ao chegar à Comarca para despachar, numa segunda-feira, deparei-me com uma montanha de livros e documentos a minha espera. Surpreso, indaguei do escrivão o que era aquilo e ele respondeu: é um pedido de concordata preventiva da UEB. Atônito, fiquei sem condições de trabalhar. Afinal de contas a UEB era o maior complexo industrial do Estado na época e eu era apenas um Juiz de Direito de 1.ª entrância. Resolvi suspender os trabalhos e mandei colocar a papelada no banco trazeiro do meu fusca, o qual ficou cheio. Tencionava pegar papai ainda na Redinha, antes que ele viesse para Natal, a fim de lhe pedir auxílio, coisa que nunca havia feito como magistrado. Em lá chegando, encontrei-o pronto para sair, em pé no terraço, um cigarro nos lábios. Surpreendido com a visita naquele horário perguntou de que se tratava. Após ouvir-me, disse: vá para casa, consulte os livros, pesquise, faça o esboço do trabalho e venha conversar comigo. Fui e não voltei. Fiz o meu trabalho, que, por exigência

legal, foi publicado. Não voltei por orgulho nem soberba, mas simplesmente porque o trabalho de um Juiz, depois de feito, não pode ser submetido a ninguém. Antes, como orientação, um simples roteiro, eu aceitaria. Depois não. E como ele era um homem infinitamente mais preparado do que eu para qualquer assunto de ordem jurídica, fatalmente terminaria por ceder em algum ponto do meu entendimento, mesmo sendo teimoso como dizem que sou. Pois bem, pouco dias depois da publicação do meu despacho inicial, encontrei em minha casa, deixada pelo seu motorista, a carta que peço permissão para ler, no original, e que guardei, não sei porque, como uma reliquia. Nela os senhores vão encontrar expressões lisonjeiras a meu respeito, as quais, antecipadamente, peço, sejam relevadas, pois afinal de contas são bondades ditas de pai para filho: — “Redinha, 19/5/77 Jomar: Tomei conhecimento do seu despacho no caso da UEB. Tudo correto. Tenho orgulho do que está fazendo como Juiz, como sempre me orgulhei do seu procedimento nas suas outras atividades. Foi bom insistir para que v. se formasse em direito. Não o procurei para evitar que a maledicência não me atribuisse coisas que lhe pertencem. Esperei-o aqui na Redinha para conversar sobre quaisquer dúvidas e, como v. não veio, compreendi que tinha resolvido tudo a contento. Antes, no curso acadêmico do Joãozinho, quando este fazia algum trabalho digno de nota, alguns professores diziam — é filho do João Medeiros e, por isso, deve ter recebido alguma ajuda deste. Assim, deixo que v. decida à vontade, com sua inteligência e seu descortino intelectual. Você é um homem inteligente, culto, na medida do possível, e honrado. Tudo correto. Deixei na sua casa o Tratado de Direito Comercial de Carvalho Mendonça, o que é um presente, a maior obra que já se escreveu no Brasil sobre a matéria. E, na terça-feira, irei a Recife, e lá, o que encontrar de oportuno trarei para você. Sempre o amigo, João Medeiros Filho”.

Mas, se como figura humana foi fascinante, o meu pai como advogado, foi um fora de série. Aos trinta anos de idade foi Chefe de Polícia, ao mesmo tempo, de dois Estados. Na década de 50, salvo engano, costumava dizer que era o único advogado de Natal que não tinha emprego, vivendo exclusivamente da advocacia propriamente dita: independente, sumamente irrequieto, e usando da palavra sempre com altivez, fez da sua profissão um sacerdócio. E tendo sempre em mente de que na relação entre o Juiz e o Advogado devia prevalecer o respeito mútuo, e nunca qualquer sentimento de subordinação, é que, certa vez, quando fazia uma sustentação oral em um dos nossos Tribunais aqui em Natal, foi avisado pelo seu Presidente de que só dispunha de um minuto para concluir sua oração. Ato contínuo renunciou ao mesmo, por entender que aquele minuto, taxativo, mesmo regimental, que lhe fôra dado, era insuficiente para concatenar qualquer idéia, e principalmente porque, no Supremo Tribunal Federal, em idêntica situação, o seu Presidente, o eminente Ministro Nelson Hungria, mesmo com o seu tempo esgotado, permitira-lhe a conclusão da sua oração sem especificar tempo. Era assim o advogado João Medei-

ros; para ele a sua missão não se limitava a um jogo de formulários, em puro exercício mecânico de produção, sem um sopro de espírito, um ar de beleza. Nas petições que assinava, e que o incomparável Seabra Fagundes, no pouco tempo em que trabalharam juntos no Rio, assinava também sem ler, havia sempre uma preocupação literária, tanto que algumas delas, como é o caso, entre outros, de Erro Essencial de Pessoa e Presunções e Indícios em Matéria Penal, transformaram-se, depois, em livros. Vencedor de várias das mais importantes causas no Estado, não só no crime mas também no cível, nunca teve como preocupação única o gordo rendimento, já que ninguém ignora que ele não sabia cobrar os seus honorários, pois nunca usou, para tanto, mesmo com a nossa moeda tão aviltada, o salário mínimo, OTN ou dólar.

Nunca teve canseiras ou desânimos para realizar suas pesquisas, tendo seu trabalho primado sempre pelo apuro, senso, equilíbrio, inspiração. No Juri, embora muitas vezes fosse irônico, jamais perdeu a elegância a ponto de descer ao vitupério. Estudioso de Carlos Maximiliano, procurou, sempre que possível, seguir os seus dogmas, embora que, no crime, tendesse mais para os ensinamentos do insigne RUI, tanto que levou tão a sério a sua assertiva de que “seja quem for o acusado, e por mais horrenda que seja a acusação, o patrocínio do advogado, assim entendido e exercido assim, tem foros de meritório, e se recomendará à sociedade”, que ele, o meu pai, quando tinha aproximadamente 30 anos de idade, e ocupava alto cargo na administração estadual, renunciou ao mesmo ao aceitar o patrocínio de um acusado de haver praticado crime horrível, porque deu margem a que o Governador de então comentasse com terceiros que ele não deveria ter aceito tal defesa pois a imagem do seu Governo estaria sendo arranhada.

Foi sempre assim o meu fascinante pai. Antes de tudo ele foi um advogado, e como tal, intransigente na defesa dos seus postulados. Sobre ele eu poderia continuar falando muito mais ainda, apesar de tudo o que foi dito pela generosidade desses dois grandes e bondosos amigos Veríssimo de Melo e Newton Navarro. E a eles, a todos os que compõem esta Casa de Cultura, aos que aqui compareceram, o nosso agradecimento, meu e da família.

(\*) — Discurso do dr. Jomar Fernandes de Medeiros, ao agradecer em nome da família, a homenagem da Academia à memória de seu pai, João Medeiros Filho.

## NOTÍCIAS

28 de janeiro de 1988

Sessão geral extraordinária para prestação de contas e eleição da nova diretoria.

6 de maio de 1988

Sessão solene em homenagem póstuma ao saudoso acadêmico João Medeiros Filho. Falaram em nome da Academia os acadêmicos Veríssimo de Melo e Newton Navarro e, em nome da família do homenageado, o dr. Jomar Medeiros.

20 de maio de 1988

Sessão solene em homenagem póstuma ao acadêmico Esmeraldo Siqueira. Falou, em nome da Academia o acadêmico Jurandyr Navarro. O dr. Justiniano Siqueira agradeceu em nome da família do homenageado.

26 de maio de 1988

O presidente da Academia realizou entendimentos com a Fundação Joaquim Nabuco, do Recife, para realização, em novembro de 1988, de uma sessão do Seminário de Tropicologia, com a presença de figuras do mundo cultural nacional. O tema principal Nordeste — tecnologias alternativas nos trópicos.

Em sessão realizada nesta data, o presidente comunicou a instituição de um concurso anual sobre História do Rio Grande do Norte que terá o patrocínio da Secretaria de Indústria e Comércio do Estado. Foi registrado o falecimento do acadêmico Gumercindo Saraiwa e indicado o acadêmico Nilson Patrota para pronunciar o necrológio em data a ser fixada.

Na mesma sessão foi proposto e aceito para sócio correspondente da Academia, o jornalista ribeirãopretano Osvaldo Lopes de Brito. A proposta foi apresentada pelos acadêmicos Luiz Rabelo, Grácio Barbalho, Veríssimo de Melo, Dorian Gray Caldas e Jurandyr Navarro.

**9 de julho de 1988**

Realizada sessão solene de homenagem ao acadêmico Dom Nivaldo Monte, por motivo de sua renúncia ao governo da Arquidiocese de Natal. Compareceram autoridades e grande número de admiradores do ilustre sacerdote. Foram oradores oficiais da solenidade o dr. Otto Guerra que se ocupou da personalidade do Bispo, o dr. Juracyr Navarro sobre o acadêmico Nivaldo Monte e o dr. João Wilson Mendes Melo que fez o perfil de Dom Nivaldo Monte como intelectual. O homenageado agradeceu. Os discursos proferidos estão publicados nesta edição.



CERN - CIA. EDITORA DO RN

FONES: 221-2240/2241



Reg :

Vol .